



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO**

**ANGELINA CRUZ RODRIGUES**

**ELABORAÇÃO DE UMA CERTIFICAÇÃO PARA CANTINAS**  
**ESCOLARES COM VISTAS À PROMOÇÃO DA**  
**ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

**SÃO CRISTOVÃO/SE**

**2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

**ANGELINA CRUZ RODRIGUES**

**ELABORAÇÃO DE UMA CERTIFICAÇÃO PARA CANTINAS  
ESCOLARES COM VISTAS À PROMOÇÃO DA  
ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Nutrição.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Andhressa Fagundes

São Cristovão/SE

2019

**ANGELINA CRUZ RODRIGUES**

**ELABORAÇÃO DE UMA CERTIFICAÇÃO PARA  
CANTINAS ESCOLARES COM VISTAS À PROMOÇÃO  
DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NAS ESCOLAS  
BRASILEIRAS**

Dissertação de mestrado aprovada no  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciências da Nutrição, em 23 de maio  
de 2019.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof.ª Dr.ª Andhressa Fagundes  
Orientadora/ PPGNUT/UFS



---

Prof.ª Dr.ª Cristine Garcia Gabriel  
1ª Examinadora/UFSC



---

Prof.ª Dr.ª Sílvia Maria Voci  
2ª Examinadora/PPGNUT/UFS

São Cristóvão/SE

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R696e      Rodrigues, Angelina Cruz  
              Elaboração de uma certificação para cantinas escolares com  
vistas à promoção da alimentação adequada nas escolas brasileiras  
/ Angelina Cruz Rodrigues; orientadora Andhressa Fagundes. – São  
Cristóvão, SE, 2019.  
              136 f.

              Dissertação (mestrado em Ciências da Nutrição) – Universidade  
Federal de Sergipe, 2019.

              1. Escolas – Nutrição – Programas de saúde. 2. Alimentos –  
Saúde. 3. Merenda escolar. I. Fagundes, Andhressa. II. Título.

CDU 613.2:37

Dedico à minha mãe, **Carleide**,  
Agradeço por nunca me faltar  
E me incentivar a perseverar sempre.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por toda força recebida e por toda proteção, a Sua presença foi primordial para a conclusão deste trabalho. Sou grata por todas as graças alcançadas, todo aprendizado e tudo que ainda está por vir. Quero agradecer também:

À Profa. Dra. Andhressa Fagundes por toda orientação e paciência. Desde a graduação admiro a profissional maravilhosa que você é. Obrigada por me permitir trabalhar com você e aprender, espero poder ser o mínimo do que você é na vida profissional e pessoal. Obrigada por toda orientação, incentivo, compreensão e confiança.

À minha mãe Carleide dos Santos Cruz por toda a força, amor, paciência e proteção. Por me ensinar a perseverar sempre e nunca desistir. Pelo incentivo, pelo cuidado e toda as orações direcionadas a mim.

À Ana Sacramento amiga estimada que me apoiou em muitos momentos, especialmente nos mais difíceis. Obrigada por todo incentivo e apoio, por me ajudar a manter a mente equilibrada e focada nos meus objetivos.

Ao meu pai por todo incentivo e apoio, és meu exemplo de otimismo e força. A minha e irmã e minha família, sei que às vezes a minha correria não fazia sentido, mas ainda assim vocês sempre torciam por mim.

Às minhas amigas Nayane, Idiana e Milene por cada risada e injeção de ânimo a cada encontro. Nossa conexão foi imediata e o apoio mútuo, amo cada uma. O universo não erra e Deus sabia o que estava fazendo quando juntou nós quatro.

Aos meus amigos Jamille e Rodrigo pessoas maravilhosas que me deram forças em muitos momentos. Nada acontece por acaso, vocês foram essenciais nessa minha caminhada, obrigada por tudo, amo cada um.

Aos meus amigos Tiago e Ianne por toda escuta, incentivo, apoio e conversas. À Washington e Williany por se aproximarem no finalzinho dessa jornada e, ainda assim, me cobrirem de amor e força.

À Profa. Dra. Silvia Maria Voci por me acolher no estágio em docência, por toda confiança, conhecimento e apoio.

À Profa. Dra. Liliane Viana Pires mestre e amiga, sou grata por todo o seu apoio, por nunca desacreditar de mim e pela sua disponibilidade em me ajudar sempre. Te admiro muito, és um exemplo a ser seguido.

À Adriana por todo o estímulo, pela escuta e por me permitir admirar de pertinho a profissional linda que ela se tornou.

Aos meus companheiros de turma por toda união para que pudéssemos concluir esse mestrado de forma mais leve e efetiva. Aos meus professores, cada disciplina foi essencial para a formação do meu caráter profissional, muito obrigada.

Às minhas amigas Dhenef, Alda, Poli, Elis, Jéssica e Anne pela escuta e pelo apoio, adoro cada minuto com vocês. Obrigada por toda a compreensão e pela torcida, quero vocês perto de mim sempre.

Aos meus amigos da graduação, especialmente aos “Nutricats”, por todo apoio e por tornar a minha vida mais leve.

Aos nutricionistas espalhados por todo o Brasil que aceitaram fazer parte desse trabalho, por dispensarem um pouco do seu tempo e pelas contribuições tão generosas.

Aos diretores das escolas de Sergipe por aceitarem fazer parte do estudo piloto e por todas as contribuições.

À banca da qualificação Diva Aliete, Silvia Voci e Elisabetta Recine por todas as contribuições. Agradeço também a banca da defesa Silvia e Cristine Gabriel, por todas as contribuições.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Nutrição (PPGCNUT), da Universidade Federal de Sergipe, pelo suporte para a concretização desse trabalho. Ao Iamm, secretário do PPGCNUT, muito obrigada por toda a contribuição.

À Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro e pela concessão da bolsa de estudo.

*“Capacidade de prosseguir, vida a fora,  
lepidamente é uma benção. Não se  
esqueça, todavia, da direção que seus pés  
vão tomando através dos caminhos”*

Chico Xavier



## RESUMO

RODRIGUES, A. C. Elaboração de uma certificação para cantinas escolares com vistas à promoção da alimentação adequada nas escolas brasileiras [Dissertação]. São Cristóvão, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Nutrição, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

Sabe-se que o ambiente escolar é um espaço apropriado para a potencialização de práticas e hábitos saudáveis, e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e da Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto, diversas pesquisas têm revelado que as escolas têm encontrado dificuldades para a promoção da adoção de práticas alimentares saudáveis por crianças e adolescentes. O presente estudo teve por objetivo elaborar um selo de certificação para incentivar a adoção de ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na comercialização de alimentos por parte das cantinas escolares do Brasil. Trata-se de um estudo exploratório, constituído por pesquisas documentais, bibliográficas e pela metodologia Delphi. Foi elaborado um instrumento com 10 orientações direcionadas para a criação do “Conselho da Cantina Escolar Saudável”, incentivo a ações de Educação Alimentar e Nutricional, maior consumo de alimentos *in natura* e menor consumo de alimentos processados e ultraprocessados, regulamentação do marketing dos alimentos e conscientização de todos os envolvidos com a cantina escolar acerca da alimentação saudável, com ênfase para o treinamento sobre boas práticas de manipulação dos alimentos para os funcionários. Tais orientações, compõe a proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”, subsidiada pela publicação do Guia Alimentar para a população Brasileira do Ministério da Saúde. A proposta foi submetida à análise para consenso a um painel de especialistas (nutricionistas) com experiência em alimentação escolar de diferentes estados do país, por meio da metodologia Delphi. Participaram da primeira rodada do consenso 37 painelistas de diferentes regiões do país e 30 da segunda fase (81%), a maior parte dos painelistas era do sexo feminino e da região Sudeste (35,1%). A avaliação geral da proposta obteve resultados positivos quanto a sua pertinência, com resultados acima de 70% para todas as questões, as sugestões dos painelistas com relação aos percentuais de alimentos permitidos para serem comercializados nas cantinas, presença de nutricionista nos conselhos das cantinas escolares, incentivo a ações de educação alimentar e nutricional, contribuíram para a construção do Manual e Normas para a Certificação, documento de apoio a implantação da proposta. Espera-se que a proposta do selo de certificação possa incentivar a adesão das escolas, contribuir para o aumento da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional de crianças e adolescentes brasileiros, estendendo-se a todo o público escolar.

**Palavras-Chave:** Escolas. Alimentação Escolar. Programas de Nutrição. Alimentação Saudável.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	12
3	OBJETIVOS .....	18
3.1.	Objetivo Geral .....	18
3.2.	Objetivos Específicos .....	18
4	MATERIAL E MÉTODOS .....	19
4.1.	Caracterização da Pesquisa.....	19
4.2.	Sujeitos da Pesquisa.....	19
4.3.	Instrumentos .....	20
4.4.	Procedimentos para Coleta de Dados .....	22
4.5.	Procedimentos para Análise de Dados .....	23
4.6.	Implantação da Proposta.....	24
4.7.	Desdobramentos da Pesquisa.....	25
4.8.	Aspectos Éticos.....	25
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
6	CONCLUSÃO.....	97
	APÊNDICES .....	107

## 1 INTRODUÇÃO

A má nutrição abrange dois grandes grupos de problemas nutricionais: a desnutrição e o excesso de peso, e envolve problemas relacionados com o aumento da morbidade e mortalidade infantil, além de implicações imediatas na saúde física e mental de crianças e adolescentes com excesso de peso (WHO, 2017). A Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO) relata que em 2025 o número de crianças com obesidade no mundo poderá chegar a 75 milhões, caso não haja intervenções (WHO, 2017; ABESO, 2018).

Evidências científicas apontam que as intervenções direcionadas para a mudança do comportamento alimentar e para a prevenção do excesso de peso nas escolas, que são baseadas em estratégias de promoção da alimentação saudável para atender às necessidades nutricionais de crianças e adolescentes, são bastante efetivas (VERSTRAETEN et al., 2012; LOBELO et al., 2013; OPAS, 2014), não obstante os desafios que as permeiam.

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) no Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes, para que tais programas sejam bem sucedidos faz-se necessário um enfoque que seja ao mesmo tempo abrangente e compatível com a inocuidade dos alimentos, além da regulamentação do marketing dos alimentos e da comercialização de alimentos inadequados (OPAS, 2014).

É importante enfatizar que o elevado consumo de alimentos com poucos nutrientes e com excesso de açúcar, gordura e sal, a exemplo dos *fast foods*, somado à inatividade física, faz parte de um ambiente obesogênico, evidenciando a importância da melhoria de ambientes de nutrição e atividade física escolar (SWINBURN; EGGER; RAZA, 1999; OPAS, 2014; WHO, 2019).

A promoção da alimentação saudável nas escolas deve trabalhar em diferentes frentes: considerar a relevância das ações de Educação Alimentar e Nutricional, as boas práticas de manipulação e qualidade nutricional de alimentos, o monitoramento do estado nutricional dos alunos e o estímulo à produção das hortas escolares. Tais recomendações são contempladas na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fundamentados no Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006; 2007a; 2008; 2009a; 2012a).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), foram identificados no Brasil 30 dispositivos legais em 10 capitais, 13 estados e no Distrito federal,

voltados primordialmente para regulamentação da comercialização dos alimentos nas cantinas, com menos ênfase para a capacitação dos funcionários, medidas educativas e regulação da publicidade de propagandas (BRASIL, 2018a).

Para Gaetani e Ribeiro (2015), a ausência de uma legislação destinada à comercialização de alimentos em cantinas escolares em âmbito nacional ainda é um desafio a ser superado no Brasil, muito embora a resolução deste fator não implique diretamente em mudanças de hábitos, de acordo com Gabriel et al. (2011), devendo estar associado a ações educativas para todos os envolvidos na alimentação escolar (BRASIL, 2010a).

Programas ou regras que visam à adoção ou incentivo à alimentação adequada nas cantinas escolares têm sido adotados por países como Holanda, Estados Unidos e Austrália. Além de incentivarem as escolas a ofertarem alimentos adequados e favorecerem escolhas alimentares saudáveis, alguns programas incentivam a expansão da estratégia por meio de prêmios e bonificações, com o objetivo de motivar a adesão e implantação (MENSINK; SCHWINGHAMMER; SMEETS, 2012; FOOD AND NUTRITION SERVICE, 2016; USDA, 2017; NUTRITION CENTRE, 2018).

Considerando esses aspectos e a necessidade de melhorar a abrangência de ações que promovam a alimentação adequada nas cantinas escolares brasileiras, sugere-se que elaborar um selo de certificação para orientar e incentivar os gestores das escolas do Brasil a adotarem tais ações na comercialização de alimentos, pode ser fator de motivação, considerando a repercussão e visibilidade junto à comunidade escolar (pais, alunos, professores e comunidade).

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Há um crescente aumento nos casos de sobrepeso e obesidade em indivíduos de todas as faixas etárias no Brasil. Atualmente, o excesso de peso acomete uma a cada três crianças brasileiras. Convém destacar que o aumento do excesso de peso, aliado à redução do baixo peso, tem provocado graves mudanças no perfil epidemiológico da população, dentre elas o consequente aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (BRASIL, 2006; 2014a; ABESO, 2018).

Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) 2008-2009, o excesso de peso em crianças de cinco a nove anos cresceu de forma acelerada, quando comparada as demais faixas etárias. E o sobrepeso e a obesidade mostraram crescimento em todas as idades, independente de classe econômica ou se a população era da área urbana ou rural (BRASIL, 2010b).

De acordo com a Pesquisa de Saúde do Escolar (PeNSE), a prevalência do excesso de peso para o grupo de escolares brasileiros com idades de 13 a 15 anos em 2015, foi de 25,1%. Valores próximos foram encontrados na PeNSE de 2009 ao investigarem os escolares que frequentavam o 9º ano do ensino fundamental, com o indicador de excesso de peso estimado em 21,3% (BRASIL, 2016).

As repercussões do excesso de peso nessa fase são graves: em crianças maiores de três anos de idade pode ser determinante para a obesidade no futuro; a obesidade na adolescência aumenta as chances em cerca de 70% a 80% para os casos da vida adulta; e o aumento de tecido adiposo eleva os riscos para doenças cardiovasculares e dislipidemias ainda na fase da infância (VITOLLO, 2008).

Alguns fatores ajudam a explicar estas elevadas prevalências desse excesso de peso. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar em 2015 relata o consumo de doces, balas, chicletes, bombons, chocolates e pirulitos por 41,6% dos escolares (BRASIL, 2016). Dias et al. (2017) analisaram mais de um milhão de compras efetuadas em 2016 por 19.753 alunos em cantinas escolares de 97 escolas privadas brasileiras distribuídas em 25 cidades de oito estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pará), e constataram que aproximadamente 68% do que é consumido nas escolas por meio das cantinas é de baixo valor nutricional, 24% é de médio e 8% de elevado valor nutricional.

Outro estudo realizado no Distrito Federal constatou que as cantinas escolares não eram ambientes que promoviam alimentação saudável. Foi registrado uma grande porcentagem de serviços terceirizados, com pouca intervenção da comunidade escolar nas escolhas dos

alimentos disponíveis para venda, bem como a oferta elevada de alimentos ricos em açúcares, sódio e gordura. Além disso, os ambientes favoreciam aos proprietários das cantinas a buscarem alternativas que gerassem mais lucros para esses estabelecimentos (PORTO et al., 2015).

Em Florianópolis-SC, mesmo após a criação da Lei nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001, que regulamenta as Cantinas Escolares no Estado de Santa Catarina, Gabriel et al. (2010) verificaram que, embora a legislação tenha proporcionado benefícios, produtos proibidos por possuírem baixo teor nutricional ainda eram comercializados nas escolas, evidenciando a importância da fiscalização.

A publicação “*Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health*” aprovada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2004, destacou que as políticas e os programas escolares devem apoiar a promoção da alimentação saudável e de atividade física, tendo os governos papéis importantes ao serem encorajados a adotarem tais políticas nestes ambientes, e limitarem a disponibilidade de produtos com elevado teor de sal, açúcar e gorduras (WHO, 2004).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) estabelece em uma das suas diretrizes a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável. Dentre os incentivos para a implementação dessa diretriz está à criação de ambientes favoráveis à saúde, nos quais os indivíduos e comunidades possam exercer um comportamento saudável (BRASIL, 2012a). Destaca-se as escolas no escopo da criação destes ambientes.

No Brasil o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o mais antigo programa brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo quando se refere ao atendimento universal dos estudantes e de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (BRASIL, 2014b). De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho 2009, que regulamenta a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola, define-se como alimentação escolar todo alimento que é oferecido no ambiente escolar, independente da sua origem (BRASIL, 2009b).

No que se refere aos alimentos ofertados em escolas públicas brasileiras de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), o PNAE preconiza respeitar a diversidade e sustentabilidade agrícola da região da escola, os princípios da alimentação adequada e saudável e que os cardápios atendam, no mínimo, 20% das necessidades

nutricionais diárias dos alunos matriculados na atenção básica em período parcial, e 70% para aqueles matriculados em período integral (BRASIL, 2009a).

Ainda nesse contexto de legislações nacionais no Brasil, o PNAE fortalece a implantação de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas, apontando em uma das suas diretrizes a relevância das ações educativas no processo do ensino-aprendizagem que perpassa pelo currículo escolar. Ademais, o programa fortalece a importância da agricultura familiar e os parâmetros para a definição do que será oferecido nesses ambientes educacionais das escolas públicas do Brasil (BRASIL, 2009a, 2012b). A Lei nº 13.666 de 16 de maio de 2018, que altera a lei de diretrizes e bases para a educação coloca a EAN como tema transversal que deve ser incluído no currículo escolar (BRASIL, 2018b).

Convém destacar que o PNAE visa estabelecer nas escolas o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com o objetivo de auxiliar no crescimento e desenvolvimento adequados dos alunos e na melhoria do desempenho escolar (BRASIL, 2009a). Dentre as ações destinadas à alimentação escolar, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de 2016-2019 incentivou ações de promoção de alimentação adequada e saudável nas escolas públicas e particulares, com ênfase na promoção de cantinas escolares saudáveis (BRASIL, 2018c).

Alguns países já possuem estratégias e programas voltados à Promoção da Alimentação Adequada nas escolas, especialmente em cantinas escolares. Na Austrália foi criado pelo governo de Nova Gales do Sul (NSW), o “*School Healthy Canteen Strategy*” considerado um componente importante para o combate à obesidade infantil (HEALTHY KIDS, 2018). Na Holanda, o programa “*Healthy School Canteen*” encoraja as escolas a mudarem as ofertas de alimentos nas cantinas para produtos mais saudáveis (MESINK, SCHWINGHAMMER, SMEETS, 2012; NUTRITION CENTRE, 2016).

Nos Estados Unidos, os alimentos competitivos, ou seja, aqueles comercializados em máquinas de venda automática, em lojas escolares ou *à la carte*, são regulamentados por uma legislação publicada em 2016, com o objetivo de estabelecer padrões nutricionais voltados à melhoria da qualidade nutricional dos alimentos comercializados nas escolas (FOOD AND NUTRITION SERVICE, 2016). Além dos padrões nutricionais para alimentos competitivos, o Programa Nacional de Assistência Federal que opera em escolas públicas, instituições de assistência à infância e sem fins lucrativos, “*The National School Lunch Program*”, oferece almoço nutricionalmente equilibrado, de baixo custo ou sem custo, para as crianças. Para as

escolas que participam desse programa, o Ato Saudável para Crianças sem fome proporciona um desconto adicional de seis centavos por refeição para os distritos escolares que estiverem em conformidade com os padrões dietéticos recomendados pelo governo americano (FOOD AND SERVICE NUTRITION, 2014; 2017).

No caso do Brasil, a maioria das estratégias para o melhor funcionamento e fornecimento de alimentos saudáveis por meio de cantinas escolares, baseiam-se no fornecimento de uma lista de alimentos proibidos e permitidos, propagandas educacionais, ações educativas e funcionamento desses estabelecimentos de acordo com as normas legais recomendadas, de acordo com as legislações estaduais e municipais vigentes (SANTA CATARINA, 2001; PARANÁ, 2005; RIO DE JANEIRO, 2005; DISTRITO FEDERAL, 2015; SERGIPE, 2017; BRASIL, 2018a).

Existem alguns municípios e estados que possuem legislações com vistas à regulamentação da venda de alimentos nos ambientes escolares do Brasil, dentre os quais Florianópolis, Ribeirão Preto e Campo Grande; e Paraná, São Paulo, Sergipe, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraíba, respectivamente, além do Distrito Federal (BRASIL, 2007a, 2015a; SERGIPE, 2017).

A regulamentação de cantinas escolares no Brasil precisa ser aprofundada, com ampliação da abrangência das escolas. É necessário avançar para contribuir com a promoção da alimentação saudável, e para que isto aconteça é preciso envolver diferentes atores (governo e sociedade civil, como os alunos, pais/responsáveis, funcionários, donos de cantinas e professores), além de prever um processo de acompanhamento, educação, fiscalização e avaliação (BRASIL, 2007a; GABRIEL et al., 2011). Para Porto et al. (2015), o envolvimento do conselho escolar no controle dos alimentos oferecidos e o desenvolvimento de ações educativas pode ser um fator contributivo para a melhoria do perfil nutricional das crianças.

Em 2010, o Ministério da Saúde lançou o Manual para as Cantinas Escolares Saudáveis, com o objetivo de orientar a todos os gerentes de cantinas escolares a transformarem esses estabelecimentos em ambientes saudáveis (BRASIL, 2010a). De acordo com os estudos e legislações citados, e com o Manual para Cantinas Escolares Saudáveis, diversas estratégias foram lançadas para a melhoria da qualidade nutricional dos alimentos comercializados em cantinas escolares brasileiras, embora ainda haja uma expressiva prevalência de inadequações.

Iniciativas que busquem a melhoria da qualidade nutricional dos alimentos comercializados em escolas em âmbito nacional ainda não foram bem estabelecidas no Brasil.



Algumas ações que estabelecem passos para orientações como suporte a programas, estão presentes no país, como é o caso da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), que oferece uma certificação aos hospitais que cumprem o objetivo de mobilizar os funcionários dos estabelecimentos de saúde, públicos e privados, para mudanças de condutas e rotinas inadequadas que elevam o desmame precoce (BRASIL, 2018d).

Essa iniciativa instituiu os “Dez Passos Para o Sucesso do Aleitamento Materno”, e recebem um selo de Hospital Amigo da Criança, desde 1992, do Ministério da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), aqueles estabelecimentos que conseguem cumprir adequadamente os Passos. Esta estratégia tem se mostrado efetiva no aumento da prática de amamentação, e adequada atenção à saúde da criança e da mulher em muitas regiões do mundo (FIGUEREDO et al., 2012; BRASIL, 2018d).

Nascer em um Hospital Amigo da Criança pode fazer diferença nos indicadores do aleitamento materno, aumentando em 9% a chance de a criança ser amamentada na primeira hora de vida. Ademais, a duração média do tempo de aleitamento materno exclusivo em crianças que nasceram nesses hospitais foi de 60,2 dias, contra 48,1 dias em crianças que não nasceram em Hospitais Amigo da Criança (BRASIL, 2018d).

A proposta ora realizada se inspira em estratégias que utilizam orientações para o repasse ou síntese de informações, que estão bastante difundidas. O Guia Alimentar para a População Brasileira, por exemplo, apresenta as suas recomendações, de forma sintetizada, por meio dos “Dez Passos para uma Alimentação Adequada e Saudável” (BRASIL, 2014a).

Schmitz et al. (2008) realizaram oficinas abordando temas relacionados à alimentação e nutrição com donos de cantinas escolares no Distrito Federal, e utilizaram o modelo de “Dez Passos para o Estabelecimento de uma Cantina Escolar Saudável”. Na Austrália, o “*Healthy Schools Canteen*” que orienta os gerentes na implementação de cantinas escolares saudáveis, também desenvolveram dez passos para uma cantina escolar saudável (NSW DEPARTMENT OF EDUCATION, 2019).

De acordo com o exposto, alguns países, e estados e municípios brasileiros, já tomaram medidas para organizar ações com vistas à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas cantinas escolares, visando assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada das crianças. No entanto, grande parte das escolas com cantinas no Brasil, especialmente as privadas, ainda têm conduzido livremente a comercialização de alimentos, sem priorizar a saúde das crianças e

adolescentes, ignorando o potencial de promoção de hábito alimentar saudável existente nestes ambientes.

Assim, acredita-se que a proposta de uma certificação que oriente e incentive a adoção de ações de promoção da alimentação adequada nas cantinas escolares brasileiras, terá adesão não somente pelas perspectivas dos resultados, mas pela visibilidade que a escola receberá com o título de “Cantina Saudável”, atraindo diretores, pais/responsáveis e professores. Espera-se que essa ação contribua no fortalecimento e aprimoramento das iniciativas brasileiras que visam à promoção da alimentação saudável nas escolas.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo Geral**

Propor um Selo de Certificação para orientar e incentivar as cantinas escolares do Brasil a adotarem ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na comercialização de alimentos.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

- Identificar iniciativas direcionadas às cantinas escolares para a promoção da alimentação saudável.
- Elaborar orientações para diretores e/ou gerentes de cantinas sobre a promoção da alimentação adequada nas cantinas escolares.
- Desenvolver um processo de consenso sobre as orientações para receber o Selo de Certificação Cantina Saudável.

## **4 MATERIAL E MÉTODOS**

### **4.1. Caracterização da Pesquisa**

Trata-se de um estudo exploratório, para identificação de estratégias em âmbito mundial e elaboração de um instrumento para a promoção da alimentação adequada e saudável nas cantinas escolares brasileiras, constituído por meio de pesquisas bibliográficas e experimentais, com posterior avaliação do instrumento elaborado, por meio de um consenso de especialistas, a partir da metodologia qualitativa denominada “Delphi” (WRIGHT; GIOVINAZZO, 2000; PORTER et al., 2004; REIS; VINCENZI; PUPO, 2016).

### **4.2. Sujeitos da Pesquisa**

A proposta prevê que o “Selo de Certificação Cantina Saudável” seja de livre adesão e destinado às cantinas de escolas particulares e de escolas públicas que comercializarem alimentos. Para tanto, foi enviada para nutricionistas com experiência em alimentação escolar, que compuseram o painel de especialistas com objetivo de avaliarem o instrumento que certificará as cantinas escolares que promoverem alimentação adequada e saudável nestes estabelecimentos.

Foi critério de inclusão para participar da pesquisa: ser nutricionista pesquisador na área de alimentação escolar, com pelo menos uma publicação em periódicos e/ou livros nos últimos cinco anos; e/ou ter atuação/experiência na área de alimentação escolar; ou ter sido autor de algumas das referências de base da proposta.

Para subsidiar a definição da amostra de nutricionistas e pesquisadores na área de alimentação escolar, foram analisadas pesquisas que utilizaram a metodologia Delphi na área de nutrição. Com o objetivo de contemplar participantes das cinco regiões do país, e finalizar a pesquisa com, no mínimo, 18 participantes, tomou-se como parâmetro o maior percentual de perda amostral (35,7%) relatados nos três estudos identificados na área de nutrição (GABRIEL et al, 2014, ALMEIDA, 2017; MACHADO, 2017) para o estabelecimento de um universo amostral de 50 especialistas.

Foi realizada uma busca por currículos no site da plataforma *Lattes* <<http://lattes.cnpq.br/>>, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para o levantamento do universo amostral de especialistas. Utilizou-se os termos: “Cantinas Escolares”, “Cantina Escolar”, “Alimentação Escolar” e “Programa Nacional de

Alimentação Escolar”. Foram identificados currículos de 177 especialistas de todas as regiões do país e foram enviados e-mails de convite para participar da pesquisa.

O estudo piloto foi realizado com diretores/coordenadores de escolas públicas e privadas de Aracaju-SE com o objetivo de avaliar a clareza do questionário e a viabilidade da proposta, pelo olhar dos diretores/coordenadores. Os profissionais foram convidados a participar da pesquisa por contato prévio telefônico. Foi critério de inclusão ter cantinas nas escolas e o participante assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A).

### 4.3. Instrumentos

#### 4.3.1. Elaboração da proposta para cantinas escolares saudáveis

Para a elaboração da proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável” foram realizadas pesquisas com os seguintes termos “cantinas escolares”, “cantina escolar”, “*school canteen*” no ano de 2017 e 2018, nas bases de dados científicas *Medical Literature Analyses and Retrieval System Online* (MedLine), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e *Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (Lilacs), *National Library of Medicine National Institutes of Health* (PubMed), documentos oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, e legislações específicas sobre as cantinas escolares.

A revisão da literatura, das iniciativas e das legislações voltadas à promoção da alimentação adequada nas escolas e, sobretudo, nas cantinas escolares (APÊNDICE B), serviu de subsídio para a produção de uma proposta. O quantitativo de dispositivos legais e documentos com iniciativas para a promoção da alimentação adequada nas escolas e nas cantinas escolares está disposto na Tabela 2.

**Tabela 2.** Número de legislações e inciativas voltadas as cantinas escolares no Brasil, segundo um levantamento bibliográfico realizado em 2017 e 2018. Brasil, 2019.

Dispositivos legais	Quantid.
Leis	25
Resoluções	1
Portarias	3
Decretos	2
Documentos/ Iniciativas nacionais <sup>1</sup>	7
Documentos/ Iniciativas internacionais	6 <sup>2</sup>

Fonte: Acre (2018); Brasil (2007ab; 2008; 2009; 2010a; 2015a; 2018a; 2019); Bahia (2018); Children’s Healthcare of Atlanta (2018); Distrito Federal (2005; 2015; 2018); Minas Gerais (2018); Manaus (2010); Nutrition Centre

(2016; 2018); Nsw Department of Education (2018); Paraná (2004;2005); Paraíba (2015); Rio de Janeiro (2005;2018); Rio Grande do Sul (2018); Santa Catarina (2001); São Paulo (2018); Sergipe (2017); United States Department of Agriculture (2017); Vitória (2018).

<sup>1</sup> Nesse quesito foram consideradas também iniciativas voltadas à promoção da alimentação adequada na escola, não só apenas nas cantinas.

<sup>2</sup> Países: Holanda (2), Austrália (1), EUA (2), Global (1)

Foram referências de base para a elaboração da proposta os seguintes materiais: “Dez Passos para uma Alimentação Adequada e Saudável”, do Guia Alimentar para População Brasileira (BRASIL, 2014a); “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas”, do Manual Operacional para Profissionais de Saúde e Educação (BRASIL, 2008); e o “Manual das Cantinas Escolares Saudáveis” (BRASIL, 2010a), do Ministério da Saúde. Os materiais “Dez Passos para Cantinas Escolares Saudáveis” (SCHMITZ, 2008) e os “Passos para uma Cantina Escolar Saudável”, do Centro de Nutrição da Holanda devido a sua relevância e abordagem didática e atual da temática (CENTRE NUTRITION, 2016), também foram analisados (APÊNDICE C).

O instrumento final contou com 10 orientações com as respectivas justificativas para as suas proposições. Cada orientação continha um item denominado ‘Verificação’, referente à sugestão de como a orientação poderia ser verificada (avaliada) na prática, para o recebimento do selo de “Cantina Saudável”.

#### 4.3.2. *Questionário de Avaliação*

Além da proposta do instrumento a ser implantado nas escolas, foi elaborado um questionário para a avaliação da sua viabilidade e relevância geral, por meio da metodologia Delphi para consenso. O questionário final foi constituído de 24 perguntas, organizadas em três blocos:

- (i) Caracterização dos painelistas
- (ii) Avaliação geral da proposta
- (iii) Avaliação detalhada do instrumento proposto

A opinião dos painelistas sobre a avaliação geral foi realizada por meio de perguntas dicotômicas (resposta sim/não) e os resultados analisados por distribuição de frequência (WENDISCH, 2010; VITORINO; CRUZ; BARROS, 2017).

Foram utilizadas escalas *Likerts*, que possibilitam que o entrevistado indique o seu grau de concordância ou de discordância sobre declarações relativas ao que se quer medir (BRANDALISE; BERTOLINI, 2013). A maioria das escalas *Likert* incluem de quatro a sete

categorias de respostas, a critério do pesquisador segundo o objetivo da pesquisa. O número ímpar de categorias é utilizado quando os pesquisadores precisam de uma ancora neutra, como: “nem concordo, nem discordo”, e as escalas em número par são utilizadas para obter opiniões mais diretas, como “concordo” ou “discordo” (WAKITA; UESHIMA; NOGUCHI, 2012; LUCIAN; DORNELAS, 2015).

Nessa pesquisa foi utilizada escala com quatro categorias visando o consenso, onde os especialistas classificaram entre: “concordo totalmente”, “concordo em grande parte”, “discordo em grande parte” e “discordo totalmente”. Foi solicitada justificativa da resposta caso o entrevistado marcasse as duas últimas opções (“discordo em grande parte” ou “discordo totalmente”). Enfatizou-se aos participantes que a sua colaboração seria ainda mais efetiva com justificativas e sugestões devidamente referenciadas, considerando que novas propostas ou ajustes seriam submetidas novamente ao painel de especialistas (LINSTONE; TUROFF, 2002; BRANDALISE; BERTOLINI, 2013; ROZADOS, 2015).

Depois de assinalada a alternativa da escala *Likert* e justificada a resposta, o especialista poderia, opcionalmente, deixar uma observação que considerasse relevante sobre cada uma das orientações ou temas relacionados. Foi submetido para avaliação: as 10 orientações com as respectivas justificativas para as suas proposições e a proposta de ‘Verificação’ de cada uma delas.

#### **4.4. Procedimentos para Coleta de Dados**

A proposta foi submetida para consenso a um painel de especialistas por meio da metodologia Delphi, que consiste em uma técnica para a busca de um consenso de opiniões de um grupo de especialistas. Baseia-se no uso do conhecimento, da experiência e da criatividade, pressupondo que a opinião de um coletivo é melhor do que a de uma só pessoa (WRIGHT; GIOVINAZZO, 2000; ROZADOS, 2015).

A técnica Delphi é uma ferramenta qualitativa, de aplicação simples, e sem o custo financeiro e logístico de interação face a face, quando se tem informações limitadas sobre determinado problema. O método Delphi conta com opiniões livres e independentes de especialistas com preservação do anonimato (LINSTONE; TUROFF, 2002; GIANNAROU; ZERVAS, 2014; ROZADOS, 2015). O Delphi possui terminologia específica que assim define as suas etapas e atividades, realizado através de rodadas que são definidas como cada um dos sucessivos questionários que são apresentados ao grupo de especialistas. O questionário é o instrumento/documento que se envia aos especialistas, apresentando os resultados das rodadas

anteriores. Painel é o termo designado ao conjunto de especialistas que farão parte do Delphi e moderador é a pessoa responsável por recolher as respostas do painel e preparar o questionário (ROZADOS, 2015).

De acordo com Giannarou e Zervas (2014), o consenso é obtido em duas rodadas na maioria dos estudos que utilizam a técnica Delphi. Pereira e Alvim (2015) discorrem que, no geral, define-se o consenso em, no máximo, três rodadas aos participantes. No caso da técnica Delphi via endereços eletrônicos, geralmente são realizadas duas rodadas, pois a realização de mais tornaria o método exaustivo e trivial. Além do fato de que com duas rodadas, tem sido possível chegar a um consenso na maioria das questões (GIOVINAZZO, 2001; ROZADOS, 2015).

Na primeira rodada, o material enviado constou com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE D), a proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”, e o questionário para a avaliação do conteúdo da proposta, com as instruções necessárias para a realização do processo de apreciação das orientações e do questionário (APÊNDICE E). Utilizou-se o *software Survey Monkey* para o método Delphi. Os dados obtidos foram compilados de acordo com o grau de concordância para a produção de um *feedback* aos participantes (GIANNAROU; ZERVAS, 2014; ROZADOS, 2015).

Na segunda rodada, foi enviado aos participantes um relatório com *feedback* da primeira rodada e um novo questionário. As orientações que sofreram modificações, comentários ou sugestões foram reenviadas para serem analisadas através do mesmo modelo de análise utilizado na primeira rodada. Os resultados recebidos dessa rodada foram analisados e, em seguida, o relatório final do processo foi enviado para os especialistas.

#### **4.5. Procedimentos para Análise de Dados**

Os dados foram analisados com o auxílio do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) *for Windows*, versão 20.0, e *Excel* (2007) para a tabulação inicial dos dados. As sugestões e comentários dos painelistas a cerca de cada orientação foram analisadas e agrupadas conforme a semelhança.

A caracterização dos diretores/painelistas foi analisada por meio de estatística descritiva, considerando média, desvio padrão e distribuição de frequência. Os resultados sobre a relevância geral da proposta foram analisados por meio da distribuição de frequência das



repostas dicotômicas (resposta sim/não) (WENDISCH, 2010; VITORINO; CRUZ; BARROS, 2017).

As dez orientações do instrumento “Selo de Certificação Cantina Saudável” foram analisadas por meio das escalas do tipo *Likert*, seguindo os seguintes critérios para avaliação do consenso das orientações:

1) Média de pontuação dos pontos da escala *Likert*: 1 a 1,99 pontos = Avaliação negativa do item avaliado, o que implicou em necessidade de mudanças e reajustes; 2 a 2,99 pontos = Indicou a necessidade de ajustes, porém, uma avaliação global positiva; e 3 a 4 pontos = Avaliação positiva do item avaliado (RAYENS; HAHN, 2000; BRANDALISE; BERTOLINI, 2013; GIANNAROU; ZERVAS, 2014; CAMARGO et al., 2016; ALMEIDA, 2017).

2) Distribuição de frequência das respostas: no mínimo 50% dos painelistas com a distribuição de frequência das respostas entre: “Concordo totalmente” e “Concordo em grande parte” (RAYENS; HAHN, 2000; WRIGHT; GIOVINAZZO, 2000; GIANNAROU; ZERVAS, 2014; CAMARGO et al., 2016; ALMEIDA, 2017).

3) Diferença interquartil:  $< 1,0$  (WRIGHT; GIOVINAZZO, 2000; GIANNAROU; ZERVAS, 2014).

4) Desvio Padrão:  $< 1,5$  (GIANNAROU; ZERVAS, 2014; CAMARGO et al., 2016; ALMEIDA, 2017).

No caso de um ou mais dos critérios supracitados não serem alcançados, a orientação foi reformulada, conforme as sugestões dos painelistas (GIANNAROU; ZERVAS, 2014; CAMARGO et al., 2016; ALMEIDA, 2017).

#### **4.6. Implantação da Proposta**

Para a obtenção da certificação, o histórico do método utilizado na implantação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) será considerado como exemplo de sucesso. Seguindo esse modelo, a versão do documento será enviada a um órgão nacional, Ministério da Saúde ou Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com os quais já foram realizados contatos prévios, ou Ministério da Educação.

O órgão nacional disponibilizará roteiros com instruções para os gerentes de cantinas ou diretores de escolas privadas e públicas que queiram aderir ao selo. O roteiro contará com instruções para a auto avaliação da cantina da escola, com vistas à análise de práticas que não incentivem a alimentação saudável e, então, para implantar as mudanças necessárias. Depois que os locais garantirem atender aos padrões adequados para a promoção

da alimentação adequada, deve haver uma avaliação externa que verificará se os critérios globais para o estabelecimento das Cantinas Escolares Saudáveis foram atingidos, e se a cantina poderá receber o selo de Cantina Escolar Saudável (BRASIL, 2014c).

A avaliação externa, em geral, é realizada por avaliadores credenciados para esta atividade. A exemplo da IHAC são avaliadores profissionais dos estados e municípios que se disponibilizam pela atividade, tais como nutricionistas das secretarias e agentes da Vigilância Sanitária. Sugere-se que seja criado um grupo de coordenação das “Cantinas Escolares Saudáveis” por meio do órgão nacional responsável, com o objetivo de garantir a manutenção da qualidade e coordenação das atividades nacionais (UNICEF, 2008; BRASIL, 2014c).

#### **4.7. Desdobramentos da Pesquisa**

Este estudo deu origem a dois artigos científicos, que serão apresentados na seção Resultados e Discussão. Os resultados também serão apresentados em congressos científicos.

Quanto aos desdobramentos, está em elaboração um Manual de Normas para a Certificação, que fornecerá subsídios para os diretores e cantineiros interessados em implantar a proposta do Selo na sua cantina escolar.

Para a construção do “Selo de Certificação Cantina Saudável” foi elaborado o Marco Lógico da pesquisa, a fim de melhorar o direcionamento e monitoramento da pesquisa (APÊNDICE F).

#### **4.8. Aspectos Éticos**

Todos os aspectos éticos para o desenvolvimento dessa pesquisa foram atendidos. Os participantes foram esclarecidos sobre a natureza do estudo, objetivos e benefícios, de acordo com as diretrizes da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012c).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob o Parecer nº 2.484.974. Os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assentindo a sua participação após os devidos esclarecimentos. O anonimato dos participantes foi declaradamente garantido em todas as rodadas da pesquisa, conforme o recomendado por Pereira e Alvim (2015). Os resultados obtidos serão arquivados e mantidos em sigilo, sob guarda dos pesquisadores

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo estão apresentados na forma de dois artigos científicos. O primeiro intitulado “Cantinas Escolares e a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: uma Revisão Sistemática”, produto de uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da UFS, em parceria com as docentes que a ministravam e outra mestranda do mesmo programa. O artigo buscou realizar um levantamento bibliográfico sobre iniciativas relacionadas às cantinas escolares para promover a comercialização de alimentos saudáveis no Brasil e no mundo.

O segundo é um artigo original, intitulado “Elaboração de uma Certificação para Cantinas Escolares com vistas à Promoção da Alimentação Adequada nas Escolas Brasileiras”, que resultou da avaliação da proposta “Selo de Certificação Cantina saudável” e o resultado do seu consenso.

### ARTIGO 1

#### **Cantinas Escolares e a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Uma Revisão Sistemática**

School Canteens and the Promotion of Adequate Food: a Systematic Review

Rodrigues, AC; Fagundes, AA; Barreto, NS; Pires, LV; Costa, VM.

#### **Resumo**

Em virtude do incremento da obesidade em crianças e adolescentes nas últimas quatro décadas, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde defendem a restrição da comercialização de alimentos não saudáveis e bebidas para esse público-alvo, visando minimizar as prevalências de sobrepeso e obesidade. No Brasil, essa restrição é introduzida pela Portaria Interministerial nº 1.010/2006. Portanto, esse estudo teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre as iniciativas direcionadas às cantinas escolares para promover a comercialização de alimentos saudáveis no Brasil e no mundo. Trata-se de um estudo de revisão sistemática, visando responder à pergunta: “Quais as iniciativas adotadas pelas cantinas escolares para a promoção da alimentação adequada no Brasil e no mundo?”. Realizaram-se buscas em bases de dados científicas de artigos publicados no período de 2009 a 2019, sendo identificados 65 artigos científicos nas bases de dados *MedLine*, *SciELO*,

Lilacs e PubMed, que estavam de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os artigos identificados foram do Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos, Inglaterra, México, Canadá, Finlândia, África do Sul e Holanda. As iniciativas voltadas cantinas escolares são influenciadas por diversos fatores que podem convergir para a promoção da alimentação adequada nas escolas e apresentaram muitos avanços, mas muito ainda precisa ser realizado nesse âmbito, para que as cantinas adotem iniciativas promotoras da saúde como prioridade.

Palavras-chaves: Alimentação escolar, Alimentação saudável, Programas de Nutrição, Escolas.

### **Abstract**

Because of the increase in obesity in children and adolescents over the last four decades, the World Health Organization and the Pan American Health Organization advocate restricting the marketing of unhealthy foods and drinks to this target audience, aiming to minimize the prevalence of overweight and obesity. In Brazil, this restriction is introduced by Interministerial Ordinance nº1.010/2006. Therefore, this study aimed to conduct a bibliographic survey on initiatives aimed at school canteens to promote the marketing of healthy foods in Brazil and worldwide. This is a systematic review study, aiming to answer the question: “What are the initiatives taken by school canteens to promote adequate nutrition in Brazil and in the world?” Searches were performed in scientific databases of articles published from 2009 to 2019, and 65 scientific articles were identified in the *MedLine*, *Scielo*, Lilacs and PubMed databases, which met the established inclusion and exclusion criteria. The articles identified were from Brazil, Australia, New Zealand, United Kingdom, United States, England, Mexico, Canada, Finland, South Africa and the Netherlands. Initiatives aimed at school canteens are influenced by several factors that may converge to promote adequate nutrition in schools and have made many advances, but much remains to be done in this area, so that canteens adopt health-promoting initiatives as a priority.

Keywords: School feeding, Healthy eating, Nutrition Programs, Schools.

### **Introdução**

A Promoção da Saúde é o processo de capacitação da comunidade para promover ações na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo a participação dessa comunidade no manejo deste processo, conforme o descrito na Carta de Ottawa em 1986<sup>1</sup>. Desde a década de

90 a Promoção da Saúde na escola tem sido apoiada por diversos organismos internacionais na América Latina. O setor educacional é um aliado importante para a concretização de tais ações e contribui para a construção de ações que possibilitem responder as demandas sociais de saúde<sup>2,3,4</sup>.

As escolas com estrutura adequada que auxiliam no desenvolvimento físico, psíquico, emocional e social, favorecem modos de vida, experiências e ambientes saudáveis, estimulam as relações humanas construtivas, a ampliação da concepção dos serviços de saúde e alimentação, têm definidos objetivos claros para a promoção da saúde e integram a educação para a saúde em seu currículo escolar são consideradas escolas promotoras de saúde<sup>5</sup>. Nesse contexto, a promoção da alimentos inadequados nas escolas e a inatividade física podem tornar esses ambientes obesogênicos<sup>6,7</sup>.

Em maio de 2010, foi aprovada a Resolução WHA63.14 pelos Estados Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), cujo objetivo era regulamentar a comercialização de alimentos não saudáveis e bebidas para crianças e adolescentes com o objetivo diminuir as prevalências de sobrepeso e obesidade<sup>8</sup>. Em 2016, a Organização Pan-Americana da Saúde reforçou que deveria ser reduzida a comercialização de alimentos e bebidas não saudáveis, reconhecendo as escolas como ambientes que deveriam estar isentos desses alimentos<sup>9</sup>.

No Brasil, a Portaria Interministerial nº 1.010/2006 definiu que dentre os eixos prioritários para promoção da alimentação saudável nas escolas está a “restrição ao comércio e a promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gorduras saturada e trans, açúcar e sal, e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras”, devendo ser implementadas ações para restringir a oferta e a comercialização de alimentos não saudáveis, bem como estimular os saudáveis<sup>10</sup>.

As leis direcionadas às cantinas escolares no Brasil pautam a restrição de ultraprocessados, e existe uma necessidade de padronização de tais leis, pois apresentam características distintas. Além disso, existem regiões do país que não possuem legislações, evidenciando a importância de uma lei nacional<sup>11</sup>.

Um ambiente escolar livre de alimentos e bebidas não saudáveis é uma estratégia imprescindível, tendo em vista que evidências apontam que a exposição ampla e constante à comercialização desses tipos de alimentos pode alterar as escolhas e as preferências alimentares de crianças e adolescentes<sup>12,13,14,15,16</sup>.

Face ao exposto, esse estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática sobre as iniciativas direcionadas à promoção da alimentação saudável na comercialização de alimentos nas cantinas escolares, no Brasil e no mundo.

## Métodos

Esta revisão sistemática seguiu os preceitos estabelecidos pelo modelo PRISMA 18<sup>17</sup> e construiu a pergunta com base na estratégia PICO, importante ferramenta para a nortear estudos de revisão sistemática, cujo acrônimo significa: “P” Paciente ou Problema do que quer ser estudado, “I” Intervenção, “C” Comparação e “O” Desfecho/ Resultado esperado<sup>18,19</sup>.

Sendo assim estabelecida a seguinte pergunta norteadora: “Quais as iniciativas adotadas pelas cantinas escolares que comercializam alimentos, para a promoção da alimentação adequada no Brasil e no mundo? ”. Foram incluídos todos os estudos sobre iniciativas ou políticas de intervenção adotadas em cantinas escolares entre 2009 e 07 de junho de 2019, exceto opinião do autor, revisões e cartas.

Foi realizada uma busca com termos chaves em quatro diferentes bases de dados: *MedLine/Bireme*, *PubMed*, *Scielo* e *Lilacs*, adotamos as seguintes estratégias de buscas: "Food service" OR "School canteen" OR "School feeding" OR "Purchase in schools" AND "Nutrition policy" OR "policies, nutrition" OR "Policy, nutrition" OR "strategy and schools" OR "strategy and canteen" OR "Legislation, Food" OR "legislation food" OR "nutrition programs and policies". Foram incluídos artigos em português, inglês e espanhol.

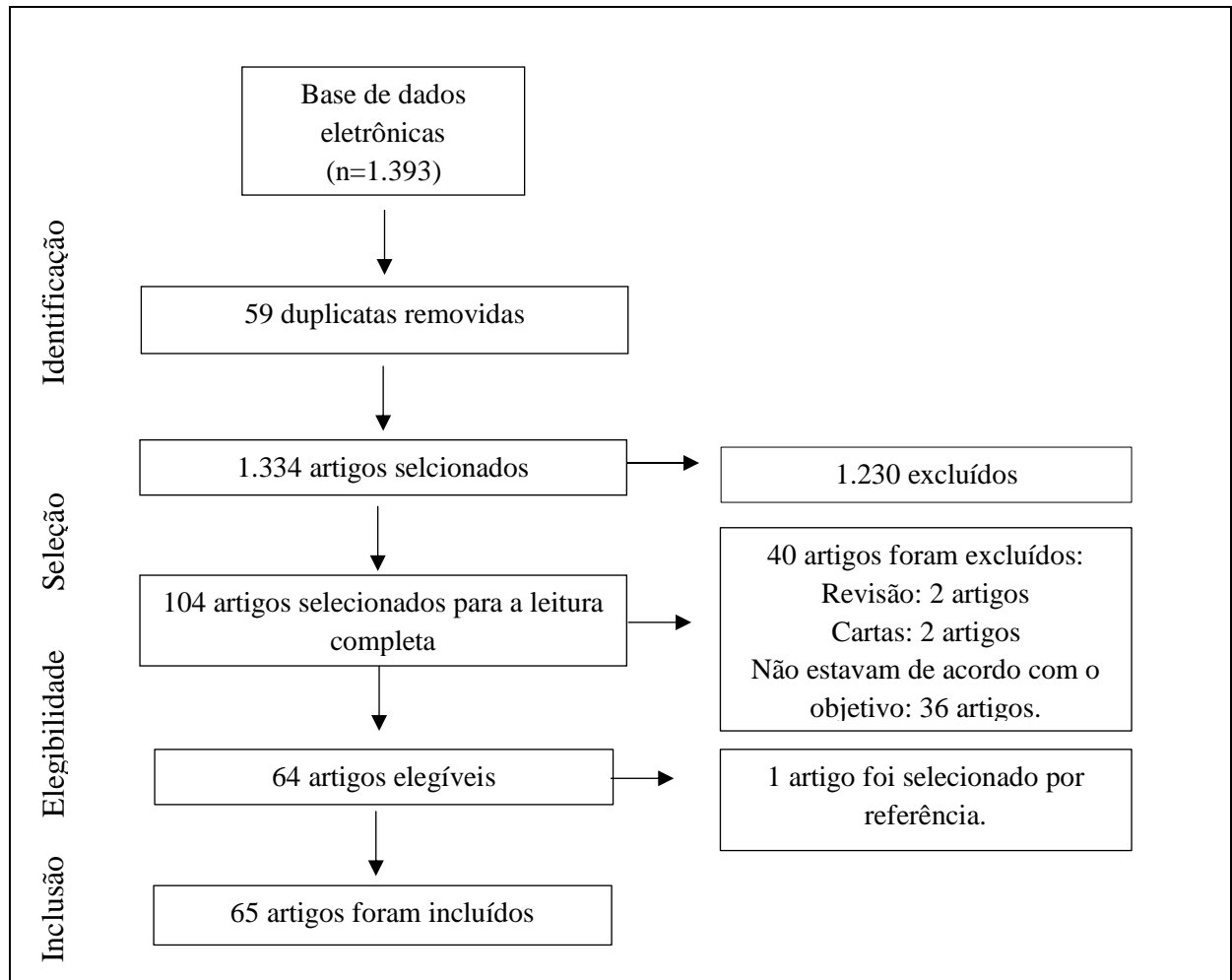
Duas autoras seguiram as seguintes etapas para a seleção dos estudos: leitura dos títulos, em seguida dos resumos e análise do texto completo. As discrepâncias que não puderam ser resolvidas pelas duas autoras foram discutidas com o terceiro autor. O teste estatístico Kappa de Cogen foi aplicado em todas as etapas para determinar a concordância entre os avaliadores.

Para a construção da tabela de resultados foram extraídas as informações autor, ano, local, objetivo, amostra, tipo de estudo, métodos utilizados, as principais iniciativas utilizadas nas cantinas e resultados.

Artigos não disponíveis que apareceram nas buscas foram solicitados aos autores via e-mail. Dúvidas sobre as informações contida nos artigos também foram retiradas via endereço eletrônico.

## Resultados e discussão

Foram identificados 1.393 artigos até a data 07 de junho de 2019, sendo 458 na *MedLine*, 67 na *Lilacs*, 26 na *Scielo* e 842 na *PubMed*. Após a remoção de 59 duplicatas, resultaram 1.334 artigos, desses 104 foram selecionados para leitura completa e 64 foram considerados elegíveis para o estudo. Após a leitura destes, mais um artigo foi incluído por meio de leitura das referências, totalizando 65 artigos. A Figura 1 ilustra as etapas para seleção dos artigos.



**Figura 1.** Fluxograma do processo de seleção dos estudos para a revisão sistemática.

A maior parte dos artigos encontrados eram dos Estados Unidos (n=38). Os demais (n=27) foram do Brasil, Holanda, Austrália, Coreia do Sul, África do Sul, Finlândia, México, Canadá, Reino Unido, Inglaterra e Nova Zelândia. Os resumos dos artigos estão apresentados na Tabela 1 por ordem cronológica decrescente. Os resultados do teste Kappa para a leitura dos títulos e resumos foi de 0,969 e da leitura completa dos artigos 0,941.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continua)

Autor, Ano, País	Objetivo	Amostra	Métodos	Iniciativas	Principais resultados
Myers et al. <sup>20</sup> (2019), Austrália.	Avaliar a conformidade dos cardápios das cantinas escolares da Austrália Ocidental com a política após dez anos da sua introdução.	Cardápios online de 136 escolas primárias e secundárias.	Os cardápios das cantinas foram coletados online por meio de sites de escolas e páginas do facebook. Teste $\chi^2$ e exato de Fisher foram utilizados.	Política de Nutrição da Austrália Ocidental.	Os cardápios das cantinas apresentaram um predomínio de itens verdes (70%), um número moderado de itens amarelos (28%) e uma menor quantidade de itens vermelhos (2%). A proporção de itens verdes foi significativamente maior em escolas primárias em relação a escolas secundárias (72% versus 64%, $p < 0,001$ ). A maioria (84%) dos cardápios das cantinas tinha uma quantidade maior ou igual a 60% de itens verdes (saudáveis) e menor ou igual a 40% de itens amarelos (90%). Porém, apenas 50% excluíram os itens vermelhos (alimentos insalubres). 99% dos cardápios inseriram legumes, 91% possuíam frutas disponíveis, 87% incluíam água, 61% ofereciam leite puro, 99% ofereciam sanduíche de salada.
Evenhuis et al. <sup>21</sup> (2018), Holanda.	Desenvolver, avaliar a validade do conteúdo e a usabilidade de uma ferramenta online, denominada “Canteen-Scan”.	19 especialistas (profissionais de pesquisa e políticas sobre nutrição, representantes de organizações escolares, esportes e representantes de sites de organizações/buffet) em cantinas escolares para a reunião sobre conceitos da ferramenta.	Estudo Exploratório. A ferramenta foi desenvolvida em três etapas: (i) pesquisa na literatura, discussões e pré-testes. (ii) Avaliação experimental e (ii) análise da validade.	“Canteen-scan” ferramenta que fornece informações para a melhoria de produtos alimentares oferecidos nas cantinas.	Quatro conceitos teóricos do instrumento foram construídos, avaliados e aperfeiçoados com os especialistas, usuários finais e equipe do projeto: 1. Condições básicas; 2. Disponibilidade de alimentos; 3. Disponibilidade de bebidas em exposição e em máquinas de venda automáticas e 4. Acessibilidade. A segunda etapa (validade da ferramenta) evidenciou uma avaliação positiva da abordagem para contar o número de produtos expostos e em máquinas de venda, a avaliação em quatro escolas demonstrou que o banco de dados de produtos holandeses é capaz de dispor em grupos corretos 90% dos produtos em exibição e 96% dos produtos em máquinas de venda. Os resultados pilotos demonstraram que em média todos os elementos da ferramenta foram avaliados como positivos, exceto pelo item “investimento de tempo”. Ao final, o “Canteen Scan” foi composto por cinco elementos, incluindo o 5. Resultados e feedback”.



**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Theodore et al. <sup>22</sup> (2018), México.	Analisar a implementação de uma política de prevenção da obesidade em escolas de ensino fundamental e melhorar o processo de implementação.	116 diretores, 76 membros do Comitê de Alimentação, 89 membros do Comitê de Atividade Física, 123 vendedores de alimentos, 119 professores de 122 duas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e 348 pais.	Estudo descritivo. A pesquisa ocorreu por meio de um questionário. As proporções de respostas para as variáveis de interesse foram calculadas, assim como seus respectivos intervalos de confiança.	Política de Alimentação e Atividade Física.	A disponibilidade dos documentos com diretrizes para a implementação da política foi baixa entre os envolvidos e os diretores foram os que relataram melhor disponibilidade. 41,8% dos vendedores de alimentos relataram disponibilidade do documento. Porém, apenas 48% afirmaram terem lido. Para melhorar o processo de implementação de uma política faz-se necessário criar um marco teórico, adotar estratégias atraentes para os atores envolvidos, formular objetivos concretos, simples e mensuráveis, dar apoio às partes interessadas e supervisionar todo o processo.
Pettigrew et al. <sup>23</sup> (2018), Austrália.	Avaliar até que momento as partes interessadas aceitaram e implementaram uma Política de Alimentação e Bebidas Saudáveis e quais as consequências para a lucratividade da cantina.	713 escolas públicas da Austrália Ocidental. Diretores, professores, gerentes de cantina e presidentes de comitês de pais e cidadãos (2008: n=607; 2016: n=307).	Pesquisa online distribuída via e-mail para diretores das escolas. Cada entrevistado respondeu uma média de 79 perguntas. Comparação entre os dados antes e depois foi realizada.	Política de Alimentação e Bebidas Saudáveis da Austrália Ocidental.	81% dos diretores relataram conformidade com a política, número inferior ao encontrado em 2008 (89%). Resultados da rentabilidade das cantinas foram comparados em três diferentes momentos - 2006, 2008 e 2016 - nestes três períodos de tempo a proporção de participantes que relataram equilíbrio ou participação nos lucros variou de 77% nos dois primeiros anos para 82% em 2016. Os resultados positivos obtidos na primeira pesquisa foram encontrados melhorados em 2016. 79% dos entrevistados em 2008 e 80% em 2016 concordaram que a política é uma oportunidade para a ensinar as crianças sobre alimentação saudável, 84% e 85% em 2008 e 2016, respectivamente, concordaram que a qualidade dos alimentos fornecidos da escola melhorou.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Reilly et al. <sup>24</sup> (2018), Austrália.	Avaliar a potencial eficácia de uma intervenção no aumento da escala de implementação de uma política de cantinas saudáveis em escolas primárias australianas.	Gerentes de cantinas e diretores de escolas primárias da região de Hunter New England (n=173), que tinham uma cantina operacional.	Estudo não controlado de antes e depois. Os diretores participaram de entrevistas (de 20 min), entre fevereiro e abril de 2016. As estratégias de intervenção envolveram: apoio à liderança, processos de educação, ferramentas e recursos, prestação de apoio à implementação, reforço, auditoria e <i>feedback</i> e base de dados de produtos de cantina. Regressão logística e qui-quadrado foram utilizados.	Estratégia de Cantinas Saudáveis <i>Fresh Tastes @School</i> .	Analisando a conformidade das escolas com a política, no início do estudo 24% das escolas não tinham itens “vermelhos” ou “proibidos” no cardápio e 62% tinham >50% de itens verdes; no seguimento, 41% das escolas acompanhadas tinham itens insalubres e 72% tinham >50% de itens saudáveis. Os gerentes das cantinas e os diretores aumentaram o conhecimento sobre a política de 64% para 69% e 54% para 68%, respectivamente. Das 148 escolas que forneceram os cardápios seis meses após a intervenção, 33% estavam de acordo com a política. Todas as escolas receberam ferramentas e recursos em <i>workshops</i> e ao menos 1 relatório de auditoria. Quase metade (49%) desenvolveu plano de ação e 50% compareceu às oficinas de treinamento.
Choi et al. <sup>25</sup> (2017), Coréia do Sul.	Avaliar como a implementação de duas políticas de cantinas escolares afetaram a disponibilidade de alimentos e bebidas não saudáveis em cantinas escolares.	Cantinas de escolas de ensino fundamental e médio de Seul, capital da Coréia do Sul. (2006 e 2003: 15 e 12 escolas)	Estudo transversal. Realizado por meio de observação e registro dos itens vendidos nas cantinas escolares, em 2006 e 2013. Teste de <i>Fisher</i> , e Test <i>t student</i> foram utilizados.	Política de 2007 baseada em alimentos e Política de 2009 baseada em nutrientes.	O número médio de alimentos considerados saudáveis que foram vendidos nas escolas, foi significativamente maior em 2013 do que em 2006 ( $p<0,05$ ) mesmo após ajuste das características das escolas. Alimentos de alto teor calórico também foram mais vendidos em 2013 do que em 2006 ( $p<0,05$ ). As lojas escolares de 2013 após a aplicação da política de 2007 venderam significativamente menos refrigerantes do que as de 2006. No geral, os resultados mostram que as duas políticas tiveram uma influência modesta na melhoria do ambiente alimentar das escolas, sendo necessárias estratégias alternativas a fim de atingir o ambiente alimentar de cantinas almejado.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Mann et al. <sup>26</sup> (2017), Estados Unidos.	Avaliar o efeito da política de <i>Smart Snacks</i> sobre a ingestão de alimentos e bebidas para adolescentes; Examinar a relação entre os níveis de pobreza escolar determinadas pelas taxas do almoço gratuitas ou a preço reduzidos e o consumo de salgadinhos e bebidas.	Oito escolas de ensino fundamental.	Estudo transversal. A pesquisa se deu em 2014 e 2015. O instrumento utilizado pela pesquisa foi um questionário de autopreenchimento pelos alunos. Os dados foram analisados por regressão logística ordinal.	Política de <i>Smart Snacks</i> direcionada a alimentos competitivos nas escolas.	Tendo como comparação um estudo paralelo sobre as 8 escolas, 90% dos alimentos ofertados <i>à la carte</i> estavam de acordo com a política após a implementação, com um aumento de 36% de conformidade, antes dos padrões. Os alimentos mais frequentemente consumidos foram frutas (23,3%), vegetais (13,9%), batatas fritas (10,1%), doces (8,5%) e assados (7,4%). As bebidas mais consumidas foram água (39,7% dos estudantes relataram consumir uma ou mais vezes por dia), leite desnatado ou 1% de gordura (17,1%), leite normal ou com 2% (13,2%), suco (13,4%) e leite normal ou sem sabor (10,6%). Houve apenas uma diferença no consumo de leite desnatado, com o menor consumo do mesmo após a implantação da política. Embora o consumo de fruta fosse relatado as crianças não estavam cumprindo as necessidades de frutas e vegetais.
Rajbhandari-Thapa et al. <sup>27</sup> (2017), Estados Unidos.	Avaliar o efeito do programa no conhecimento de gerentes e funcionários de serviços de nutrição escolar, no refeitório escolar e na participação do programa de almoço escolar.	Gerentes (n=683) e funcionários (n=159) de serviços de nutrição escolar (n total=842).	Um treinamento foi realizado por nutricionistas do programa, entre fevereiro e julho de 2015. Dados foram coletados por meio de um questionário. Teste de McNemar foi utilizado.	Programa de Nutrição Escolar <i>Strong4Life</i> , Geórgia/EUA.	O conhecimento dos participantes se elevou com a atividade interventiva (treinamento). A quantidade de participantes que concordaram que as refeições servidas nas cantinas da escola desempenham um importante papel na prevenção da obesidade infantil aumentou de 72% para 85% e que a obesidade é um problema sério aumentou de 84% para 93% (p<0,001). Também aumentou a proporção de indivíduos que se sentiam confiantes para incentivar aos alunos a fazerem escolhas saudáveis (87% para 96%; p<0,001). A partir dos dados do questionário de acompanhamento (após 3 meses da intervenção), foram observadas melhorias significativas nas cinco áreas estratégicas do <i>Strong4Life</i> .

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Rosenfeld et al. <sup>28</sup> (2017), Estados Unidos.	Explorar os temas levantados pelos diretores dos serviços de alimentação em escolas de Massachusetts sobre a implantação dos padrões competitivos de alimentos e bebidas.	26 distritos escolares em 2013 e 21 distritos escolares em 2014. Esses distritos participaram de um estudo anterior denominado “ <i>Nutrition Opportunities to Understand Reforms Involving Student Health</i> ”	Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com Diretores do Serviço de Alimentação (FSD) em 2013 e 2014. Observações diretas de alimentos também foram realizadas. Análise de conteúdo foi utilizada para agrupar as respostas dos FSD pelo tema identificado.	Lei estadual de Massachusetts: <i>Nutrition Standards for competitive foods and beverages in public schools</i> .	Com relação ao tema uso da lista “A” (destinada a verificar a conformidade de alimentos) para cumprir as novas normas, 100% dos FSD de alimentação dos distritos alegaram fazer uso em 2013 e 95,2% dos distritos em 2014. Sobre o tema comitê de bem-estar 66,7% e 70,6% dos FSD dos distritos discutiram um comitê de mudanças apoiando as novas regras, os principais subtemas incluíram fazer atualizações de políticas. Restringir ou eliminar festas e angariação de recursos não é uma opção na regra final, no entanto 57,1% em 2013 e 68,4% dos FSD levantaram esses temas em 2013 e 2014, respectivamente. Em 2013 e 2014 66,7% e 73,3% dos FSD discutiram o tema do impacto das vendas de alimentos e bebidas competitivos, os diretores relataram queda nas vendas de alimentos e bebidas. Com relação ao tema de vendas das refeições escolares em 2013 e 2014, 64,0 e 77,8% dos FSD respectivamente, discutiram esse tema, com subtemas variando entre estabilidade, queda e aumento das vendas.
Lawlis et al. <sup>29</sup> (2017), Austrália.	Analisar as percepções das partes interessadas sobre a disponibilidade de alimentos saudáveis, promoção de alimentos e conformidade com as políticas das cantinas de escolas australianas.	Nove escolas primárias e secundárias católicas e independentes.	Estudo transversal, constituído de três fases de investigação. (i) pesquisa online; (ii) pesquisa com responsáveis pela cantina e pais; (iii) auditoria de cardápios escolares.	Avaliação da conformidade das cantinas escolares de acordo com as Diretrizes Nacionais de Cantinas Escolares Saudáveis da Austrália.	Nove escolas participaram da fase um, e seis finalizaram a pesquisa. Todas as escolas que finalizaram a pesquisa possuíam cantina, quatro delas tinham um comitê; 86 pais participaram da fase dois da pesquisa, no entanto, nem todos concluíram. Nenhum gerente de cantina participou da fase dois. Os alimentos mais comumente consumidos nas cantinas, de acordo com os pais, eram classificados em âmbar (alimentos de consumo moderado) e vermelho (alimentos restringidos). 96% dos pais relataram que é importante que a cantina escolar forneça alimentos saudáveis. Todos os diretores concordaram com a importância da cantina escolar apoiar a educação alimentar e nutricional na sala.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Food and Nutrition Service <sup>30</sup> (2016), Estados Unidos.	Realizar modificações no documento provisório publicado anteriormente destinado a orientar os padrões nutricionais de todos os alimentos vendidos nas escolas.	520 comentários sobre a medida provisória para alimentos competitivos que auxiliaram a criação da regra final.	Estudo descritivo. O documento foi disponibilizado para comentadores, com vistas a obter as opiniões da comunidade sobre a regra final. Os comentários poderiam ser enviados via endereço eletrônico ou por correios.	Padrões nutricionais para alimentos vendidos na escola estabelecidos pela regra final publicada no Registro Federal dos Estados Unidos em 2016.	O documento dispõe sobre os comentários recebidos para os padrões de alimentos competitivos lançados anteriormente, que recebeu 520 comentários públicos em um período de 120 dias, dentre os quais 103 eram de total apoio, 50 de discordância e os demais incluíram sugestões de revisões para a regra. Os comentários serviram para a construção da regra final. Os padrões de alimentos e bebidas competitivos da Medida Provisória de 28 de junho de 2013, estão demonstrados nessa regra final, com modificações. A regra inclui definições sobre alimentos competitivos e dias escolares. As especificidades propostas na regra final se referem a frutas, gordura saturada (<10%), gordura total, gordura <i>trans</i> , isenção de padrões nutricionais para ovos sem adição de gordura. Acompanhamentos também devem estar dentro dos padrões nutricionais de alimentos competitivos.
Reilly et al. <sup>31</sup> (2016), Austrália.	Avaliar a validade e o custo direto de quatro métodos de avaliação da conformidade das cantinas com as políticas de cantinas saudáveis.	38 escolas primárias da região de Hunter New England, Nova Gales do Sul.	Estudo transversal. Comparou quatro medidas de avaliação de conformidade com a política com uma medida padrão-ouro. Teste Kappa, de sensibilidade e especificidade, foram calculados.	Avaliação de quatros diferentes métodos utilizados para medir a conformidade com a política <i>Fresh Taste@School</i> .	Os resultados indicam que os autorrelatos provavelmente não fornecem uma representação exata da conformidade das cantinas com as políticas. A auditoria rápida de menu parece ser o método mais válido para avaliar a conformidade tanto pelo custo quanto pela compatibilidade com os resultados da medida considerada padrão-ouro.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Nathan et al. <sup>32</sup> (2016), Austrália.	Analisar a eficácia de uma intervenção multicomponente para aumentar a implementação de uma política de cantina saudável em escolas primárias australianas.	53 (28 intervenções; 25 controles) escolas primárias governamentais e católicas que tinham uma cantina operacional, da região de <i>Hunter New England</i> , Nova Gales do Sul.	Estudo controlado e randomizado aleatoriamente. Para a intervenção foi utilizado o <i>Theoretical Domains Framework</i> (TDF). Teste de <i>Fisher</i> foi utilizado.	Intervenção multicomponente em cantinas escolares de escolas primárias australianas. Baseada na política <i>Fresh Test @ School</i> .	As escolas da intervenção foram significativamente mais propensas a ter um cardápio livre de itens vermelhos/proibidos ( $p=0,002$ ) e apresentar ao menos 50% dos itens do cardápio classificados como verdes ( $p=0,03$ ). O percentual geral de itens verdes, ambarinos e vermelhos nos cardápios foi de 52,0%, 45,7% e 2,3% respectivamente, para as escolas de intervenção em relação com a escolas controle que apresentaram percentuais de 47%, 46,5% e 6,5%. Apesar do sucesso da intervenção, quase 52% das escolas continuaram a incluir itens insalubres no cardápio e 41% continuaram a ter cardápios em que a maioria dos itens eram inadequados.
Asada et al. <sup>33</sup> (2016), Estados Unidos.	Analisar as melhores práticas de escolas de ensino médio que tiveram sucesso na implementação de diretrizes rigorosas de lanches, para que essas práticas servissem de apoio para as escolas antes de começarem a implementar os padrões <i>smart snacks</i> .	Nove escolas secundárias de Nove distritos escolares e oito estados dos Estados Unidos.	Estudo transversal. Ocorreram entrevistas por telefone de 45 a 70 minutos que foram gravadas e transcritas. As codificações das entrevistas foram guiadas pela primeira e segunda passagem de <i>Saldaña's</i> .	Políticas rigorosas de lanches para escolas de diferentes distritos e estados americanos (Califórnia, Illinois, Iowa, Kansas, Mississippi, Nova York, Texas e Virgínia).	O prêmio <i>Healthier US Schools Challenge: Smarter Lunchrooms</i> - HUSCC: SL (certificado) foi um catalisador para a implementação das políticas de lanches de duas maneiras. A existência de uma política pode influenciar com um forte indicador para a implantação. As leis funcionaram como catalisadores para a implementação, segundo o relato dos profissionais. Os diretores dos serviços de alimentação das escolas afirmaram que parcerias externas e internas e as colaborações aumentaram suas implementações. Os profissionais da escola informaram que a remoção de <i>junk food</i> é a coisa certa.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Gorski et al. <sup>34</sup> (2016), Estados Unidos.	Examinar mudanças em alimentos e bebidas competitivos em escolas de ensino fundamental e médio de Massachusetts antes e após da implementação de uma lei de nutrição em todo o estado.	Foram fotografados 10.782 alimentos e bebidas competitivos em 36 distritos escolares de Massachusetts (sete distritos de controle).	Estudo de caso controle. As fotografias foram tiradas nos anos de 2012, 2013 e 2014. Foi utilizada regressão de mínimos quadrados ordinários, regressão multinível e teste <i>Posthoc t</i> .	Lei geral de Massachusetts (seção 223).	Alimentos competitivos estavam largamente disponíveis em todas as escolas de ensino fundamental e médio. Em 2013 a disponibilidade de alimentos em escolas de ensino médio sofreu uma queda, enquanto nas de ensino fundamental permaneceu estável ( $p < 0.05$ ). As batatas fritas foram os itens alimentícios mais disponíveis 2014. Em 2013 as escolas de ensino fundamental aumentaram o cumprimento da conformidade dos alimentos (55,1% $p < 0.001$ ) em comparação com o início do estudo (15,3%). As escolas de ensino médio em 2013 também aumentaram a conformidade dos alimentos (68,1% $p < 0.001$ ). As escolas de ensino fundamental e médio aumentaram a conformidade com a lei para bebidas em 2013 e em 2014. No estado de controle a disponibilidade de alimentos e bebidas não mudou. A adequação das bebidas no estado de controle obteve percentuais abaixo de 50%.
Mozaffarian et al. <sup>35</sup> (2016), Estados Unidos.	Descrever a disponibilidade de bebidas competitivas nove anos após a introdução dos padrões nutricionais.	115 prédios escolares do Comitê de Escolas Públicas de Boston.	Estudo transversal. Realizou-se a documentação dos tipos de bebidas vendidas em 115 escolas. Regressão logística foi utilizada na análise estatística.	Política em nível distrital para padrões nutricionais de bebidas aprovada pelo Comitê de Escolas Públicas de Boston (BPS) em 2004.	Das 115 escolas, 103 (89,6%) das escolas atendiam aos padrões nutricionais de bebidas. 86 (74,8%) não faziam a comercialização de bebidas competitivas e 17 vendiam apenas bebidas competitivas que atingiam os padrões. As escolas de nível fundamental e médio atingiram com maior frequência os padrões (93,6%), seguidas pelas escolas de nível médio (84,6%) e secundárias (79,2%). Dentre as escolas de ensino fundamental e médio a maioria atingiu os padrões porque nenhuma bebida competitiva foi comercializada. A maior parte dos pontos de acesso às bebidas eram máquinas de venda automática (59,6%) ou vendas <i>à la carte</i> em cafeterias (36,2%).

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Larson et al. <sup>36</sup> (2016), Estados Unidos.	Comparar a força das políticas distritais de bem-estar com práticas relatadas pelos professores e diretores.	180 distritos e 212 escolas públicas de Minnesota.	Estudo descritivo. Dados das políticas e das escolas foram coletados em fontes diferentes. As 326 políticas distritais foram classificadas usando <i>WellSAT</i> . Teste $\chi^2$ foi utilizado na análise estatística.	Políticas e práticas de bem estar-escolar em relação aos padrões nutricionais de alimentos e bebidas, educação nutricional, promoção do bem-estar e atividade física.	A disponibilidade de alimentos e bebidas insalubres estava inversamente relacionada com a força das políticas ( $p=0,01$ ). O número médio de salgadinhos e bebidas com alta densidade energética e pobre em nutrientes disponíveis para serem comprados nas escolas foi de 4,0 entre os distritos com leis fracas ou sem leis e 2,8 entre os distritos com leis com proibições de vendas ou com políticas com fortes declarações de regulamentação. De maneira geral, observou-se uma baixa concordância entre as políticas distritais e as práticas de bem-estar escolar.
Yoong et al. <sup>37</sup> (2016), Austrália.	Avaliar o impacto de uma intervenção de auditoria e de <i>feedback</i> na melhoria no número de escolas rurais e remotas que estavam de acordo com a Política de Cantinas Escolares Saudáveis nas escolas de Nova Gales do Sul, Austrália e na composição do cardápio dessas escolas.	72 escolas primárias e remotas que possuíam cantinas (36 intervenções e 36 controles) localizadas em uma região de Nova Gales do Sul.	Ensaio controlado randomizado de grupo paralelo com 72 escolas primárias e remotas. A intervenção consistiu em auditoria e <i>feedback</i> durante 12 meses. Análise do cardápio também foi realizada. Teste exato de <i>Fischer</i> , Qui-quadrado de Person e <i>t student</i> foram utilizados.	Auditoria e <i>feedback</i> para melhorar a conformidade das escolas com a Política de Cantinas Escolares Saudáveis de Nova Gales do Sul ( <i>Fresh Tastes @ School</i> ); E uma intervenção para melhorar a qualidade/composição dos cardápios em relação aos critérios da política em questão.	Quando comparadas ao grupo controle, as escolas do grupo de intervenção tenderam a ter um percentual absoluto menor de alimentos “vermelhos” (6% na intervenção e 8,8% no controle) e uma porcentagem maior de itens “verdes” (47,9% na intervenção e 38% no controle). De acordo com 60,9% ( $n=14$ ) dos gerentes de cantinas a auditoria do cardápio e os relatórios de <i>feedback</i> foram considerados muito ou extremamente úteis. Quanto maior o número de auditorias e <i>feedbacks</i> fornecidos, maior foi uma proporção de escolas com cardápios sem itens “vermelhos” ou “proibidos” ( $p=0,012$ ), ou com cardápios em que >50% dos itens foram classificados como “verdes” ( $p=0,0042$ ).



**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Anttila et al. <sup>38</sup> (2015), Finlândia.	Investigar como a regulamentação nacional mudou a comercialização de produtos doces nas escolas da Finlândia. E verificar se a recomendação teve efeito nas ações práticas de promoção da saúde bucal e às políticas de promoção da saúde bucal nas escolas de 2007 a 2010.	480 escolas de nível superior (13 a 15 anos) em 2007. E 478 escolas de nível superior em 2010.	Estudo transversal. Os dados foram coletados por questionário enviados por e-mail para todas as escolas, na qual as pessoas responsáveis pela comercialização dos produtos nas escolas respondiam a cada ano. O teste não paramétrico de <i>Wilcoxon</i> e teste de McNemar foram utilizados.	Recomendação nacional para regulamentação de doces e refrigerantes nas escolas e faculdades, do Conselho de Educação (FNBE) e do Instituto Nacional de Saúde e Bem-estar da Finlândia.	As escolas diminuíram significativamente a comercialização de produtos como doces, balas e refrigerantes ( $p<0.001$ ). No entanto, a venda de outros produtos adoçados (sucos, bolos, <i>donuts</i> ou biscoitos) não mudou. Em 2010 a cantina escolar foi o principal local para a oferta dos sucos adoçados (37%) e (44%) de bolos, <i>donuts</i> ou biscoitos. As escolas toleravam que os alunos saíssem do pátio com menos frequência, as diretrizes de venda dos produtos doces melhoraram e o número de pessoas envolvidas na decisão sobre a venda de produtos doces se elevou.
Milder et al. <sup>39</sup> (2015), Holanda.	Identificar as causas da participação no “ <i>Healthy School Canteen Program</i> ”, comparar a oferta de alimentos e ações de escolas e analisar as razões para o aumento da atenção para nutrição no currículo escolar.	325 escolas secundárias (faixa etária de 12 a 18 anos) na Holanda.	Estudo transversal. Um questionário foi realizado em 2010/2011 direcionado ao diretor da escola. Teste $\chi^2$ e <i>Wilcoxon-Mann - Whitney</i> foram utilizados	“ <i>Healthy School Canteen Program</i> ” estratégia nacional, coordenada pelo centro de nutrição dos Países Baixos.	Nas escolas estavam presentes máquinas de doces (80%), bebidas (90%) e produtos frescos (11%). Em 31% das escolas bebedouros estavam disponíveis. As escolas participantes ofereceram significativamente mais onze alimentos saudáveis variados ( $p<0.001$ ). No entanto, não houve diferença entre o número de produtos não saudáveis oferecidos. Sete dos onze alimentos saudáveis presentes nos questionários foram mais ofertados nas cantinas participantes. Em suma, a participação no Programa Cantinas Escolares Saudáveis parece contribuir com a disponibilidade/fornecimento de alimentos saudáveis nas escolas.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Gaetani e Ribeiro <sup>40</sup> (2015), Brasil.	Avaliar o tipo de produtos vendidos em cantinas escolares de Ribeirão Preto/São Paulo.	10 escolas particulares e públicas de ensino fundamental (cinco de cada tipo).	Estudo transversal. Um questionário estruturado foi aplicado com os responsáveis pelas cantinas. Os dados foram analisados por estatística descritiva.	Resolução nº 16, de 29 de julho de 2002, Ribeirão Preto/São Paulo e Portaria Conjunta da Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo, Coordenadoria de Ensino do Interior de São Paulo e a Diretoria do Departamento de Suprimento Escolar.	Tanto as escolas particulares quanto públicas não se adequavam totalmente às restrições de comercialização impostas pela legislação. As cantinas de escolas particulares ofertavam mais alimentos saudáveis (frutas, salada de frutas e bebidas à base de leite) do que as estaduais. Porém, também ofertavam alimentos não saudáveis em grandes quantidades (biscoitos doces recheados, goma de mascar, refrigerantes e salgados fritos). As cantinas de escolas públicas ofereciam alimentos inadequados para as crianças e poucas opções de alimentos saudáveis (o salgado assado era o único produto saudável presente em todas as escolas).
Taber et al. <sup>41</sup> (2015), Estados Unidos.	Examinar as diferenças socioeconômicas no ambiente alimentar escolar e a associação entre as leis estaduais de alimentos competitivos e o ambiente alimentar escolar.	1.410 alunos do 5º ano; e 1.430 alunos do 8º ano de escolas públicas.	Estudo transversal. Utilizou os dados do Estudo Longitudinal da Primeira Infância e dados da Classificação de Leis Estaduais Associadas a Escolas do Instituto Nacional de Câncer. Modelo de regressão logística e de quadrado foram utilizados na análise.	Leis estaduais para alimentos competitivos no ambiente escolar.	Os resultados do estudo mostram que leis estaduais para alimentos competitivos melhoram a qualidade nutricional do ambiente alimentar escolar, independentemente da renda. A associação entre as leis e ambiente alimentar escolar diferem entre os graus (5º e 8º ano). Os resultados indicam que não houve evidência de que as leis reduzam as disparidades na disponibilidade de alimentos saudáveis de acordo com o nível socioeconômico das escolas. Em suma, o sucesso das leis alimentares em ambiente escolar se estende tanto a áreas de baixa quanto de alta renda, especialmente quando voltadas as bebidas.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Hoffman et al. <sup>42</sup> (2015), Estados Unidos.	Analisar até que ponto escolas de ensino fundamental e médio de Massachusetts venderam alimentos e bebidas que estavam dentro dos padrões de alimentos e bebidas competitivos após um ano da sua implementação e cumpriram o regulamento.	74 escolas de ensino fundamental e médio em 37 distritos escolares.	Estudo de coorte. Os dados foram coletados por meio de visitas às escolas e um questionário. Modelos multinível, teste pareados, de <i>Wilcoxon</i> e <i>McNemar</i> foram utilizados.	Lei estadual de nutrição escolar de Massachusetts que estabelece padrões de alimentos e bebidas competitivos.	Os alimentos e bebidas competitivos estavam disponíveis em menos locais de escolas de ensino fundamental do que escolas de ensino médio. A quantidade de alimentos vendidos diminuiu entre 2012 e 2013 em todas as categorias nos dois níveis de ensino. A maior parte dos produtos à venda eram bebidas e lanches doces e salgados. Em 2012 cerca de 13% dos alimentos competitivos (em ambos os níveis escolares) e 28% nas escolas de ensino médio e 46% nas escolas de nível fundamental estavam de acordo com os padrões nutricionais futuros propostos. Em 2013 houve aumento nesses percentuais, as comidas vendidas em escolas de ensino fundamental e médio que atendiam aos padrões obtiveram o percentual de 69% e 54%, respectivamente. As bebidas aumentaram significativamente para 87% (ensino fundamental) e 80% (ensino médio).
Hunsberger et al. <sup>43</sup> (2015), Estados Unidos.	Avaliar o impacto da rotulagem de alimentos nas escolhas alimentares de alunos do ensino médio.	Entrevistas com 32 alunos de ambos os sexos de uma escola secundária de baixa renda localizada em Madras, Oregon.	Estudo multimétodo, incluindo coleta quali-quantitativa. O consumo de calorias bruto foi calculado. Foram realizadas entrevistas. Testes <i>t</i> pareados foram utilizados.	Rotulagem de alimentos e bebidas, em termos de calorias, oferecidos no ambiente escolar.	A presença de rótulos reduziu, em média, o consumo de 47 Kcal ( $p=0,004$ ) e de 2,1 g de gordura total ( $p=0,0025$ ) por estudante. Cinco temas foram levantados durante a entrevista. Os alunos afirmaram que era dever da escola fornecer informações nutricionais para orientar suas escolhas e contribuir com a manutenção do peso saudável; notar ou não os rótulos e dar importância às informações nutricionais contidas estava relacionado a um comportamento observado no ambiente familiar; também foi observado que a aparência e o gosto dos alimentos são fatores determinantes para as escolhas dos alunos; a maioria dos estudantes afirmaram que os rótulos eram importantes e ajudaram a comparar os alimentos e a fazer escolhas alimentares mais saudáveis e menos calóricas.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Caspi et al. <sup>44</sup> (2015), Estados Unidos.	Examinar as disparidades na prevalência de políticas e práticas de nutrição escolar nas escolas secundárias de Minnesota, pelas características demográficas das escolas.	Dados de 505 escolas secundárias de Minnesota.	Estudo transversal. Foram utilizados os dados da pesquisa <i>School Health Profiles</i> e os dados do Centro Nacional de Estatísticas. Na análise estatística foram utilizados modelos de correlação não ajustada, distribuição binomial, <i>logit link</i> e modelos de regressão logística.	Políticas e práticas de nutrição escolar para a promoção da alimentação saudável.	Em média, as escolas municipais tinham menor possibilidade de ter máquinas ou lojas de venda (Diferenças nas prevalências de políticas ajustadas (PD) = -13,7 e Intervalo de confiança (CI): -25,0, -2,3) e foram menos propensas a comercializar bebidas esportivas do que as escolas rurais e suburbanas (PD = -36,3, CI 95%: -51,8, -20,7). Em todos os anos, as escolas suburbanas foram mais propensas a ofertar refrigerante quando comparadas às escolas rurais e urbanas (PD= 12,3, 95% CI: 0,6, 24,0). As escolas da cidade parecem fornecer um ambiente alimentar mais saudável. Entre 2008 e 2012 houve redução na proporção de escolas que vendiam bebidas esportivas (p= 0,04). Em 2008, as escolas da cidade eram menos propensas a oferecer salgadinhos quando comparadas as escolas rurais. A mesma tendência não foi observada em 2012.
Terry-McElrath et al. <sup>45</sup> (2014), Estados Unidos.	Examinar a prevalência de lucro e de envolvimento comercial com vendas de alimentos em máquinas de venda automática e se há associação entre tais medidas e a disponibilidade de alimentos competitivos e alimentos saudáveis.	Dados de seis anos (2007-2012) de 380 distritos escolares, obtidos a partir de um estudo anual realizado pelo Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Michigan.	Estudo transversal. Questionários foram enviados para os diretores das escolas. As análises foram realizadas usando os comandos em um programa estatístico.	Relação entre lucro e disponibilidade de alimentos competitivos em máquinas de venda.	Ao longo dos seis anos, 32% dos alunos do ensino médio e 68% do ensino secundário frequentaram escolas com disponibilidade de máquinas de venda de alimentos automática. Nas escolas com venda de alimentos, metade dos alunos tinha ao menos um tipo de salgadinho de alta densidade energética e baixo valor nutricional disponível nas máquinas de venda. E aproximadamente dois terços tinham máquinas de venda automática com assados com baixo teor de gordura. Frutas e verduras apresentaram menor propensão de serem disponibilizadas nas máquinas de venda. Em escolas do ensino médio que não participavam dos lucros obtidos a partir das vendas, os doces estavam disponíveis para 22% dos alunos. Esse número aumentou significativamente para 42% em escolas que recebiam lucros (p=0,012).

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Greathouse et al. <sup>46</sup> (2014), Estados Unidos.	Examinar a associação entre o imposto estatal sobre os refrigerantes e a força das leis que regulamentam a venda de bebidas competitivas no ambiente escolar; e se essa associação mudou ao longo do tempo.	Dados (de 2003 a 2010) da Classificação de Leis associadas com escolares (CLASS) e da pesquisa <i>Bridging the Gap</i> (BTG) sobre impostos estaduais dos 50 estados dos Estados Unidos e do distrito Colômbia.	Estudo transversal. Analisou dados das leis e da pesquisa sobre impostos. Para examinar as associações, utilizou-se análise univariada e multivariada através de regressão linear e regressão logística.	Associação entre impostos estaduais sobre a venda de refrigerantes e o rigor de leis estaduais de bebidas competitivas no ambiente escolar.	Entre 2003 e 2010 aumentou significativamente a força das leis de bebidas competitivas ( $p=0,015$ ) e os estados que apresentavam impostos “desfavorecidos” relativamente altos em 2003 mostraram maior força das leis durante o período analisado. Estados com maiores impostos sobre a venda de refrigerantes apresentaram leis mais fortes tanto na análise ajustada por nível de imposto quanto na análise não ajustada ( $p<0,001$ ). Em geral, observou uma associação positiva entre maior tributação de refrigerantes e a força das leis.
Cluss et al. <sup>47</sup> (2014), Estados Unidos.	Descrever as mudanças nos padrões de venda de alimentos no almoço e custo do ensino fundamental ( <i>elementary</i> ) que resultaram da <i>Healthy Eating Active Lifestyles Together Helping Youth</i> (HEALTHY).	Sete escolas primárias do distrito escolar de Armstrong.	Estudo transversal. Dados de vendas de escolas elementares foram coletados e analisados por uma semana a cada ano letivo (2005 a 2011). Distribuição de frequência, porcentagens e proporções foram utilizadas na análise estatística.	<i>Healthy Eating Active Lifestyles Together Helping Youth</i> .	Os resultados demonstram que a compra de alimentos de baixa caloria diminuiu de 22% em 2005 para 0% em 2010 e 2011. A venda de frutas secas aumentou em 12% entre 2005 e 2011 e a venda de frutas classificadas como “ <i>slow</i> ” (lentas), principalmente frutas em conserva em calda diminuíram 59% no mesmo período. Os preços do almoço subiram de U\$1.75 em 2005-2006 para U\$ 2.15 em 2011 e 2012.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Terry-McEralth, O'Malley e Jhonston <sup>48</sup> (2014), Estados Unidos.	Investigar a associação entre a acessibilidade, a disponibilidade e o consumo de frutas e vegetais verdes pelos alunos.	Dados de 10.254 alunos do 8º ano de 317 escolas. E 18.898 alunos do 10º ao 12º ano em 518 escolas.	Estudo transversal. Dados dos estudantes foram coletados anualmente 2010 a 2012 pelo estudo <i>Monitoring the Future</i> . Os dados da escola foram obtidos do <i>Youth, Education, and Society</i> . Questionários foram utilizados para a coleta de dados. Análise multi-nível foi utilizada.	Acessibilidade e disponibilidade de frutas e vegetais verdes escuros.	De forma geral 59% dos alunos do ensino fundamental ( <i>middle</i> ) e 48% dos alunos do ensino médio ( <i>high</i> ) informaram consumir frutas de forma regular. O consumo de vegetais verdes foi de 46% para alunos do ensino fundamental e 40% dos alunos do ensino médio (dentro e fora da escola). As máquinas de venda automática estavam disponíveis para 73% dos alunos do ensino fundamental e 96% para aluno do ensino médio. Houve uma alta disponibilidade de frutas e vegetais (99%) estimulada principalmente pela merenda escolar. Em locais competitivos a presença de frutas e vegetais foi de 66% para alunos do ensino fundamental e 84% em locais de ensino médio. O aumento da acessibilidade de frutas e vegetais teve relação com o maior consumo.
Vine, Elliot e Raine <sup>49</sup> (2014), Canadá.	Analisar como os alunos tomam decisões a respeito da alimentação saudável dentro do contexto da implementação da Política de Alimentos e Bebidas para Escola de Ontário, Canadá.	20 alunos de três escolas de ensino fundamental.	Pesquisa exploratória qualitativa. Grupos Focais (um em cada escola), com duração de 45 a 60 minutos cada sessão, foram realizados com os alunos. As informações dos grupos focais foram transcritas para posterior análise.	Política de Alimentos e Bebidas para Escolas de Ontário, Canadá.	O alto custo dos alimentos vendidos na cantina da escola é uma barreira para a compra de alimentos saudáveis que os leva a optarem por comprar opções menos saudáveis fora da escola. Os alunos associaram a compra de alimentos <i>fast food</i> a status social (a maneira como são vistos pelos demais colegas). A presença de restaurantes/lanchonetes de <i>fast foods</i> nas proximidades das escolas favoreceram a saída dos alunos no horário da refeição para comprar esses itens (seguem a lógica de que se a escola não oferece, podem comprar fora), sendo uma barreira para a implementação bem-sucedida da política. Os estudantes estavam cientes do impacto positivo dos alimentos saudáveis na saúde, no bem-estar e no combate à obesidade. Os alunos identificaram falta de comunicação com os funcionários.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Watts, Mâsse e Naylor <sup>50</sup> (2014), Canadá.	Determinar as mudanças em escolas relacionadas à implementação de diretrizes de venda de alimentos e bebidas nas escolas (FBSS) e Atividade Física na Columbia Britânica, Canadá.	43 distritos escolares em 2007/2008 e 49 em 2011/2012.	Estudo transversal. Os diretores completaram uma pesquisa sobre o ambiente de alimentação escolar e atividade física em 2007, 2008, 2011/2012. Regressão hierárquica de efeitos mistos foi utilizada.	<i>Food and Beverage Sales in School</i> (FBSS).	66% dos diretores do ensino fundamental ( <i>middle</i> ) e médio ( <i>high</i> ) em 2011 e 2012, informaram ter diretrizes para máquinas de vendas automáticas, 45% <i>snacks bar</i> , 36% cafeterias, 10% atividades para captação de recursos e 8% eventos especiais. Houve poucos relatos sobre escolas de ensino fundamental ( <i>elementary</i> ) com disponibilidade de bebidas açucaradas, assados, batatas fritas, chocolates, doces ou salgadinhos, as escolas tiveram maiores probabilidades de ter frutas e hortaliças, no ano letivo de 2011-2012. As escolas de ensino fundamental ( <i>middle</i> ) e médio tiveram menores de chances de ter bebidas adoçadas com açúcar, assados, chocolates e doces disponíveis nas escolas em 2012.
Vine e Elliot <sup>51</sup> (2014), Canadá.	Explorar fatores de nível local que influenciam na implementação de uma política de nutrição escolar.	22 informantes chave relacionados com a alimentação escolar (diretores, vice-diretores, professores, participantes do conselho escolar e participantes de nível comunitário).	Estudo exploratório qualitativo, com entrevistas semiestruturadas. A estrutura de grade de Análises para Ambientes Vinculados a Obesidade (ANGELO) orientou o desenvolvimento de um modelo de codificação nas análises.	Política de Alimentos e Bebidas Escolares de Ontário, Canadá.	Todos os três conselhos escolares que participaram da pesquisa, estavam de acordo com a política. Em sete das nove escolas do estudo, um fornecedor externo de serviços de alimentação gerenciava as atividades da lanchonete. Todas as escolas tinham pelo menos uma máquina de venda de alimentos em conformidade com a política. O custo de alimentos saudáveis em adequação com a política para a comercialização atuou como uma barreira para os alunos de baixa renda, de acordo com os relatos. O preço elevado de alimentos saudáveis como foco da política gerou perdas de receita, pela menor procura dos alunos.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Pettigrew et al. <sup>52</sup> (2014), Austrália.	Identificar as percepções dos diretores de escolas sobre os fatores que influenciam a adesão das novas políticas pelas escolas e investigar os fatores que se relacionam com as crenças dos pais de que as dietas dos seus filhos eram mais saudáveis por causa dessas políticas.	32 pais (grupo focal) e 48 partes interessadas de 10 escolas públicas primárias e/ou secundárias (fase qualitativa). 1.152 pais e 263 diretores na fase quantitativa.	O estudo teve duas fases, uma qualitativa e outra quantitativa. Foram realizadas entrevistas e grupos focais, na fase qualitativa. A fase qualitativa foi realizada por meio de um questionário. Análises de regressão logística e ajustadas foram utilizadas.	<i>Healthy Food and Drink Policy</i> da Austrália Ocidental.	Os dados da fase qualitativa indicaram aceitação geral e apoio à política na fase qualitativa do estudo. Os resultados da fase qualitativa demonstram que em geral 27% dos pais acreditavam que seus filhos tinham uma dieta mais saudável no geral após nova política. Itens dos questionários que tiveram resultados significativos: a crença de que a política é importante para explicar às crianças sobre a importância da alimentação saudável; a política levou a alimentos/ menus mais saudáveis nas escolas; satisfação com as informações recebidas sobre as políticas e a crença de que elas refletiram a opinião dos pais sobre a dieta das crianças. No geral 61% dos diretores consideraram sua escola completamente compatível com a política. O estudo fornece dados para o apoio a implementação da nova política nas escolas, por meio da percepção de pais e diretores.
Nanney, Davey e Kubik <sup>53</sup> (2013), Estados Unidos.	Fazer uma comparação entre a distribuição de políticas e práticas relacionadas à alimentação e nutrição em escolas de ensino fundamental e de ensino médio após a implementação da Lei de Reautorização da Nutrição Infantil de 2004.	Dados do relatório de uma pesquisa nacional sobre perfis de saúde escolar de 28 estados americanos, representando 6.732 escolas de ensino fundamental e de ensino médio.	Estudo transversal. Foram coletados dados das políticas e práticas de nutrição com coordenadores do departamento de educação e de saúde, responsáveis pela coordenação da pesquisa. Na análise estatística utilizou-se regressão logística múltipla, regressão linear e o método <i>Bonferroni</i> .	Políticas e práticas relacionadas à alimentação e nutrição no ambiente escolar.	O número médio ajustado de lanches e bebidas insalubres disponíveis foi menor para escolas com refeições gratuitas/a preço reduzido. Escolas urbanas (pontuação: 2,75) e suburbanas (2,79) apresentam menor quantidade de locais de propagandas de doces, <i>fast food</i> ou refrigerantes do que escolas rurais (2,48). A possibilidade de frutas/legumes estarem disponíveis para compra em máquinas de venda ou lojas escolares e a probabilidade de haver embalagens/porções limitadas de alimentos foi maior em escolas urbanas e suburbanas. As disparidades mais fortes da distribuição de políticas e práticas que incentivem o ambiente escolar saudável parecem existir entre escolas de áreas rurais e urbanas.



**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Hood et al. <sup>54</sup> (2013), Estados Unidos.	Analisar até que ponto os componentes das políticas de bem-estar escolar estavam vinculados a disponibilidade de alimentos e bebidas competitivos.	Dados de 892 escolas de ensino fundamental/intermediárias e 1.019 escolas de nível médio que participaram do estudo Educação, Juventude e Sociedade.	Estudo transversal. Foram coletados dados por meio de questionários enviados pelos correios. Quatro dos cinco componentes das políticas de bem-estar escolar foram avaliados. Teste Qui-quadrado e Anova foram utilizados.	Política de bem-estar dos distritos escolares dos Estados Unidos desenvolvidas pela lei de Reautorização em Nutrição Infantil.	Após o controle das características da escola os escores mais altos da política de bem-estar foram significativamente relacionados com uma maior disponibilidade de alimentos com baixo teor de gordura e grão integrais (alimentos saudáveis) e menor oferta de alimentos ricos em gordura e açúcar (alimentos e bebidas insalubres), para ambos os tipos de escolas (fundamental e médio). Quando analisados pela Contagem de <i>Poisson</i> a contagem prevista de alimentos com baixo teor de gordura foi 0,6 maior para as escolas com todos os componentes da política (pontuação 8) em comparação com as escolas sem os componentes necessários (pontuação = 0).
Food and Nutrition Service <sup>55</sup> (2013), Estados Unidos.	Alterar os regulamentos do Programa Nacional de Almoço Escolar (NSLP) e do Programa de Café da Manhã (SBP) Escolar para estabelecer padrões nutricionais para todos os alimentos comercializados no ambiente escolar fora desses programas.	Regra final provisória sobre os padrões nutricionais exigidos para alimentos e bebidas vendidos nas escolas.	Documento federal que estabelece disposições para implementar alterações/emendas feitas nas seções 203 e 208 da Lei de Crianças Saudáveis e Livres da Fome de 2010. Ficou aberta a comentários públicos.	Regra final provisória sobre os padrões nutricionais para todos os alimentos e bebidas vendidos na escola.	As emendas exigem o estabelecimento de padrões nutricionais para os alimentos de acordo com as Diretrizes Dietéticas para Americanos e recomenda que as secretarias considerem recomendações científicas autorizadas para padrões nutricionais. Também, exigem que as escolas participantes do NSLP e do SBP disponibilizem água potável de graça para as crianças no local onde são servidas as refeições. Esta regra provisória estabelece padrões mínimos sobre alimentos e bebidas competitivos, fora dos programas de refeições escolares, que as agências educacionais, autoridades de alimentação escolar são obrigadas saber.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Ohri-Vachaspati, Turner, Chaloupka <sup>56</sup> (2012), Estados Unidos.	Analisar a conscientização nacional e a implementação de diretrizes para alimentos competitivos nas escolas públicas de ensino fundamental/elementares dos Estados Unidos.	578 escolas responderam no primeiro ano, 748 escolas no segundo, 641 escolas no terceiro e 680 escolas no último.	Estudo transversal. Uma pesquisa foi enviada para preenchimento por representantes da escola. Regressão logística multivariada foi utilizada.	Diretrizes do Programa Escolas Saudáveis para alimentos e bebidas competitivos lançado pela Aliança para uma Geração Mais Saudável.	Em 2007-2008, 35% dos administradores relataram conhecer as diretrizes de bebidas da Aliança para uma Geração Mais Saudável com um aumento para 51,8% em 2009-2010. Houve um aumento também a conscientização sobre as diretrizes de alimentos de 29,4% em 2006-2007 para 40,2% em 2009-2010, indicando uma difusão bem-sucedida das diretrizes. Ter locais competitivos não estava associado ao conhecimento e conscientização dos administradores. Entre as escolas que vendiam alimentos competitivos houve um aumento significativo na quantidade de escolas que tinham implementado as diretrizes.
Turner e Chaloupka <sup>57</sup> (2012), Estados Unidos.	Examinar se o ambiente alimentar de escolas públicas e privadas mudou com o decorrer do tempo.	2006-2007: 578 públicas e 259 escolas particulares; 2009-2010: 680 escolas públicas e 313 particulares.	Estudo transversal. O estudo comparou as práticas escolares para melhorar o ambiente alimentar entre os anos de 2006-2007 e de 2009-2010. Modelos de regressão multivariada foram utilizados para examinar mudanças ao longo do tempo.	Políticas de bem-estar escolar.	O ambiente alimentar escolar foi melhor em escolas públicas, embora a magnitude das mudanças após quatro anos da política federal de bem-estar escolar tenha sido mínima.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Wordell et al. <sup>58</sup> (2012), Estados Unidos.	Avaliar a relação entre mudanças no ambiente alimentar escolar e alterações feitas nas escolhas alimentares de adolescentes, três anos após a implementação de uma política de bem-estar escolar.	2.292 alunos matriculados em seis escolas de ensino fundamental ( <i>middle</i> ).	Estudo de caso controle. Duas escolas serviram de intervenção e quatro de controle. Um questionário de frequência alimentar foi utilizado. Para análise estatística usou-se o teste de <i>Wilcoxon</i> e regressão logística.	Políticas de bem-estar com foco em mudanças no ambiente alimentar escolar.	Um percentual de 55,6% (2.292) dos inquéritos foi devolvido. Os alunos informaram menor consumo dos alimentos no questionário de frequência alimentar e relataram maior consumo dos alimentos fora da escola. O consumo de leite, suco, bebidas energéticas e doces pelos alunos que recebiam refeições totalmente gratuitas foi mais alto do que para os alunos que tinham que pagar. Os alunos das escolas de intervenção tinham 56% menos probabilidade de consumir doces e 27% de consumir suco (única bebida densa em energia nessas escolas).
Taber, Chriqui e Chaloupka <sup>59</sup> (2012), Estados Unidos.	Determinar se a ingestão de nutrientes é mais saudável entre alunos do ensino médio da Califórnia, que possuem regulamentação da venda de alimentos competitivos nas escolas, do que entre os alunos de estados que não possuem a regulamentação.	680 alunos do ensino médio da Califórnia (n=114) e de outros 14 estados americanos (n=566).	Estudo transversal. Dados de ingestão de nutrientes dos alunos foram obtidos do Estudo Nacional de Atividade Física e Nutrição (NYPANS). Os dados de consumo foram coletados por meio de Recordatório de 24h e analisados pelo <i>software</i> NDSR.	Leis estaduais que regulamentam a venda de alimentos competitivos no ambiente escolar.	Comparados aos alunos dos outros estados, os estudantes da Califórnia consumiram uma média de 157,8 calorias a menos, com a diferença vindo em grande parte da ingestão na escola (diferença de 170 kcal). De forma geral os estudantes da Califórnia consumiram menos de quase todos os nutrientes. Ao considerar o tamanho do efeito e à precisão, os alunos da Califórnia consumiram menor quantidade de açúcares totais (b = -17,9) e açúcares adicionados (b = - 17,5). Em locais diferentes da escola e da casa, a ingestão de fibras, B12, sódio e ferro foi mais alta na Califórnia, após ajuste para o total de calorias ingerido.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Pledger, McDonald e Cumming <sup>60</sup> (2012), Nova Zelândia.	Comparar duas pesquisas realizadas em 2007 e 2009 com o objetivo de examinar a disponibilidade, o fornecimento e a venda de alimentos e bebidas no ambiente escolar.	1.000 escolas primárias em 2007 e 1.000 em 2009.	Estudo transversal. Comparações foram realizadas entre os grupos decil escolares (escolas por nível socioeconômico em ordem crescente: 1-3, 4-7 e 8-10) e entre os anos. A análise estatística foi realizada por meio de regressão logística.	<i>Healthy Eating – Healthy Action Oranga Kai – Oranga Pumau Strategy</i> (HEHA) e o <i>Mission-On</i> .	A proporção de escolas primárias que comercializavam alimentos para os estudantes diminuiu entre 2007 (79%) e 2009 (72%). O local de venda mais frequente para 60% das escolas que ofertavam alimentos e bebidas eram as cantinas. As escolas dos decis 1-3 que vendiam alimentos e bebidas eram mais propensas a ofertar alimentos classificados como “cotidianos” uma vez por dia ou mais (59%) quando comparadas com as escolas dos decis 4-7 (38%) e com as dos decis 8-10 (24%). Reduziu de 53% para 39% a proporção de escolas dos decis 1-3 que vendiam alimentos e bebidas “ocasionais” uma vez ou mais por dia, em 2009. Também, houve redução para as escolas dos decis 4-7 (31% para 23%) e dos decis 8-10 (24% para 16%). Escolas dos decis 1-3 tinham maior propensão a ter diretrizes sobre o tipo de alimentos e bebidas fornecidos aos estudantes (55%) do que escolas dos decis 4-7 (32%) e decis 8-10 (21%).
Marraccini et al. <sup>61</sup> (2012), África do Sul.	Avaliar a conscientização e a percepção de pais e funcionários de escolas participantes do Programa <i>Woolworths Making the Difference</i> (MTD) sobre o <i>Healthy Tuck Shop Guide</i> .	20 indivíduos (mães, administradores de escola, professores e terceirizados) de 13 escolas economicamente favorecidas ou desfavorecidas.	Estudo qualitativo, com coleta de dados por grupos focais, entrevistas e observações. Os dados foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo.	Guia <i>Healthy Tuck Shop</i> do Programa <i>Woolworths Making the Difference</i> (MTD).	Todas as lojas observadas ofertavam doces e salgadinhos e esses produtos foram os mais populares vendidos. Água mineral e aromatizada, bebidas açucaradas foram citadas como frequentemente compradas pelos alunos. Frutas raramente estavam disponíveis em escolas sem esquema de alimentação. Algumas escolas relataram ter dias específicos para o consumo exclusivo de alimentos saudáveis (nesses dias não eram vendidos itens não saudáveis). Escolas que dirigiam suas próprias lojas eram impulsionadas pelo lucro, resultando em uma oferta de alimentos não saudáveis e criando uma barreira para a implementação do Guia. Quatro dos 13 representantes das escolas não tinham lido o Guia no momento do grupo focal. Todos os que consultaram o Guia o consideraram de fácil leitura e compreensão, além de ter bom <i>layout</i> .

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Kankaanpää et al. <sup>62</sup> (2012), Finlândia.	Verificar como e porque a comercialização de produtos doces no nível superior das escolas abrangentes da Finlândia mudou de 2007 para 2008 depois da recomendação nacional.	480 responsáveis pela venda de produtos em 2007 e 507 em 2008.	A pesquisa se deu por meio de um questionário online. Teste de McNemar e Qui-quadrado foram utilizados.	Recomendação nacional sobre a venda de produtos doces no ambiente escolar.	Em 2007 e em 2008 56% e 46% dos entrevistados informaram ofertar doces. Nas escolas que participaram do estudo em ambos os anos (319) 56% tinham venda de produtos doces em 2007 e 50% em 2008. A comercialização de doces diminuiu em 23% ( $p < 0.001$ ) e a de refrigerante em 20% ( $p < 0,028$ ) entre escolas que participaram nos dois anos, sendo a recomendação nacional e a saúde dos alunos as principais causas da redução. A venda de produtos saudáveis aumentou em 15% ( $p = 0,005$ ). 42% das escolas que participaram em 2007 e 2008 informaram que haviam mudado a venda de alguma forma, as ações mais declaradas foram parar de vender ou reduzir a oferta de produtos doces, limitação do horário de funcionamento de locais de venda ou começar a fornecer produtos saudáveis.
Amorim et al. <sup>63</sup> (2012), Brasil.	Apresentar o desenvolvimento e a aplicação de uma metodologia para avaliar a implantação da cantina escolar saudável.	35 escolas.	Estudo descritivo e avaliativo sobre uma intervenção educativa, do tipo antes e depois. Teste <i>Q</i> Cochran e de McNemar foram utilizados.	Curso de capacitação para os proprietários das cantinas escolares a respeito da alimentação adequada.	Participaram das três avaliações nove proprietários de cantinas escolares. Ocorreu um aumento na porcentagem de cantinas que não vendiam alimentos industrializados com teor de gordura saturada maior do que 10%. A quantidade de cantinas que participaram ao longo dos anos de outros cursos sobre alimentação saudável se elevou. Observou-se baixo percentual da oferta de biscoitos recheados, pipocas e salgados folhados nos três períodos de avaliação. As cantinas passaram a ofertar mais salada de frutas, iogurte, salgado assado e bolo. Observou-se que em todos os três momentos de avaliação, as cantinas que aplicaram os dez passos tiveram um percentual médio de oferta de alimentos mais saudáveis maior do que o dá oferta de alimentos menos saudáveis.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

de Silva-Sanigorski et al. <sup>64</sup> (2011), Austrália.	Examinar os cardápios e determinar se a conformidade com a política melhora o seu perfil nutricional.	132 escolas primárias e secundárias de Vitória, na Austrália.	Itens do cardápio de serviços de alimentação foram avaliados e categorizados. Os dados foram coletados em 2008 e 2009. Regressão logística binária e análise de perfil foram realizadas.	Política de <i>School Canteens and other Food Services (SCFS)</i> .	Foi descoberto que 36,8% das escolas em 2009 ofereciam itens banidos pela política nos seus cardápios. Bebidas proibidas foram incluídas em 62,9% dos cardápios. Nenhuma escola tinham um cardápio com >50% dos itens considerados saudáveis. Os menus continham uma grande porcentagem de itens “âmbar” (51%) e “vermelhos” (29,3%). Dos 106 cardápios analisados, apenas um tinha zero itens “vermelhos”. A proporção de itens foi maior para itens âmbar (alimentos que devem ser consumidos com cuidado). As escolas primárias tendiam a ter mais itens verdes (saudáveis) do que as escolas secundárias. De maneira geral, houve um nível moderado de conformidade com a política de SCFS.
Matthews et al. <sup>65</sup> (2011), Inglaterra.	Avaliar o efeito de uma legislação sobre a relação da proporção com a provisão de máquinas de venda. O número e o tipo de máquinas de venda, a qualidade nutricional dos produtos vendidos, e grau de conformidade das bebidas e produtos; Examinar as atitudes e experiências relacionadas à nova legislação.	279 escolas secundárias da Inglaterra. Para a pesquisa de inventário: no ano 1: das 279 escolas respondentes, 62 foram selecionadas aleatoriamente; no ano 2, 44 das 236; e no ano 3, 29 das 231 escolas. Das 29, 23 participaram das entrevistas.	Estudo longitudinal, realizado por meio de pesquisa postal, um inventário e entrevistas por meio de visitas às escolas para coletar dados de máquinas de vendas e de produtos, durante 3 anos letivos.	Legislação que introduziu novos padrões alimentares no Reino Unido Referida como Novos padrões ( <i>School Food Trust- SFT</i> ).	Entre o ano 1 e o ano 3, notou-se uma redução no percentual de máquinas de venda de alimentos e de bebidas frias. No ano 3 observou-se um aumento significativo ( $P<0,001$ ) no percentual de bebidas permitidas pelos novos padrões (82%) em comparação com o <i>baseline</i> (42%). O maior grau de mudanças do ano 1 para o ano 3 referiu-se ao aumento na proporção de sucos de frutas. De todos os alimentos do inventário inicial, ocorreu maior redução da participação de produtos alimentícios do que da participação de bebidas (de 56% no início da pesquisa para 36% no terceiro ano), $p<0,0001$ . Entre o ano 2 e o ano 3, houve redução na proporção de alimentos da categoria “não permitidos” e houve a permanência de barras de cereais. Quinze dos 23 entrevistados afirmaram que os novos padrões foram a principal motivação para a adoção de vendas saudáveis. Alguns consideraram os Novos Padrões como negativos, alegando que as regras colocam o estado como babá ao interferir na gestão das escolas.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Kubik, Lytle Farbakhsh <sup>66</sup> (2011), Estados Unidos.	Examinar a prevalência, características e ações de política de venda após a promulgação de uma legislação. E avaliar a associação entre ter um conselho de bem-estar e a disponibilidade de alimentos/bebidas.	89 escolas públicas (35 escolas de ensino fundamental e 54 de ensino médio).	Dados foram coletados a partir do estudo <i>Identifying Determinants of Eating of Activity</i> e observações de máquinas de venda automática. Regressão linear multivariada foi utilizada.	Políticas de Vendas do Conselho de Bem-estar de escolas públicas de Minnesota.	Em todas as escolas (n=89) o número médio de alimentos com baixo teor de nutrientes e densos em energia foi menor para as escolas com conselhos distritais e escolares, e só com conselho distrital do que as escolas sem conselhos. Entre as escolas que vendiam alimentos insalubres (n=78), os mais frequentes eram, refrigerantes/suco que não eram 100% (90%) e bebidas esportivas energéticas (91%). Na análise multivariada, ter um conselho de bem-estar implicou num menor escore alimentar e menor disponibilidade de alimentos com baixo teor de nutrientes e alta densidade energética.
Kubik, Farbakhs, Lytle <sup>67</sup> (2011), Estados Unidos.	Avaliar a estrutura do conselho de bem-estar e associação dessa estrutura com a disponibilidade da tarifa de venda de alimentos pobre em nutrientes e ricos em energia em dois anos.	54 escolas de ensino fundamental e médio.	Estudo de coorte. Um questionário foi preenchido pelo diretor da escola. Foram realizadas visitas ao local. Para análise estatística foi realizada uma regressão linear multivariada.	Conselho de bem-estar escolar das escolas.	Ter uma estrutura de conselho foi inversamente associada com a pontuação de alimentos. Escolas de nível médio e suburbanas tiveram uma pontuação mais alta, indicando que disponibilizavam itens insalubres do que as escolas médias e urbanas.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Blum et al. <sup>68</sup> (2011), Estados Unidos.	Examinar o efeito da política de nutrição do Maine na disponibilidade de refrigerantes em locais de alimentação antes e depois da implementação da política e descrever os ambientes de alimentação do ensino médio examinando a disponibilidade de outras bebidas açucaradas e <i>junk food</i> .	54 diretores dos serviços de alimentação escolar de escolas públicas de ensino médio; 11 escolas para observação e produção do inventário.	Estudo transversal. Questionários foram enviados para os diretores dos serviços de alimentação. Em uma parte das escolas foram realizados inventários e observações. Teste exato de Fisher foi utilizado.	Política de nutrição escolar do estado de Maine (capítulo 51).	O número de escolas com refrigerantes disponíveis diminuiu significativamente após a implementação da política ( $p < 0,04$ ). Os inventários das 11 escolas não mostraram refrigerantes em nenhum local de venda para os estudantes ( <i>à la carte</i> , lojas escolares e vendedores autônomos nas salas de aula). Outras bebidas adoçadas foram vendidas em programas de vendas de estudantes em 10 escolas, das 11 do inventário. Os <i>junk foods</i> também foram vendidos em 8 escolas. 4 escolas tinham cantinas escolares, três delas vendiam bebidas adoçadas com açúcar e todas as quatro vendiam <i>junk food</i> . Dados das observações revelaram que 10 escolas tinham anúncio de refrigerantes. Doces que atendem aos padrões da política estavam disponíveis nas escolas, especialmente nas lojas escolares, devido à preocupação dos gerentes de que a eliminação completa desses itens pudesse afetar negativamente a receita das lojas.
Taber, Chriqui e Chaloupka <sup>69</sup> (2011), Estados Unidos.	Estimar as diferenças geográficas na força das políticas estaduais e distritais de bem-estar escolar destinadas ao combate à obesidade juvenil desde o início do ano letivo de 2006-2007.	Dados secundários de 578 distritos escolares em 2006-2007 e de 592 em 2008-2009 obtidos a partir do programa de pesquisa <i>Bridging the Gap</i> .	Estudo transversal. Foram utilizados dados secundários de outros estudos. Modelos de regressão linear foram utilizados na análise estatística.	Políticas de bem-estar escolar estaduais e distritais dos EUA.	Os distritos, em todo o país, tinham fortes provisões para em média menos de ¼ das políticas que regem alimentos competitivos, merenda escolar, Educação Nutricional, educação física e atividade física. A força média das políticas distritais aumentou em 9,4 entre 2006-2007 e 2009-2010. A região Centro-oeste tinha uma proporção alta de distritos com fortes políticas de alimentos competitivos em 2008-2009. Estados e distritos das regiões Centro-sul-leste e Centro-sul-oeste, com maior prevalência de obesidade juvenil em 2007 tinham políticas para alimentos competitivos mais fortes em comparação com outras regiões. Resultado importante, devido a influência dessas políticas no consumo/escolhas alimentares mais saudáveis.



**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Taylor et al. <sup>70</sup> (2011), Canadá.	Avaliar a percepção e o seguimento de diretores de escolas de ensino fundamental da Ilha de Príncipe Eduardo sobre a implementação de uma política de nutrição escolar; Descrever os principais facilitadores e barreiras.	41 diretores de escolas de ensino fundamental da Ilha de Príncipe Eduardo.	Estudo explicativo de métodos mistos. A pesquisa foi realizada por meio de questionários e entrevistas telefônicas. Estatística descritiva e Análise de Conteúdo foram utilizadas nas análises.	Políticas de Nutrição das escolas da Ilha Príncipe Eduardo no Canadá.	A maior parte dos diretores (87%) relataram que os alimentos vendidos em suas escolas eram sempre ou na maioria das vezes de acordo com a Política de Nutrição. 62% relataram ter uma máquina de venda apenas de bebida, sendo a maioria dessas bebidas permitidas (95%). Das 53% das escolas que participavam do programa de almoço 20% ou mais ofereciam alimentos não permitidos pela política. 60% tinham cantinas e maioria dos alimentos (85%) eram permitidos de acordo com a política. Os participantes relataram o apoio da comunidade/pais como um componente-chave para o sucesso. E o alto preço dos alimentos saudáveis e ausência dos refeitórios/cantinas/instalações adequadas para o preparo dos alimentos como barreiras para implementação de políticas.
Turner, Chaloupka <sup>71</sup> (2011), Estados Unidos.	Examinar a disponibilidade de bebidas de alto teor calórico em escolas primárias públicas e privadas.	578 escolas públicas em 2006, 748 em 2007, 641 em 2008; 259 escolas privadas em 2006, 336 escolas em 2007, 297 escolas em 2009.	Os dados foram coletados nos anos letivos de 2006-2007 a 2008-2009. Um questionário foi preenchido. Modelos de regressão logística multivariada foram utilizados na análise estatística.	Diretrizes do Instituto Americano de Medicina da Aliança para uma Geração mais Saudável sobre a disponibilidade de bebidas competitivas nas escolas.	No ano letivo de 2008-2009 mais de 69% dos alunos de escolas públicas podiam comprar bebida em diferentes locais competitivos, um aumento de quase 50% com relação aos dois anos anteriores. Houve também um aumento na disponibilidade de leite com alto teor de gordura. O leite com baixo teor de gordura e a água foram os itens mais comumente disponíveis, porém, no ano letivo de 2008-2009, 14,1% dos alunos de escola pública puderam comprar bebidas açucaradas na escola; 16,1% tiveram acesso apenas a bebidas permitidas nas diretrizes; e 44,7% conseguiram comprar bebidas não permitidas. Quando comparados com alunos da rede pública, os alunos da rede privada tiveram maior acesso ( $p < 0,001$ ) a bebidas competitivas em máquinas de venda, lojas/lanchonetes.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Gabriel et al. <sup>72</sup> (2010), Brasil.	Realizar diagnóstico da existência de cantinas em Florianópolis e verificar os tipos de alimentos e bebidas comercializados após a instituição da Lei Estadual de Regulamentação das Cantinas.	105 escolas de ensino fundamental das redes municipal (n=33), estadual (n=37) e particular (n=35) de Florianópolis.	Estudo transversal. A coleta de dados se deu através da aplicação de questionários com diretores das escolas ou responsáveis pelas cantinas por telefone, entre junho e julho de 2006. Utilizou-se estatística descritiva para análise dos dados.	Lei Estadual de Regulamentação das Cantinas Escolares nº 12.061/2001, Santa Catarina.	100% dos entrevistados relataram ausência de salgados fritos e industrializados nas cantinas, 98,2% referiram ausência de refrigerantes e 92,9% referiram ausência de pipocas industrializadas. Mais da metade (60,7%) relatou venda de sucos artificiais nas cantinas. Presença de bolos e tortas foi relatada em 69,6% das entrevistas. A maioria (80,4%) referiu ausência de picolés à base de frutas/artificiais/ cremosos ou sorvetes. 75,0% dos participantes referiram disponibilidade de sucos naturais e somente 39,3% relataram oferta de frutas ou saladas de frutas (sendo maior nas escolas privadas).
Devi, Surender, Rayner <sup>73</sup> , (2010), Reino Unido.	Avaliar fatores potenciais que podem atrapalhar ou possibilitar reformas recentes, explorando opinião das equipes de vendas e dos alunos, bem como a percepção dos novos padrões.	10 escolas secundárias da Autoridade de Educação Local Inglesa.	Estudo qualitativo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com funcionários das escolas e grupos focais com os alunos. Os dados foram analisados com o auxílio do <i>software</i> QSR NVivo 7.0.	Padrões de alimentação escolar baseados em nutrientes e alimentos do Reino Unido.	A grande maioria dos participantes criticava as máquinas de venda automáticas nas escolas, apesar disso, mais de 54% tinham máquinas. Restrições financeiras atrapalhavam a oferta de lanches saudáveis nas escolas. A falta de infraestrutura adequada dos refeitórios também foi considerada uma barreira. As entrevistas com grupos focais revelaram que os estudantes tinham uma compreensão de saúde, nutrição, alimentos saudáveis e insalubres. Porém, a maioria deles utilizam as máquinas de venda automáticas. O fato de os novos padrões restringir a receita e os lucros das escolas era uma preocupação. Muitos estudantes ficaram frustrados com as novas políticas.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Sanchez - Vaznaugh, Sanchez, Crowford <sup>74</sup> (2010), Estados Unidos.	Examinar se novas políticas que restringe a venda de alimentos e bebidas competitivos nas escolas influenciaram nas taxas de excesso de peso em crianças do distrito escolar unificado de Los Angeles e o resto da Califórnia.	Dados das crianças do teste de aptidão física <i>Fitnessgram</i> de 2001 a 2008, e da escola e do distrito no banco de dados do departamento de educação da Califórnia e os dados do censo de 2000 foram coletados.	Estudo transversal. Realizou-se uma coleta de dados em bases de dados sobre estado nutricional das crianças, informações das escolas e do distrito, além de dados do censo de 2000. Foram realizadas análises estatísticas descritivas, análises de sensibilidade e regressão linear múltipla multinível.	Políticas que restringem a venda de alimentos e bebidas competitivos do distrito escolar unificado de Los Angeles e do resto da Califórnia.	Sem ajustes das variáveis explicativas (idade, raça, etnia e aptidão física) a prevalência de excesso de peso na infância mostrou-se crescente durante o período anterior à implementação das políticas (2001-2004). Após a implementação (2005-2008), essa tendência demonstrou se consolidar entre os estudantes de Los Angeles e do resto da Califórnia. Depois que as políticas entraram em vigor, observou-se uma taxa significativamente menor de aumento de sobrepeso entre os alunos do quinto ano de Los Angeles e uma menor taxa de excesso de peso entre meninos e meninas da quinta e sétima série da Califórnia ( $p < 0,001$ ).
Samuels et al. <sup>75</sup> (2010), Estados Unidos.	Descrever até que ponto as escolas foram capazes de implementar os padrões de alimentos e bebidas competitivos da Califórnia.	19 escolas de ensino fundamental e médio.	Estudo transversal. Os dados foram coletados usando o sistema de monitoramento em visitas aos locais em 2005 e 2008. Estatística descritiva e regressão logística foram utilizadas.	Padrões de alimentos e bebidas competitivos do estado da Califórnia.	Em 2005 23,8% (n=145) dos itens alimentares competitivos aderiram às exigências legislativas para alimentos competitivos. Em 2008 67% (n=397) dos alimentos atenderam as exigências. As lojas escolares tiveram a maior taxa de adesão, com 77,5% dos alimentos atendendo aos critérios de adesão. A adesão geral para bebidas melhorou ao longo dos três anos de 50,3% (2005) para 77,8% (2008). Em 2008 as máquinas de venda automática apresentaram maior taxa de adesão de bebidas (87,1%), seguidas pelas lojas escolares (75,6%) e pelo serviço de alimentação escolar (71,7%). A possibilidade de um item alimentar observado em 2008 atender às exigências de alimento foi três vezes maior do que em 2005 (OR 2,97 $p < 0,001$ ). Os resultados para bebidas foram semelhantes.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Belansky et al. <sup>76</sup> (2010), Estados Unidos.	Descrever as mudanças nas práticas baseadas em evidências antes e depois da implementação das políticas de bem-estar escolar, o conteúdo das leis de bem-estar dos distritos e impressões dos gerentes dos serviços de alimentação escolar sobre o impacto das leis de bem-estar.	45 escolas rurais do Colorado de 40 distritos escolares.	Entrevistas com diretores foram realizadas. Para análise das entrevistas o método de comparação constante foi utilizado.	Políticas de bem-estar escolar de distritos escolares dos Estados Unidos.	De acordo com os relatos dos diretores, dentro dos refeitórios houve um aumento no número de frutas frescas oferecidas diariamente ( $p < 0,04$ ) de 2005 para 2007. Políticas de bem-estar foram obtidas de 32 dos 40 distritos escolares, as diretrizes nutricionais mais comumente abordadas por essas políticas incluíam regulamentações para máquinas de venda automáticas, lojas escolares e serviços de alimentação <i>à la carte</i> . Porém, diretrizes direcionadas ao conteúdo energético de alimentos e/ou bebidas e relacionadas a limitação de ingredientes insalubre, nunca ou quase nunca foram abordadas. 11 dos 13 gerentes dos serviços de alimentação escolar entrevistados eram familiarizados com as políticas de bem-estar escolar, dois dos 11 ajudaram a escrever as políticas. Nenhum dele achava que a política influenciou no conteúdo nutricional dos alimentos no refeitório.
Woodward-Lopez et al. <sup>77</sup> (2010), Estados Unidos.	Avaliar o impacto da legislação que estabeleceu padrões para alimentos e bebidas competitivos na Califórnia.	99 escolas de todos os níveis da Califórnia.	Estudo transversal. Compilação de dados de outras pesquisas. Nas pesquisas foram utilizados questionários e entrevistas foram realizadas.	Legislações para alimentos e bebidas competitivos do estado da Califórnia (SB12 e SB95).	As escolas de todos os níveis ofereceram uma porcentagem maior de produtos alimentícios que atendem os padrões depois que a legislação entrou em vigor em 2007. Melhorias na adesão de bebidas foram mais presentes em escolas de ensino fundamental das escolas que participaram do estudo “ <i>Healthy Eating, Active Communities</i> ” (HEAC). Escolas do ensino médio reduziram as bebidas de 25% a 35% no estudo HEAC e no <i>High School Study</i> (HSS). E os alimentos em 10 a 15%. Os resultados do <i>School Wellness Study</i> (SWS) indicaram que os padrões nutricionais estavam entre os primeiros e mais completamente implementados das políticas de bem-estar.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Kubik et al. <sup>78</sup> (2010), Estados Unidos.	Avaliar se as políticas de nutrição distritais e estaduais abordando <i>junk foods</i> estavam associadas a menor quantidade desses alimentos nas máquinas de vendas e nas lojas escolares.	563 alunos de escolas de públicas. 214 escolas de nível elementar, 165 de nível intermediários e 184 de ensino médio.	Estudo transversal. Foram realizadas entrevistas telefônicas assistidas por computador ou questionários. Regressão logística e modelos logísticos multivariados foram utilizados.	Políticas de Nutrição distritais e estaduais com vistas na regulamentação na venda de <i>junk foods</i> nas máquinas de vendas e lojas escolares.	Máquinas de vendas e/ ou lojas escolares foram mais presentes em escolas de ensino médio (93%), do que de escolas de ensino intermediário (84%) e ensino fundamental/elementar (30%). Os produtos alimentícios pobres em nutrientes e com densidade energética alta ( <i>junk foods</i> ) estavam presentes em 100% das escolas de nível médio, 93% de escolas de ensino fundamental e 73% de escolas de ensino elementar. Os cinco tipos mais comuns de <i>junk foods</i> foram bebidas esportivas, refrigerantes/ bebidas de frutas, salgadinhos, assados e doces. As escolas de ensino fundamental/elementar com políticas estaduais que objetivavam a proibição de <i>junk food</i> , ofertavam menos esses alimentos do que as escolas com políticas que não exigiam nem recomendaram a proibição (13% vs 37% p= 0,006).
Probart et al. <sup>79</sup> (2010), Estados Unidos.	Examinar o processo e a eficácia da implementação de políticas de bem-estar nas escolas.	368 superintendentes dos distritos escolares da Pensilvânia.	Desenvolvimento e avaliação de uma ferramenta de implementação de política de bem-estar online de 39 itens. A coleta de dados ocorreu entre novembro/2008 a janeiro/2009. As análises estatísticas foram realizadas no SPSS versão 15.0.	Política de bem-estar escolar da Pensilvânia (Resposta do Departamento de Educação da Pensilvânia à Lei Federal de Reautorização de Nutrição Infantil e Mulheres, Bebês e Crianças, de 2004).	Contrariando a lei federal, apenas 54% dos entrevistados informaram ter começado a medir a implementação da política. Apenas 24% dos distritos desenvolveram os planos escritos para medir a política. A maioria dos distritos (67%) indicou ter objetivos priorizados. 52,4% estabeleceram planos para a implementação de alguns dos objetivos da política. 58,2% e 47% dos entrevistados relataram melhorias nos itens disponibilizados nas máquinas de venda automática e os itens oferecidos <i>à la carte</i> nos programas de refeições escolares. As políticas locais não parecem aumentar as oportunidades para que os alunos sejam fisicamente ativos. Os resultados demonstraram que as etapas da política de bem estar não foram seguidas, no entanto houveram algumas melhorias em áreas relacionadas à obesidade, como a melhoria de itens <i>à la carte</i> .

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Phillips et al. <sup>80</sup> (2010), Estados Unidos.	Descrever as mudanças ocorridas em ambientes, políticas e práticas de nutrição escolar após a Lei nº 1220/2003 de Arkansas.	811 diretores e 223 superintendentes em 2004; 832 diretores e 183 superintendentes em 2008.	Estudo transversal. Dados obtidos através de pesquisas anuais realizadas com diretores e superintendentes de escolas públicas. Para análise estatística foram utilizados modelos multivariados.	Lei nº 1220/2003 de Arkansas.	Os superintendentes relataram aumento significativo nas políticas distritais que proibiam/desencorajavam a venda de <i>junk foods</i> no ambiente escolar. Os diretores relataram aumento na oferta de opções de baixo teor de gordura nas cantinas. De acordo com os diretores, em 2008 houve maior acesso a opções de alimentos e bebidas saudáveis e menor probabilidade de haver máquinas de venda disponíveis. Em escolas primárias ( <i>elementary</i> ), os alunos eram menos propensos a ter máquinas de venda acessíveis ao longo do dia. Diminuição significativa na disponibilidade de máquinas de venda de bebidas/refrigerantes durante o almoço foi notada em todos os níveis de ensino.
Jones, Gonzalez e Frongillo <sup>81</sup> (2010), Estados Unidos.	Investigar se ter uma política escolar de regulamentação de bebidas adoçadas estava associado à compra e ao consumo de crianças de escolas de ensino fundamental ( <i>elementary</i> ).	10.719 crianças (nove a treze anos de idade) de 2.065 escolas de ensino fundamental.	Estudo transversal. Foram obtidos dados sobre o consumo alimentar das crianças nos últimos sete dias. Na análise estatística, regressão logística multinível foi utilizada.	Políticas de regulamentação/restrrição de bebidas adoçadas no ambiente escolar.	A compra estava fortemente relacionada à disponibilidade de bebidas adoçadas na escola. Nas escolas com autorização para venda de bebidas adoçadas, 24% das crianças compravam. Enquanto que nas escolas com proibição, apenas 8% das crianças compravam as bebidas. Mais de 1/3 das crianças que compram bebidas deixariam de comprar se as escolas proibissem a venda. Ter uma política para bebidas alternativas na escola se associou com menor compra de bebidas adoçadas. Crianças de escolas sem política que restringiam bebidas adoçadas foram três vezes mais predispostas a relatar consumo ocasional ou frequente dessas bebidas.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Continuando)

Samuels et al. <sup>82</sup> (2009), Estados Unidos.	Determinar a extensão e os fatores associados à implementação dos padrões nutricionais escolares da Califórnia um ano após a sua implementação.	56 escolas de nível médio ( <i>high</i> ).	Estudo transversal. As informações sobre alimentos competitivos foram coletadas com um auxílio de um <i>software</i> ( <i>Food BEAMS</i> ). O coeficiente de correlação de <i>Pearson</i> e regressão linear.	Leis 965 e 12 do Senado da Califórnia (para regulamentação de alimentos (SB12) e bebidas (SB965) competitivos.	Todas as 56 escolas vendiam bebidas competitivas e 53 (94,6%) das escolas vendiam alimentos competitivos. Ao longo do estudo um número médio de 376 máquinas de bebidas e 96 máquinas de venda de alimentos estavam acessíveis para os alunos. Com relação a adesão dos padrões para bebidas (ter pelo menos 50% das bebidas aderentes às exigências), 85,7% das escolas cumpriu com os padrões. Nenhuma das escolas cumpriu o padrão de ter 100% dos alimentos competitivos aderentes as normas. Apenas três escolas não vendiam alimentos competitivos, apresentando consequentemente 100% de aderência aos regulamentos da SB12.
Cullen e Watson <sup>83</sup> (2009), Estados Unidos.	Avaliar o impacto da Política de Nutrição para Escolas Públicas do Texas sobre alimentos e bebidas oferecidos ou vendidos nas escolas.	47 escolas ( <i>elementary</i> ) e secundárias ( <i>middle e high school</i> ) de 11 distritos escolares.	Estudo transversal. Foram solicitados registros diários de produção das refeições do Programa Nacional de Almoço Escolar e dados de pontos de venda para lanchonetes. Na análise dos dados, estatística descritiva, teste de <i>Wilcoxon</i> e $\chi^2$ foram utilizados.	Política de Nutrição para Escolas Públicas do Texas.	As escolas primárias relataram oferecer mais porções de frutas por estudante antes e depois da política. Houve redução significativa na oferta de legumes ricos em gordura entre os anos tanto para escolas primárias (0,49 para 0,36) quanto para escolas secundárias (0,80 para 0,54). Entretanto, escolas secundárias ofertavam mais legumes ricos em gordura do que escolas primárias nos dois anos. Entre as escolas secundárias, houve redução da venda de sacos grandes de batatas fritas após a implementação da política (de 43% para 9% das escolas). Em escolas que vendiam doces houve redução (de 12,8 para 1,1 porções/dia), embora sem diferença estatística.

**Tabela 1** - Estudos sobre iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada direcionadas as cantinas escolares e as suas principais características, publicados no período de 2009 a 2019. (Conclusão)

Gabriel et al. <sup>84</sup> (2009), Brasil.	Analisar a existência e função de cantinas escolares em oito municípios do estado de Santa Catarina, e determinar se os alimentos e bebidas vendidos pelos estabelecimentos estavam de acordo com a lei nº 12.061/2001.	345 escolas de oito municípios de Santa Catarina.	Estudo transversal. Realizou-se a aplicação de um instrumento com diretores e responsáveis pelas cantinas para avaliar a legislação. Análise descritiva e inferencial foram realizadas.	Lei nº 12.061/ 2001 de Santa Catarina, que dispõe sobre a regulamentação de alimentos e bebidas vendidos nas escolas.	Das 347 escolas 345 participaram da investigação, dessas 189 não possuíam cantina e 156 possuíam. Mais da metade das cantinas ofereceram assados (83,9%), bolos (65,2%), pizzas (72,9%), biscoito simples (61,3%) e cachorros-quentes (6,8%). Em relação aos doces, os chocolates (50,6%) e outras sobremesas como pudins e mousses (48%) apresentaram maior frequência total. A maior parte das cantinas vendiam também chocolate ao leite (76,5%), sucos (66,7%) e água mineral (61,3%). Pelo exame de cumprimento da lei estadual, nenhuma das cantinas vendia salgadinhos fritos. 68,2% das cantinas cumpriram a lei em relação a refrigerantes, pipocas industrializadas, doces duros, pirulitos, goma de mascar e lanches embalados.
-------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Os artigos publicados no Brasil analisaram os alimentos comercializados em cantinas levando em consideração a existência de legislações municipais e estaduais que regulam a promoção da alimentação adequada nas escolas, por meio da regulamentação da venda de alimentos ricos em gordura, açúcar e sódio. Pode-se notar que houveram muitos avanços com relação a oferta de alimentos saudáveis. Porém, apesar dos esforços, alimentos insalubres ainda são vendidos nas escolas<sup>40,72,84</sup>. A capacitação de cantineiros mostrou-se uma estratégia efetiva e contribuiu para a maior oferta de alimentos saudáveis nas cantinas escolares de Ribeirão Preto<sup>63</sup>.

O Guia de Alimentação Saudável nas Escolas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) no Brasil, identificou 24 leis, três Portarias, dois Decretos e uma Resolução, documentos destinados à promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Estes dispositivos destinam-se primordialmente à regulamentação dos alimentos ofertados pelas cantinas escolares e, de forma menos sistemática, à proibição da publicidade dos alimentos no espaço escolar, treinamento dos funcionários das cantinas e medidas educativas<sup>85</sup>.

É importante ressaltar que a regulamentação de cantinas no Brasil precisa de melhorias, e há muito para avançar e contribuir com a promoção da alimentação saudável nas escolas e para que isto aconteça é preciso promover a ampliação desta iniciativa, com o envolvimento de atores (alunos, professores, cantineiros, diretores e representantes do governo), além de organizar um processo de acompanhamento e avaliação que aponte os benefícios e as complicações<sup>86</sup>.

Na Austrália a maioria dos programas destinados a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas cantinas escolares, levam em consideração a classificação dos alimentos de acordo com as cores do semáforo: verde para alimentos que devem ser consumidos regularmente/ todos os dias, âmbar para aqueles alimentos que devem ser consumidos com cuidado e vermelho para alimentos que não devem ser consumidos ou que devem ser consumidos de forma ocasional. Os estudos demonstram que a oferta de alimentos classificados como verdes é presente nas cantinas, com a participação maior dos itens de cor âmbar e a presença de itens vermelhos, apesar da limitação/proibição desse alimentos<sup>20,23,29,31,32,37,52,64</sup>.

Intervenções para a melhoria dos cardápios e apoio por meio de estratégias de multicomponentes, aliadas com auditorias e *feedbacks* mostraram resultados positivos para o fornecimento de alimentos mais saudáveis nas cantinas, aumento do conhecimento dos gerentes e para o monitoramento adequado do cumprimento das políticas<sup>24,29,31,37</sup>.

Choi et al.<sup>25</sup> ao avaliarem duas políticas voltadas a regulamentação de alimentos nas lojas escolares da Coreia do Sul, demonstraram que ambas as políticas tiveram uma influência modesta na melhoria do ambiente alimentar das escolas, sendo necessárias estratégias alternativas a fim de atingir o ambiente alimentar de cantinas almejado.

No Canadá diferentes políticas de acordo com a localização, voltadas a regulamentação dos alimentos comercializados nas escolas, tem ganhado avanços ao longo dos tempos. Vine e Elliot<sup>51</sup> verificaram por meio de relatos dos responsáveis pela comercialização dos alimentos que a maioria das escolas estavam em conformidade com a política de alimentos e bebidas em Ontário. No entanto barreiras para a implementação como o alto custo dos alimentos e falta de comunicação sobre as preferências dos alunos, foram relatadas pelos estudantes<sup>49</sup>.

Taylor et al.<sup>70</sup> ao analisarem uma política de nutrição em Príncipe Eduardo no Canadá, relataram o apoio da comunidade/pais como um componente-chave para o sucesso. E o alto preço dos alimentos saudáveis e ausência dos refeitórios/cantinas/instalações adequadas para o preparo dos alimentos como barreiras para implementação de políticas.

Em British Columbia no Canadá a *Guidelines for Food and Beverage Sales* (FBSS) publicada em 2005 e revisada em 2010 e 2013, obteve resultados positivos nas escolas, de acordo com os relatos dos diretores, os resultados fornecem suporte para diretrizes ou políticas que se concentram em fornecer alimentos saudáveis<sup>50,87</sup>.

Da Holanda foram encontrados estudos que falavam de duas estratégias que visavam contribuir para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas cantinas escolas. Milder et al.<sup>39</sup> avaliou o programa *Healthy School Canteen* e indentificaram que as escolas que participavam do programa ofereciam mais itens saudáveis do que as que não participavam. No entanto, o número de itens insalubres não demonstrou diferenças. De acordo com Evenhuis et al.<sup>21</sup> uma ferramenta para fornecer informações para a melhoria da oferta de alimentos nas cantinas escolares denominada “*Canteen Scans*” foi bem avaliada pelos pesquisadores, exceto para o tempo dispendido para o preenchimento da ferramenta. Vale ressaltar que ferramentas como essa, podem possivelmente contribuir para a avaliação dos alimentos vendidos nas cantinas e o monitoramento de políticas/programas de alimentos comercializados.

No México a Política de Nutrição e Atividade física foi avaliada mas os resultados foram inconsistentes. Para Théodore et al.<sup>22</sup> no processo de implementação de uma política faz-se necessário criar um marco teórico, adotar estratégias atraentes para os atores envolvidos, formular objetivos concretos, simples e mensuráveis, dar apoio às partes interessadas e supervisionar todo o processo.

A regulamentação nacional para doces e refrigerantes nas escolas e faculdades do Conselho de Educação e do Instituto Nacional de Saúde e Bem-estar da Finlândia, também obteve resultados inconsistentes, de acordo com Anttila et al.<sup>38</sup> e Kankaanpää et al.<sup>62</sup>. As escolas demonstraram uma redução do fornecimento de refrigerantes e doces, mas especificamente balas, porém ainda ofereciam outros tipos de doce. Como ponto positivo, os alunos eram mais restritos a irem comprar alimentos fora da escola.

Na África do Sul a empresa *Woolworts* por meio do *Woolworths Making the Difference* (MTD) disponibilizou um guia para as lojas escolares destinado a auxiliar as escolas a proporcionar escolhas alimentares saudáveis para as crianças<sup>61,88</sup>. Apesar da existência desse guia, Marraccini et al.<sup>61</sup> constatou que todas as lojas escolares do seu estudo tinham doces e salgadinhos e que estes itens eram os mais vendidos. Frutas raramente estavam disponíveis e poucos responsáveis pelas lojas escolares tinha conhecimento sobre o guia.

Em contrapartida a estratégia *Healthy Eating – Healthy Action Oranga Kai – Oranga Pumau Strategy* da Nova Zelândia demonstrou resultados positivos com a diminuição de itens insalubres vendidos nas escolas, de acordo com Pledger, McDonald e Cumming<sup>60</sup>. Esta estratégia é baseada em uma estrutura política para trazer mudanças nos ambientes onde os neozelandeses brincam, vivem ou trabalham, aliando atividade física e nutrição<sup>89</sup>.

No Reino Unido, incluindo a Inglaterra o *The School Food of Trust* que estabelece padrões para alimentos nas escolas, apesar de apresentar melhorias, não foi bem aceito pela população, os alunos de acordo com encontrado em Matthews et al.<sup>65</sup> acham que o programa pode interferir nas suas escolhas e autonomia. Devi, Surender e Rayne<sup>73</sup> discorre que apesar de muitos dos entrevistados acharem as máquinas de venda desnecessárias, esses equipamentos ainda são os mais usados. A ameaça da política aos lucros e a frustração dos estudantes ao programa também foram evidenciados.

Nos Estados Unidos a “*The Child Nutrition and Women, Infants, and Children (WIC) Reauthorization Act of 2004*” foi a primeira lei a abordar os alimentos vendidos no campus das escolas em 2004, embora de forma sucinta. Essa lei, estabeleceu que as Agências Locais de Educação estabelecessem política locais de bem estar-escolar destinadas a regulamentação desses alimentos. Diversos estudos abordaram a existência de políticas locais de bem-estar, os resultados demonstram, que as políticas têm contribuído positivamente para a melhoria da qualidade nutricional dos alimentos ofertados nas escolas, com algumas ressalvas e levando em consideração a presença de políticas fortes e de conselhos de bem-estar escolar<sup>90,36,45,54,57,58,66,67,69,76,79</sup>.

De uma forma geral, a regulamentação dos alimentos competitivos nos Estados Unidos é realizada em nível Federal pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), por meio dos Padrões para Alimentos e Bebidas Competitivos. Em nível estadual alguns estados e distritos possuem legislações voltadas a alimentos competitivos, assim como políticas de bem-estar escolar<sup>30,36,35,34,55</sup>.

Os padrões para alimentos competitivos foram estabelecidos por meio de um documento provisório, publicado em 2013, que estabelece disposições para implementar alterações/emendas realizadas nas seções 203 e 208 da Lei de Crianças Saudáveis e Livres da Fome, de 2010. Esse documento passou por consulta pública e estabeleceu um tempo mínimo para a adequação das escolas. Após esse período e a análise dos comentários recebidos, a regra final foi publicada em 2016, estabelecendo diretrizes e padrões nutricionais mínimos para alimentos e bebidas vendidos em máquinas automáticas, *à la carte* e em lojas escolares<sup>30,55,91</sup>.

Esses padrões foram abordados no estudo de Mann et al.<sup>26</sup>, que relatam que 90% dos alimentos oferecidos *à la carte* nas escolas estavam em conformidade com a política e apesar das frutas e vegetais serem alimentos presentes nas dietas dos alunos, estes ainda não estavam suprimindo as necessidades das crianças. Asada et al.<sup>33</sup> analisaram políticas rigorosas para alimentos competitivos em diferentes cidades dos Estados Unidos e concluíram que experiências bem-sucedidas são ferramentas importantes que podem auxiliar na implementação dos padrões em outras escolas.

Uma estratégia nacional lançada pela Aliança para Uma geração Mais Saudável o “*Healthy Schools Program a Healthier Generation*” em 2006, lançou diretrizes para a promoção de alimentos mais saudáveis nas escolas<sup>92</sup>. Essas diretrizes apesar de lançadas anteriormente a regra final para alimentos competitivos, estavam de acordo com os novos padrões federais do USDA. Ohri-Vachaspati, Turner, Chaloupka<sup>56</sup> relataram que quase um terço das escolas do seu estudo estavam implantando ou implementaram as diretrizes da aliança e que em escolas que vendiam alimentos competitivos, houve um aumento da sua conscientização. No entanto, Turner e Chaloupka<sup>71</sup> relataram que a venda de bebidas com alto valor calórico ainda era elevada nas escolas no ano letivo de 2008-2009.

Como mencionado anteriormente, alguns estados possuem suas próprias legislações e políticas voltadas a regulamentação de alimentos vendidos e/ou melhorias no ambiente escolar. Os estudos encontrados demonstraram que embora ainda precise de avanços, essas políticas ou legislações provocaram melhorias nos ambientes de alimentação escolar e na oferta dos

alimentos, apesar de alimentos insalubres ainda serem ofertados em alguns locais<sup>28,34,41,42,46,59,68,74,75,77,80,81,82,81,83</sup>.

A rotulagem dos alimentos oferecidos, também constituiu-se uma estratégia para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas Escolas dos Estados Unidos. Hunsberger et al.<sup>43</sup> constataram que a rotulagem dos alimentos oferecidos com a quantidade de calorias e gorduras, auxiliou para o menor consumo de alimentos, especialmente os ricos em gorduras, e contribuiu para que os adolescentes fizessem escolhas menos calóricas.

De acordo com Cluss et al.<sup>47</sup> a iniciativa *Healthy Eating Active Lifestyles Together Helping Youth* em escolas também encontraram resultados importantes, como a menor compra de alimentos insalubres e aumento na venda de frutas frescas.

Terry-McElrath, O'Milley e Jhonston<sup>48</sup> avaliaram a disponibilidade e a acessibilidade de frutas e vegetais nas cantinas em locais competitivos de alimentos ou que ofereciam merenda escolar. E concluíram que a maior acessibilidade desses alimentos estava associada com ao aumento do consumo. Em contrapartida Terry-McElrath et al.<sup>45</sup> observaram que em escolas de ensino fundamental e médio em que os fornecedores tinham maior poder de decisão sobre os alimentos comercializados, a presença de doce foi significativamente maior.

Rajbhandari-Thapa et al.<sup>27</sup> ao analisarem a estratégia *Strong4Life* na contribuição de conhecimento e confiança dos funcionários de serviços de alimentação, constataram que a estratégia contribuiu positivamente para o aumento dos dois requisitos.

## Conclusão

Os estudos encontrados sobre as cantinas escolares do Brasil e de outros países apresentam avanços nas iniciativas para a Promoção da Alimentação Adequada nas escolas. A criação de programas, estratégias e legislações que proíbem a oferta de alimentos açucarados, ricos em sódio e em gordura, e orientam a capacitação e educação de todos os atores envolvidos nas cantinas escolares e a melhoria do meio ambiente, tem crescido ao longo dos anos. Os estudos demonstram que apesar da existência de iniciativas as escolas por meio de máquinas de venda, lojas escolares, *à la carte* ou por cantinas escolares, ainda possuem uma oferta elevada de alimentos ricos em sódio, açúcar e gorduras, justificadas pelo preço elevado dos alimentos saudáveis, e a ausência de atuação dos atores, principalmente dos governos no que concerne à fiscalização desses estabelecimentos.

Os estudos apontam que a adoção de multi estratégias, e que contam com a participação dos pais, dos diretores, responsáveis pelas cantinas, estudantes e representantes do governo em conjunto, podem contribuir para o avanço da alimentação adequada e saudável nas escolas.

## Referências

1. Carta de Ottawa. In: Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. 1986. [Acesso em 16 jun 2019 às 19:40] Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf).
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. A promoção da saúde no contexto escolar. Rev Saúde Pública, 2002; 36(2):533-5.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.
4. Casemiro JP, Fonseca ABC, Secco FVM. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. Ciên Saud Col. 2014; 19(3):829-840.
5. Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS. Escuelas promotoras de salud: modelo y guía para la acción. [Acesso em 25 jul 2019]. Disponível em: [http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/42699/EPS\\_SILOS36.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/42699/EPS_SILOS36.pdf?sequence=1&isAllowed=y).
6. Swinburn B, Egger G, Raza F. Dissecting Obesogenic Environments: The Development and Application of a Framework for Identifying and Prioritizing Environmental Interventions for Obesity1. Prev. Med. 1999.
7. Organização Pan-Americana de Saúde. Plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. Washington: OPAS; 2014.
8. Organização Mundial da Saúde. Resolution WHA63.14: Marketing of food and non-alcoholic beverages to children. In: Sixty-third World Health Assembly, Geneva, 21 May 2010. Geneva: World Health Organization; 2010.
9. Organização Pan-Americana da Saúde. Nutrient profiling model. Washington DC: Pan American Health Organization; 2016. [Acesso e 26 jun 2018]. Disponível: [http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/18621/9789275118733\\_eng.pdf?sequence=5&isAllowed=y](http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/18621/9789275118733_eng.pdf?sequence=5&isAllowed=y).
10. Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
11. Silva SD, Toral N. perfil de lá alimentacion ofrecida en las cantinas escolares y sus reglamentaciones en Brasil. Rev Chil Nutr. 2018; 45(4): 393-399.
12. Hastings G., Stead M, Mcdermott L, Forsyth A, Mackintosh AM, Rayner M, et al. Review of research on the effects of food promotion to children. Final report. Cen Soc. 2003.
13. Hastings G, Mcdermott L, Angus K, Stead M, Thomson S. The extent, nature and effects of food promotion to children: a review of the evidence [Technical paper prepared for the World Health Organization]. Geneva: World Health Organization; 2006.
14. MCGINNIS J. M., GOOTMAN J. A., KRAAK. Food marketing to children and youth: threat or opportunity? Washington: National Academies Press; 2006.
15. World Health Organization. The extent, nature and effects of food promotion to children: a review of the evidence to December 2008. Geneva: World Health Organization; 2009.
16. Cairns G, Angus K, Hastings G, Caraher M. Systematic reviews of the evidence on the nature, extent and effects of food marketing to children. A retrospective summary. Appetite 2013; 62:209-15.
17. Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. Epidemiol Serv Saúde. 2015; 24:2.
18. Akobeng AK. Principles of evidence based medicine. Arch Dis Child, 2005; 90:837-840.
19. Santos CMC, Pimenta CAM, Nobre MRC. A estratégia pico para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidência. Revista Latino Americana de Enfermagem, 2007; 15(3):508-511.
20. Myers G, Sauzier M, Ferguson A, Pettigrew S. Objective assessment of compliance with a state-wide school food service policy via menu audits. Public Health Nutrition 2019; 22(9):1696-1703.

21. Evenhuis IJ, Wezenbeek NLWJ, Vyth EL, Veldhuis L, Poelman MP, Wolvers D, Seidell JC, Renders CM. Development of the “Canteen Scan”: an online tool to monitor implementation of healthy canteen guidelines. *BMC Public Health*. 2019; 18:1109.
22. Theódore FL, Moreno-Saracho JE, Bonvecchio A, Morales-Ruán MC, Tolentino-Mayo L, López-Olmedo N, Shamah-Levy. Lessons learned and insights from the implementation of a food and physical activity policy to prevent obesity in Mexican schools: An analysis of nationally representative survey results. *Plos One*. 2018; 13(6).
23. Pettigrew S, Talati Z, Sauzier M, Ferguson A. Stakeholder perceptions of a school food policy ten years on. *Public Health Nutr*. 2018; 21(7):1370-1374.
24. Reilly KL, Nathan N, Wiggers J, Yoong SL, Wolfenden L. Scale up of a multi-strategic intervention to increase implementation of a school healthy canteen policy: findings of an intervention trial. *BMC Public Health*. 2018; 18(1):860.
25. Choi SK, Frongillo EA, Blake CE, Thrasher JF. Food availability in school stores in Seoul, South Korea after implementation of food- and nutrient-based policies. *J Sch Health*. 2017; 87(7):498-505.
26. Mann G, Hosig K, Zhang A, Shen S, Serrano E. Smart snacks in school legislation does not change self-reported snack food and beverage intake of middle school students in rural Appalachian region. *J Nutr Educ Behav*. 2017; 49(7):599-604
27. Rajbhandari-Thapa J, Bennett A, Keong F, Palmer W, Hardy T, Welsh J. Effect of the strong4life school nutrition program on cafeterias and on manager and staff member knowledge and practice, Georgia, 2015. *Public Health Rep*. 2017; 132(2\_suppl):48S-56S.
28. Rosenfeld LE, Cohen JF, Gorski MT, Lessing AJ, Smith L, Rimm EB, Hoffman JA. How do we actually put smarter snacks in schools? NOURISH (Nutrition Opportunities to Understand Reforms Involving Student Health) conversations with food-service directors. *Public Health Nutr*. 2017; 20(3):556-564
29. Lawlis T, Eckley D, Jamieson M, Knox M. Scoping study investigating stakeholder perceptions and use of school canteens in an Australian city. *Nutr Diet*. 2017; 74:502-508
30. Food and Nutrition Service, USDA. Local school wellness policy implementation under the Healthy, Hunger-Free Kids Act of 2010. Final rule. *Fed Regist*. 2016; 81(146):50151-70.
31. Reilly K, Nathan N, Wolfenden L, Wiggers J, Sutherland R, Wyse R, Yoong SL. Validity of four measures in assessing school canteen menu compliance with state-based healthy canteen policy. *Health Promot J Austr*. 2016; 27(3):215-221.
32. Nathan N, Yoong SL, Sutherland R, Reilly K, Delaney T, Janssen et al. Effectiveness of a multicomponent intervention to enhance implementation of a healthy canteen policy in Australian primary schools: a randomised controlled trial. *Int J Behav Nutr Phys Act*. 2016;13(106).
33. Asada Y, Chiqui J, Chavez N, Odoms-Young A, Handler A. USDA snack policy implementation: best practices from the front lines, United States, 2013-2014. *Prev Chronic Dis*. 2016; 13.
34. Gorski MT, Cohen JF, Hoffman JA, Rosenfeld L, Chaffee R, Smith L, Rimm EB. Impact of nutrition standards on competitive food quality in Massachusetts middle and high schools. *Am J Public Health*. 2016; 106(6):1101-8.
35. Mozaffarian RS, Gortmaker SL, Kenney EL, Carter JE, Howe MC, Reiner JF, Cradock AL. Assessment of a districtwide policy on availability of competitive beverages in Boston public schools, Massachusetts, 2013. *Prev Chronic Dis*. 2016; 13.
36. Larson N, Davey C, Hoffman P, Kubik MY, Nannery MS. District wellness policies and school-level practices in Minnesota, USA. *Public Health Nutr*. 2016;19(1):26-35.
37. Yoong SL, Nathan N, Wolfenden L, Wiggers J, Reilly K, Oldmeadow C, Wyse R et al. CAFÉ: a multicomponent audit and feedback intervention to improve implementation of healthy food policy in primary school canteens: a randomised controlled trial. *Int J Behav Nutr Phys Act*. 2016; 13(126).
38. Anttila J, Rytönen T, Kankaanpää R, Tolvanen M4, Lahti S. Effect of national recommendation on sweet selling as an intervention for a healthier school environment. *Scand J Public Health*. 2015; 43:27-34.
39. Milder IEJ, Micolajczak J, Berg SW, Hofwegen MV, Bemelmans WJ. Food supply and actions to improve dietary behaviour of students – a comparison between secondary schools participating or not participating in the “Healthy School Canteen Program”. *Pub Heal Nutr*. 2015; 18:198-207.
40. Gaetani RS, Ribeiro LC. Produtos comercializados em cantinas escolares do município de Ribeirão Preto. *RBPS*. 2015; 28(4): 587-595.
41. Taber DR, Chiqui JF, Powell LM, Perna FM, Robinson WR, Chaloupka FJ. Socioeconomic differences in the association between competitive food laws and the school food environment. *J Sch Health*. 2015; 85(9):578-86
42. Hoffman JA, Rosenfeld L, Schmidt N, Cohen JWF, Gorski M, Chaffee R, Smith L et al. Implementation of competitive food and beverage standards in a sample of Massachusetts schools: the

- NOURISH study (nutrition opportunities to understand reforms involving student health). *J Acad Nutr Diet*. 2015; 115(8):1299-307.
43. Hunsberger M, McGinnis P, Smith J, Beamer BA, O'Malley J. Calorie labeling in a rural middle school influences food selection: findings from community-based participatory research. *J Obes*. 2015: 1-7.
  44. Caspi CE, Davey C, Nelson TF, Larson N, Kubik MY, Coombes B, Nanney MS. Disparities persist in nutrition policies and practices in Minnesota secondary schools. *J Acad Nutr Diet*. 2015; 115(3):419-425.
  45. Terry-McElrath YM, Hood NE, Colabianchi N, O'Malley PM, Johnston LD. Profits, commercial food supplier involvement, and school vending machine snack food availability: implications for implementing the new competitive foods rule. *J Sch Health*. 2014; 84(7):451-8.
  46. Greathouse KL, Chriqui J, Moser RP, Agurs-Collins T, Perna FM. The association of soda sales tax and school nutrition laws: a concordance of policies. *Public Health Nutr*. 2014; 17(10):2201-6.
  47. Cluss PA1, Fee L, Culyba RJ, Bhat KB, Owen K. Effect of food service nutrition improvements on elementary school cafeteria lunch purchase patterns. *J Sch Health*. 2014; 84(6):355-62.
  48. Terry-McElrath YM, O'Malley PM, Johnston LD. Accessibility over availability: associations between the school food environment and student fruit and green vegetable consumption. *Child Obes*. 2014; 10(3):241-50.
  49. Vine MM, Elliott SJ, Raine KD. Exploring implementation of the Ontario school food and beverage policy at the secondary-school level: a qualitative study. *Can J Diet Pract Res*. 2014; 75(3):118-24.
  50. Watts AW, Mâsse LC, Naylor PJ. Changes to the school food and physical activity environment after guideline implementation in British Columbia, Canada. *Int J Behav Nutr Phys Act*. 2014; 11: 1-10.
  51. Vine MM, Elliott SJ. Examining local-level factors shaping school nutrition policy implementation in Ontario, Canada. *Public Health Nutr*. 2014; 17(6):1290-8.
  52. Pettigrew S1, Donovan RJ, Jalleh G, Pescud M. Predictors of positive outcomes of a school food provision policy in Australia. *Health Promot Int*. 2014; 29(2):317-27.
  53. Nanney MS, Davey CS, Kubik MY. Rural disparities in the distribution of policies that support healthy eating in US secondary schools. *J Acad Nutr Diet*. 2013; 113(8):1062-8.
  54. Hood NE, Colabianchi N, Terry-McElrath YM, O'Malley PM, Johnston LD. School wellness policies and foods and beverages available in schools. *Am J Prev Med*. 2013; 45(2):143-9.
  55. Food and Nutrition Service, USDA. National School Lunch Program and School Breakfast Program: nutrition standards for all foods sold in school as required by the Healthy, Hunger-Free Kids Act of 2010. Interim final rule. *Fed Regist*. 2013; 78(125):39067-120.
  56. Ohri-Vachaspati P, Turner L, Chaloupka FJ. Alliance for a Healthier Generation's competitive beverage and food guidelines: do elementary school administrators know about them and do they report implementing them? *J Sch Health*. 2012; 82(10):469-77.
  57. Turner L, Chaloupka FJ. Slow progress in changing the school food environment: nationally representative results from public and private elementary schools. *J Acad Nutr Diet*. 2012; 112(9):1380-1389.
  58. Wordell D, Daratha K, Mandal B, Bindler R, Butkus SN. Changes in a middle school food environment affect food behavior and food choices. *J Acad Nutr Diet*. 2012; 112(1):137-41.
  59. Taber DR, Chriqui JF, Chaloupka FJ. Differences in nutrient intake associated with state laws regarding fat, sugar, and caloric content of competitive foods. *Arch Pediatr Adolesc Med*. 2012; 166(5):452-8.
  60. Pledger M, McDonald J, Cumming J. Increases in support structures for healthy eating especially in low decile schools in New Zealand. *Aust N Z J Public Health*. 2012; 36(6):543-9.
  61. Marraccini T, Meltzer S, Bourne L, Elizabeth Draper C. A qualitative evaluation of exposure to and perceptions of the Woolworths Healthy Tuck Shop Guide in Cape Town, South Africa. *Child Obes*. 2012; 8(4):369-77.
  62. Kankaanpää R, Seppänen S, Hiiri A, Manninen M, Puska P, Lahti S. Effect of national recommendations on the sale of sweet products in the upper level of Finnish comprehensive schools. *Community Dent Health*. 2012; 29(2):149-53.
  63. Amorim NFA, Schmit BAS, Rodrigues MLCF, Recine EGI, Gabriel CG. Implantação da cantina escolar saudável em escolas do Distrito Federal, Brasil. *Rev. Nutr*. 2012; 25(2).
  64. de Silva-Sanigorski A, Breheny T, Jones L, Lacy K, Kremer P, Carpenter L, Bolton K, Prosser L, Gibbs L, Waters E, Swinburn B. Government food service policies and guidelines do not create healthy school canteens. *Aust N Z J Public Health*. 2011; 35(2):117-21.
  65. Matthews A, Nelson M, Kaur A, Rayner M, Kelly P, Cowburn G. Where has all the chocolate gone? A national survey assesses the effects of recent legislation to improve the nutritional quality of english secondary school vending. *Public Health Nutr*. 2011; 14(8):1394-402.



66. Kubik MY, Lytle LA, Farbachsh K. School and district wellness councils and availability of low-nutrient, energy-dense vending fare in Minnesota middle and high schools. *J Am Diet Assoc.* 2011; 111(1):150-5.
67. Kubik MY, Farbachsh K, Lytle LA. Two years later: wellness councils and healthier vending in a cohort of middle and high schools. *J Adolesc Health.* 2011;49(5):550-2.
68. Blum JE, Beaudoin CM, O'Brien LM, Polacsek M, Harris DE, O'Rourke KA. Impact of Maine's statewide nutrition policy on high school food environments. *Prev Chronic Dis.* 2011; 8(1).
69. Taber DR, Chiqui JF, Chaloupka FJ. Geographic disparities in state and district policies targeting youth obesity. *Am J Prev Med.* 2011 Oct;41(4):407-14.
70. Taylor JP, Maclellan D, Caiger JM, Hernandez K, McKenna M, Gray B, Veugelers P. Implementing elementary school nutrition policy: principals' perspectives. *Can J Diet Pract Res.* 2011; 72(4).
71. Turner L, Chaloupka FJ. Wide availability of high-calorie beverages in US elementary schools. *Arch Pediatr Adolesc Med.* 2011; 165(3):223-8.
72. Gabriel CG, Santos MV, Vasconcelos FAG., Milanez GHG., Hulse SB. Cantinas escolares de Florianópolis: existência e produtos comercializados após a instituição da Lei de Regulamentação. *Rev. Nutr.*, 2010; 23(2): 191-9.
73. Devi A, Surender R, Rayner M. Improving the food environment in UK schools: policy opportunities and challenges. *J Public Health Policy.* 2010; 31(2):212-26.
74. Sanchez-Vaznaugh EV1, Sánchez BN, Baek J, Crawford PB. Competitive' food and beverage policies: are they influencing childhood overweight trends? *Health Aff (Millwood).* 2010; 29(3):436-46.
75. Samuels SE, Hutchinson KS, Craypo L, Barry J, Bullock SL. Implementation of California state school competitive food and beverage standards. *J Sch Health.* 2010; 80(12):581-7.
76. Belansky ES, Cutforth N, Delong E, Litt J, Gilbert L, Scarbro S, Beatty B et al. Early effects of the federally mandated Local Wellness Policy on school nutrition environments appear modest in Colorado's rural, low-income elementary schools. *J Am Diet Assoc.* 2010; 110(11):1712-7.
77. Woodward-Lopez G, Gosliner W, Samuels SE, Craypo L, Kao J, Crawford PB. Lessons learned from evaluations of California's statewide school nutrition standards. *Am J Public Health.* 2010; 100(11):2137-45.
78. Kubik MY, Wall M, Shen L, Nanney MS, Nelson TF, Laska MN, Story M. State but not district nutrition policies are associated with less junk food in vending machines and school stores in US public schools. *J Am Diet Assoc.* 2010; 110(7):1043-8.
79. Probart C1, McDonnell ET, Jomaa L, Fekete V. Lessons from Pennsylvania's mixed response to federal school wellness law. *Health Aff (Millwood).* 2010; 29(3):447-53.
80. Phillips MM1, Raczynski JM, West DS, Pulley L, Bursac Z, Gauss CH, Walker JF. Changes in school environments with implementation of Arkansas Act 1220 of 2003. *Obesity (Silver Spring).* 2010; 18 Suppl 1: S54-61.
81. Jones SJ, Gonzalez W, Frongillo EA. Policies that restrict sweetened beverage availability may reduce consumption in elementary-school children. *Public Health Nutr.* 2010; 13(4):589-95.
82. Samuels SE, Bullock SL, Woodward-Lopez G, Clark SE, Kao J, Craypo L, Barry J et al. To what extent have high schools in California been able to implement state-mandated nutrition standards? *J Adolesc Health.* 2009; 45(3 Suppl): S38-44.
83. Cullen KW, Watson KB. The impact of the Texas public school nutrition policy on student food selection and sales in Texas. *Am J Public Health.* 2009; 99(4):706-12.
84. Gabriel CG, Vasconcelos FAG, Andrade, DF, Schmitz BAS. First Law regulating school canteens in Brazil: evaluation after seven years of implementation. *Arc Lat Am Nut.* 2009; 59(2).
85. Brasil. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Alimentação saudável nas escolas: guia para municípios. São Paulo: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; 2018.
86. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Experiências estaduais e municipais de regulamentação da comercialização de alimentos em escolas do Brasil: identificação e sistematização do processo de construção e dispositivos legais adotados. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.
87. British Columbia. The guidelines for food and beverage sales in b.c. schools. [Acesso em 19 jul 2019]. Disponível em: <https://www2.gov.bc.ca/gov/content/education-training>.
88. Woolworths. Educational programme healthy tuck shop guide. [Acesso em 19 jul 2019]. Disponível em: [https://www.woolworths.co.za/images/New\\_Site/Corporate/Education/Tuckshop\\_Guide.pdf](https://www.woolworths.co.za/images/New_Site/Corporate/Education/Tuckshop_Guide.pdf).
89. Ministry of Health. Healthy eating: healthy action: oranga kai: oranga pumau implementation plan: 2004–2010. [Acesso em 19 jul 2019]. Disponível em: <https://www.health.govt.nz/publication/healthy-eating-healthy-action-oranga-kai-oranga-pumau-implementation-plan-2004-2010>.
90. Estados Unidos. Child nutrition and WIC reauthorization act of 2004. [Acesso em 20 jul 2019]. Disponível em: <https://www.congress.gov/108/plaws/publ265/PLAW-108publ265.pdf>.

91. Council on School Health; Committee on nutrition. Snacks, sweetened beverages, added sugars, and schools. *Pediatrics*. 2015; 135(3):575-83.
92. Alliance for Healthier Generation. About us. [Acesso em 20 jul 2019]. Disponível: <https://www.healthiergeneration.org/about-us>.

## ARTIGO 2

### **Certificação para Cantinas Escolares com vistas à Promoção da Alimentação Adequada**

Rodrigues\*, AC; Fagundes, AA; Raposo, O.

#### **Resumo**

**Introdução:** Embora o ambiente escolar seja reconhecidamente um espaço apropriado para a potencialização de práticas e hábitos saudáveis, as escolas têm encontrado dificuldades para a promoção da adoção de práticas alimentares saudáveis de crianças e adolescentes. **Objetivo:** elaborar um selo de certificação para cantinas escolares do Brasil adotarem ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas cantinas escolares. **Metodologia:** Estudo exploratório e de avaliação de um instrumento por meio de um consenso de especialistas utilizando a metodologia Delphi. Foram elaboradas dez orientações para compor o instrumento “Selo de Certificação Cantina Saudável”, essas orientações visam a criação de um “Conselho da Cantina Escolar Saudável”, a promoção de práticas educativas, incentivo ao consumo de alimentos *in natura*, restrição no consumo de alimentos processados e ultraprocessados, regulamentação da publicidade de alimentos nas cantinas escolares e conscientização de todos os envolvidos com a cantina escolar acerca da importância da alimentação saudável. As orientações tiveram como principal subsídio o Guia Alimentar para a população Brasileira. O instrumento foi submetido para análise e consenso a um painel de especialistas, composto por nutricionistas com experiência em alimentação escolar de diferentes estados do país e foi analisado por meio de escalas *Likert* de concordância e avaliação geral da proposta, por meio de perguntas dicotômicas. **Resultados:** Participaram da primeira rodada do consenso 37 painelistas de diferentes regiões do país e 30 da segunda fase (81,0%), a maior parte dos painelistas era do sexo feminino e das regiões Sudeste (35,1%), seguida da região Sul (24,3%) e Nordeste (21,6%). A avaliação geral da proposta obteve resultados positivos quanto a sua pertinência, com resultados acima de 70% para todas as questões. Quanto a avaliação da proposta do selo de certificação os resultados foram satisfatórios com obtenção do consenso de sete orientações propostas na primeira rodada e das demais na segunda rodada, as principais sugestões se referiram a mudanças no percentual de alimentos processados e ultraprocessados ofertados e frequência de reuniões do “Conselho da Cantina Escolar Saudável”. **Conclusão:** Espera-se que a proposta do selo de certificação possa incentivar as escolas a aderirem ações de Promoção da

Alimentação Adequada e Saudável, contribuindo para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional de crianças e adolescentes brasileiros, estendendo-se a todo o público escolar.

Palavras-Chave: Escolas; Alimentação Escolar; Programas de Nutrição; Alimentação Saudável.

### **Abstract**

**Introduction:** Although the school environment is recognized as an appropriate space for the promotion of healthy practices and habits, schools have found it difficult to promote the adoption of healthy eating practices for children and adolescents. **Objective:** to prepare a certification seal for school canteens in Brazil to adopt actions to promote Adequate and Healthy Food in school canteens. **Methodology:** Exploratory study and evaluation of an instrument through a consensus of experts using the Delphi methodology. Ten guidelines have been elaborated to make up the instrument "Healthy Canteen Certification Seal", these guidelines aim at the creation of a "Healthy School Canteen Council", the promotion of educational practices, encouragement of the consumption of fresh food, restriction of food consumption processed and ultraprocessed, regulation of food advertising in school canteens and awareness of all involved with the school canteen about the importance of healthy eating. The guidelines had as main subsidy the Food Guide for the Brazilian population. The instrument was submitted for analysis and consensus to a panel of specialists, composed of nutritionists with experience in school feeding in different states of the country and was analyzed using Likert scales of agreement and general evaluation of the proposal through dichotomous questions. **Results:** Participants from the first round of the consensus were 37 panelists from different regions of the country and 30 from the second phase (81.0%), most of the panelists were female and from the Southeast (35.1%), followed by the South (24.3%) and Northeast (21.6%). The overall evaluation of the proposal has had positive results as to its relevance, with results above 70% for all issues. Regarding the evaluation of the certification seal proposal, the results were satisfactory with the consensus of seven orientations proposed in the first round and the others in the second round, the main suggestions referred to changes in the percentage of processed and ultraprocessed foods offered and frequency of meetings of the "Healthy School Canteen Council". **Conclusion:** It is expected that the certification seal proposal may encourage schools to adhere actions for the Promotion of Adequate and Healthy Food,

contributing to the guarantee of Food and Nutrition Security of Brazilian children and adolescents, extending to all the public school.

Key-Words: Schools; School Feeding; Nutrition Programs; Healthy eating.

## **Introdução**

A prevalência da obesidade em crianças é reflexo de uma alimentação inadequada e inatividade física, que podem ser explicados pela urbanização, aumento da renda, aumento do transporte motorizado, tempo de exposição à televisão e outros equipamentos eletrônicos, e maior disponibilidade de *fast foods*<sup>1,2</sup>.

Atualmente existe um aumento indiscriminado de ambientes obesogênicos, que são definidos por promover ou apoiar a obesidade de forma individual ou coletiva, por meio de fatores físicos, econômicos, socioculturais ou legislativos. Nesse sentido, ambientes escolares podem ser considerados obesogênicos, dependendo do que é oferecido nas suas cantinas ou vizinhanças<sup>3,4,5</sup>.

Apesar de alguns estados e municípios brasileiros já possuírem medidas para regulação da comercialização de alimentos inadequados nas cantinas escolares e de estratégias nacionais voltadas para a promoção da alimentação saudável nas cantinas e escolas, como por exemplo, Manual para Cantinas Escolares Saudáveis e o a Portaria interministerial nº 1.010 de 08 de maio de 2006, grande parte das escolas com cantinas no Brasil, especialmente as privadas, ainda têm conduzido livremente a comercialização de alimentos, sem priorizar a saúde dos estudante, ignorando o potencial de promoção de hábito alimentar saudável existente nestes ambientes<sup>4,5,6,7,8</sup>.

Os alimentos disponíveis para os consumidores, segundo Viegas et al.<sup>9</sup>, podem se apresentar como uma barreira ou um incentivo para as escolhas alimentares saudáveis. Nesse contexto, é importante limitar a disponibilidade de produtos com alto teor de sal, açúcar e gorduras. Os locais que comercializam alimentos devem ofertar produtos/comidas saudáveis, atraentes e saborosas, contribuindo positivamente para o incentivo à escolhas adequadas<sup>10</sup>.

Face ao exposto, o presente estudo tem por objetivo propor um selo de certificação para orientar e incentivar as cantinas escolares do Brasil a adotarem ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na comercialização de alimentos.

## Materiais e Métodos

Estudo exploratório para a elaboração de um instrumento com orientações sobre alimentação adequada e saudável destinado às cantinas escolares brasileiras e posterior estudo de prospecção, por meio de um consenso de especialistas, pela metodologia Delphi<sup>11,12,13</sup>. A proposta prevê que a adesão às orientações do instrumento leve à conquista de uma certificação “Cantina Saudável” por parte de um órgão do governo federal brasileiro ou internacional, inspirado nos resultados positivos da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC)<sup>14</sup>. O selo será de livre adesão, destinado às cantinas de escolas particulares e públicas, que comercializem alimentos.

Para a elaboração do instrumento intitulado “Selo de Certificação Cantina Saudável” foram realizadas pesquisas nas bases de dados científicas com os seguintes termos “cantinas escolares”, “cantina escolar”, “*school canteen*” em 2017 e 2018, as bases foram *Medical Literature Analyses and Retrieval System Online* (MedLine), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e *Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (Lilacs), *National Library of Medicine National Institutes of Health* (PubMed), documentos oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, e legislações específicas sobre as cantinas escolares.

Foi realizado um estudo piloto com diretores de escolas com cantinas escolares, localizadas no município de Aracaju/SE, com o objetivo de avaliar a clareza do instrumento (das dez orientações propostas) e do questionário de avaliação, bem como a opinião dos diretores sobre a viabilidade da proposta.

Para a fase do consenso foi critério de inclusão dos painelistas: ser nutricionista e pesquisador na área de alimentação escolar com pelo menos uma publicação em periódicos e/ou livros nos últimos cinco anos; e/ou ter atuação/experiência na área de alimentação escolar; ou ter sido autor de algumas das referências de base da proposta. O universo amostral de especialistas foi pesquisado por currículos no site da plataforma *Lattes* <<http://lattes.cnpq.br>>, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com os seguintes termos “Cantinas Escolares”, “Cantina Escolar”, “Alimentação Escolar” e “Programa Nacional de Alimentação Escolar”. Foram selecionados currículos de 177 especialistas de todas as regiões do país. Foram enviados e-mails de convite para participar da pesquisa para todos os selecionados.

As rodadas da técnica Delphi tiveram duração de 15 dias, com prorrogação de cinco dias e envio de lembretes com os prazos aos painelistas, incentivando a participação.

Na primeira rodada da técnica Delphi, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”, e o questionário para avaliação do seu conteúdo, com as devidas instruções. Utilizou-se a plataforma *Survey Monkey* para o método Delphi. O anonimato dos participantes foi declaradamente garantido em todas as rodadas da pesquisa, conforme o recomendado pela metodologia e pelo comitê de ética em pesquisa<sup>15,16</sup>.

Na segunda rodada, foi enviado um relatório com *feedback* da primeira rodada e o novo questionário. As orientações que sofreram modificações, comentários ou sugestões foram reenviadas para serem analisadas por meio do mesmo modelo de análise utilizado na primeira rodada. Os resultados recebidos dessa rodada foram analisados e, em seguida, o relatório final do processo foi enviado para os especialistas. Foram enviados e-mails com lembretes para participação nas duas rodadas.

O questionário utilizado para a avaliação da proposta foi constituído de 24 perguntas, organizadas em três blocos: (i) Caracterização dos participantes; (ii) Avaliação geral da proposta; e (iii) Avaliação detalhada do instrumento: 10 orientações com as respectivas justificativas para as suas proposições. Cada orientação continha um item denominado ‘Verificação’, referente à sugestão de como essa orientação poderia ser verificada (avaliada) na prática, para o recebimento do selo de “Cantina Saudável”.

A opinião dos painelistas sobre a avaliação geral foi realizada por meio de perguntas dicotômicas (resposta sim/não) e os resultados analisados por distribuição de frequência<sup>17,18</sup>. Os dados obtidos foram compilados de acordo com o grau de concordância para a produção de um *feedback* aos participantes, etapa crucial da aplicação da metodologia Delphi<sup>19,20</sup>.

Para análise do questionário foram utilizadas escalas *Likerts* de concordância de quatro pontos: “concordo totalmente”, “concordo em grande parte”, “discordo em grande parte” e “discordo totalmente”. Foi solicitada a justificativa da resposta caso o entrevistado considerasse as duas últimas opções, enfatizando que a sua colaboração seria ainda mais efetiva com justificativas e sugestões referenciadas. Os especialistas poderiam, opcionalmente, deixar observações que considerassem relevantes em cada uma das orientações<sup>20,21,22</sup>. As sugestões referentes ao enunciado de cada orientação, justificativa e verificação que também compuseram as propostas de orientações, foram adicionadas no decorrer das rodadas.

Os critérios utilizados para análise da obtenção ou não do consenso das orientações do instrumento foram:

1) Média de pontuação dos pontos da escala *Likert*: 1 a 1,99 pontos = Avaliação negativa do item avaliado, o que implicou em necessidade de mudanças e reajustes; 2 a 2,99 pontos = Indicou a necessidade de ajustes, porém, uma avaliação global positiva; e 3 a 4 pontos = Avaliação positiva do item avaliado<sup>19,22,23,24,25</sup>.

2) Distribuição de frequência das respostas: no mínimo 50% dos painelistas com a distribuição de frequência das respostas entre: “Concordo totalmente” e “Concordo em grande parte”<sup>11,19,22,23,24,25</sup>.

3) Diferença interquartil:  $<1,0$ <sup>11,19</sup>.

4) Desvio Padrão:  $<1,5$ <sup>19,24,25</sup>.

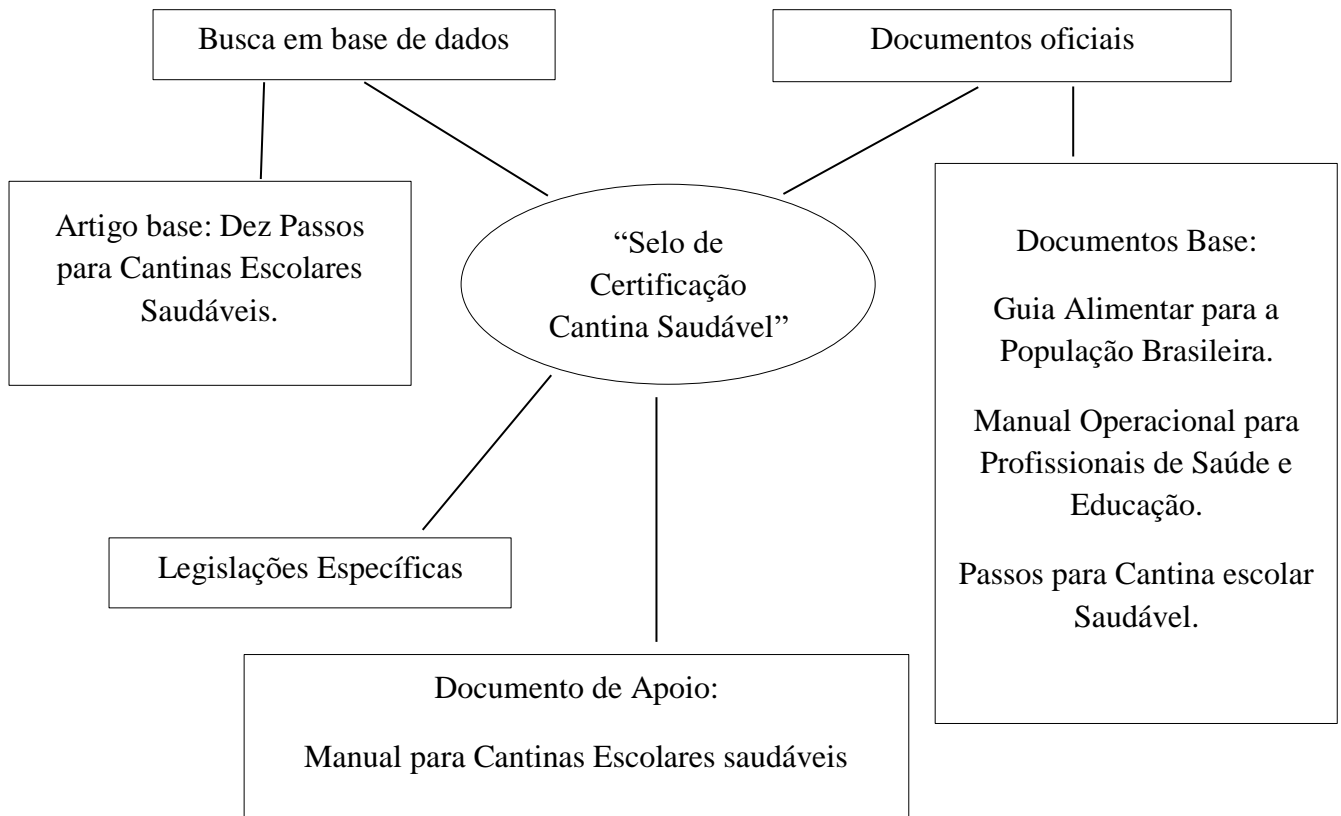
No caso de um ou mais dos critérios supracitados não serem alcançados, a orientação foi reformulada, conforme as sugestões dos painelistas<sup>19,24,25</sup>. Os dados foram analisados com o auxílio do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) for Windows*, versão 20.0 e *Excel* (2007) para a tabulação inicial dos dados.

## **Resultados e Discussão**

### *Elaboração da Proposta do Selo*

Foram selecionados seis documentos que serviram de base para a elaboração do instrumento de certificação. Os documentos escolhidos refletem a importância e recomendações atuais para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, além de serem documentos oficiais e iniciativas prévias do Brasil com foco em escolas e cantinas escolares, complementares entre si (Figura 1).





**Figura 1.** Modelo Teórico da construção do “Selo de Certificação Cantina Saudável”

Fonte: Brasil (2008; 2006; 2010;2014); Nutrition Centre (2016); Schmitz et al. (2008)

Os “Dez Passos para uma Alimentação Adequada e Saudável”, do novo Guia Alimentar da População Brasileira <sup>26</sup>, enfatizam o incentivo da alimentação por meio da nova classificação dos alimentos – *in natura*, minimamente processados, processados e ultraprocessados – elaborado para acompanhar e atender a dinâmica da alimentação da atualidade. Esses passos incentivam, ainda, a sensibilização da população quanto à produção de refeições em casa, o adequado consumo alimentar fora de casa e a análise crítica das informações veiculadas nas propagandas de alimentos, ainda não contemplados em sua primeira edição.

O documento “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas” estratégia nacional do Ministério da Saúde, e os “Dez Passos para Cantinas Escolares Saudáveis” estratégia implantada no Distrito Federal, ambos com vistas na melhoria da alimentação escolar, abordam a capacitação de todos os profissionais envolvidos com alimentação escolar, a participação dos pais dos alunos e a sensibilização dos mesmos quanto à importância da alimentação saudável. De acordo com esses documentos, a escola deve promover estratégias que, em conjunto com a comunidade escolar, promovam escolhas saudáveis, reforcem a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável<sup>27,28</sup>.

Os “Passos para uma Cantina Escolar Saudável”, do Centro de Nutrição da Holanda, traz semelhantes recomendações no que se refere a valorização da participação de atores, e estimula mudanças ambientais que facilitem a oferta de alimentos como frutas, legumes e verduras e o adequado consumo de água<sup>10</sup>.

O Manual para Cantinas Escolares Saudáveis serviu de subsídio para a construção da proposta, o documento é uma estratégia nacional destinada a orientar a comunidade escolar sobre a importância da promoção de práticas alimentares saudáveis. É um material didático e de abordagem rica, com instruções para a implantação de uma cantina escolar saudável e orientações importantes sobre a alimentação saudável, higienização e lanches saudáveis, fundamentais para a conscientização de todos os envolvidos com as cantinas<sup>7</sup>.

A Portaria Interministerial nº 1.010 de 06 de maio de 2006, também serviu de subsídio, uma vez que orienta a promoção da alimentação adequada nas escolas, além de restringir a oferta de alimentos ricos em sódio, gordura e açúcar no ambientes escolares<sup>6</sup>.

Todos os documentos dão ênfase ao estímulo do consumo de alimentos *in natura* e limitação dos industrializados, seja por incentivo à participação de atores em estratégias que visem à promoção da alimentação adequada e/ou sensibilização crítica sobre consumo saudável, ações de educação alimentar e nutricional à comunidade escolar e mudanças estruturais para que promovam escolhas alimentares adequadas.

Desse modo, foram elaboradas dez orientações (Quadro 1) voltadas à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável em Cantinas Escolares, com o objetivo de orientar os diretores e os gerentes quanto à promoção da alimentação adequada na comercialização de alimentos.

**Quadro 1.** Orientações propostas para o “Selo de Certificação Cantina Saudável” antes do consenso.

<b>1ª orientação</b> - Instituir um Conselho da Cantina Escolar Saudável, com o objetivo de definir estratégias para favorecer escolhas alimentares saudáveis pelas crianças e adolescentes e acompanhar as ações referentes à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.
<b>2ª orientação</b> - Utilizar mensagens educativas e positivas sobre a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas, por meio de propagandas educativas ( <i>banners</i> , pôsteres e/ou cartazes)
<b>3ª orientação</b> - Ampliar a oferta de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados
<b>4ª orientação</b> - Limitar a oferta de alimentos processados, não devendo ultrapassar 50% dos alimentos fornecidos pela cantina escolar.
<b>5ª orientação</b> - Não ofertar alimentos ultraprocessados na cantina escolar.
<b>6ª orientação</b> - Organizar o ambiente em que está instalada a cantina escolar. Apresentar os alimentos de forma atrativa.
<b>7ª orientação</b> - Treinar o gerente e os profissionais da cantina escolar sobre estratégias para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos nos serviços de alimentação.
<b>8ª orientação</b> - Vetar a veiculação de propagandas (cartazes ou qualquer outro meio), de alimentos processados e ultraprocessados.
<b>9ª orientação</b> - Incentivar a ingestão de água pelos alunos e demais participantes da comunidade escolar.
<b>10ª orientação</b> - Ter uma norma escrita sobre a implantação da "Cantina Saudável", que deve ser rotineiramente transmitida para toda a equipe.

#### *Caracterização dos painelistas*

Dos 177 especialistas convidados, 54 (30,5%) aceitaram participar, dos quais 37 (20,9%) responderam a primeira rodada e 30 (16,9%) concluíram a pesquisa, participando também da segunda rodada, o tempo de duração das rodadas inicialmente era de 15 dias, lembretes foram enviados após dez dias. Devido à complexidade do método e o com o objetivo de contribuir para o tempo despendido para a análise pelos painelistas, cada rodada teve extensão de 5 dias, totalizando 20 dias para cada uma das rodadas.

Apesar de a técnica Delphi prescindir de amostra representativa da população, o objetivo deste estudo foi tornar a proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável” mais fidedigna às distintas realidades nacional, considerando a avaliação de especialistas de diferentes regiões<sup>11,19,18</sup>. O número de participantes foi satisfatório, com menor participação da região Norte. Em seu estudo para a validação de um instrumento para análise da qualidade da alimentação escolar, Camargo et al.<sup>24</sup> também encontrou menor participação de especialistas da região Norte.

A maior parte dos especialistas atuava em Instituições de Ensino Superior Pública (29,7%) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (21,6%). O tempo na área de atuação com maior concentração de especialistas foi de um a cinco anos. Mais da metade dos especialistas (51,4%) possuíam mestrado. A maioria dos participantes era do sexo feminino (89,2%), com idade entre 25 a 34 anos (64,2%) (Tabela 1).

A região com maior participação foi a Sudeste (35,1%), seguida da região Sul (24,3%) e Nordeste (21,6%). A menor participação dos painelistas foi da região Norte (2,7%). Os três estados mais participativos foram São Paulo (18,9%), Minas Gerais (10,8) e Santa Catarina (10,8%). A maior concentração de nutricionistas no Brasil está localizada na região Sudeste, seguida da Nordeste e da Sul, e o Norte com o menor percentual, corroborando com os resultados desse estudo<sup>29</sup>.

O predomínio de participantes do sexo feminino justifica-se pelo fato de que a profissão nutricionista no Brasil é predominantemente feminina, com uma participação masculina um pouco mais significativa na área de nutrição esportiva<sup>24,29,30,31</sup>.

**Tabela 1.** Caracterização dos painelistas da avaliação da proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”. Brasil, 2019.

	N <sup>1</sup>	%
<b>Sexo</b>		
Feminino	33	89,2
Masculino	4	10,8
<b>Idade (anos)</b>		
24-34	24	64,9
35-44	6	16,2
45-54	6	16,2
≥55	1	2,7
<b>Local de atuação</b>		
Instituição de Ensino Superior Pública	11	29,7
Instituição de Ensino Superior Privada	7	18,9
Programa Nacional de Alimentação Escolar	8	21,6
Pesquisador na Área de Alimentação Escolar	7	18,9
Centro Colaborador de Alimentação Escolar	3	8,1
Outros	1	2,7
<b>Tempo no local de atuação</b>		
1 a 5 anos	18	48,6
6 a 10 anos	10	24,3
11 a 15 anos	5	13,5
Mais de 15 anos	4	10,9
<b>Escolaridade</b>		
Ensino Superior	2	5,4
Especialização	4	10,8
Mestrado	19	51,4
Doutorado	6	16,2
Pós-Doutorado	6	16,2

<sup>1</sup> Resultados presentes no questionário da primeira rodada (n=37)

### *Análise do Consenso*

A Tabela 2 apresenta os resultados da avaliação geral da proposta que foi submetida. Vale ressaltar que todas as questões da avaliação geral da proposta obtiveram resultados positivos quanto a sua pertinência, com resultados acima de 70%. Todos os participantes concordaram que o Selo servirá para ampliar e melhorar a alimentação saudável nas escolas. Após conhecer as orientações para o “Selo de Certificação Cantina Saudável”, 34 (91,9%) dos participantes concordaram que a proposta é viável de ser implementada nas escolas.

**Tabela 2** - Avaliação geral da proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”, Brasil, 2019.

<b>Questão</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
O selo servirá para ampliar e melhorar a alimentação de crianças e adolescentes?	37 (100)	0 (0)
Concorda que o selo seja de livre adesão?	30 (81,1)	7 (18,9)
A livre adesão trará autorresponsabilização?	30 (81,1)	7(18,9)
Concorda com o título proposto para o selo?	32 (86,5)	5 (13,5)
O apoio ao selo por um órgão público ou internacional trará maior visibilidade para a escola?	36 (97,3)	1 (2,7)
A escola deverá cumprir 100% das dez orientações?	33 (89,2)	4 (10,8)
Após conhecer a proposta ainda deverá cumprir 100%?	29 (78,4)	8 (21,6)
A proposta é viável de ser implementada nas cantinas?	34 (91,9)	3 (8,1)

Na primeira rodada 70% das orientações obtiveram consenso (Tabela 3). As orientações um, dois e quatro não obtiveram os requisitos necessários para a obtenção do consenso e foram submetidas à segunda rodada. Outras duas orientações (cinco e nove) apesar de obterem os requisitos necessários para o consenso, receberam comentários e sugestões que modificaram os seus sentidos. Pela relevância da construção coletiva, e com o objetivo esclarecer a melhor maneira de abordá-las, estas também foram incluídas na segunda rodada. As cinco orientações foram consensuadas na segunda rodada.

Cabe ressaltar que a maioria das sugestões dos painelistas, em ambas as rodadas, se referiram às justificativas de cada orientação. Desse modo, os enunciados das orientações não sofreram muitas modificações após a última rodada. As sugestões foram adicionadas às justificativas de cada orientação e estão no Manual de Normas para a Certificação, instrumento elaborado para servir de apoio aos diretores de cantinas que aderirem ao “Selo de Certificação Cantina Saudável”.

**Tabela 3** - Resultados da primeira rodada de avaliação da proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”, Brasil, 2019.

Orientações da Proposta	Med <sup>1</sup>	DP <sup>2</sup>	% de concordância	Q1	Q3	Dif. Interq. <sup>3</sup>
1 <sup>a</sup> : Criação de um Conselho	3,5	0,6	91,9	3	4	1
2 <sup>a</sup> : Incentivo a ações educativas	3,6	0,7	89,2	3	4	1
3 <sup>a</sup> : Maior oferta de alimentos <i>in natura</i>	4,0	0,2	100,0	4	4	0
4 <sup>a</sup> : Restrição da oferta de processados	3,4	0,7	100,0	4	4	1
5 <sup>a</sup> : Restrição da oferta de ultraprocessados	3,7	0,5	94,6	4	4	0
6 <sup>a</sup> : Melhoria do ambiente da cantina escolar	3,8	0,2	100,0	4	4	0
7 <sup>o</sup> : Treinamento dos funcionários	3,8	0,7	91,9	4	4	0
8 <sup>a</sup> : Vetar propagandas abusivas dos alimentos	4	0,2	100,0	4	4	0
9 <sup>a</sup> : Comercializar água	3,7	0,2	91,2	4	4	0
10 <sup>a</sup> : Ter uma norma sobre a Cantina Escolar Saudável escrita	3,8	0,6	94,6	4	4	0

<sup>1</sup> Média, <sup>2</sup> Desvio Padrão, <sup>3</sup> Diferença Interquartil.

Políticas efetivas para a Promoção da Alimentação Adequada em escolas envolvem um conjunto de ações que deve levar em consideração as características da população escolar. As ações devem ser planejadas com o objetivo de criar um ambiente de aprendizado saudável, por meio da exposição repetida a alimentos benéficos, padrões alimentares abrangentes e educação alimentar e nutricional apropriada ao público a que se destina<sup>8,32</sup>.

Nesse sentido, o instrumento propôs a criação de um “Conselho da Cantina Escolar Saudável” com o envolvimento de diferentes representantes da comunidade acadêmica no monitoramento das ações desenvolvidas e alimentos comercializados nesses estabelecimentos, com o objetivo de contribuir para a melhoria do perfil nutricional de crianças e adolescentes do país<sup>28,33</sup>.

Os painelistas em sua maioria concordaram com a criação do conselho e contribuíram com sugestões sobre “a importância da definição da frequência das reuniões” (p2) realizadas pelo conselho, a quantidade de participantes do conselho e a “...presença de um nutricionista no conselho” (p3). Todas as sugestões foram atendidas e adicionadas ao Manual de Normas para a Certificação. A criação do conselho voltado as cantinas escolares é uma importante

estratégia com vistas a contribuir nas ações desenvolvidas nas cantinas, que busquem a promoção de práticas alimentares adequadas, favorecendo a articulação dos atores e o monitoramento dessas ações.

A segunda orientação do “Selo de Certificação Cantina Saudável”, consensuada na primeira rodada incentiva por meio de ações educativas que envolvam as cantinas escolares, a inclusão do tema da alimentação saudável no plano político pedagógico das escolas<sup>8,33,34</sup>. As sugestões dos painelistas versaram sobre a inclusão de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Conforme a Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018<sup>34</sup>, que incluiu a EAN no currículo escolar, e levando em consideração a importância dessa temática na formação de hábitos alimentares saudáveis, sobretudo para o público infantil, as sugestões foram incorporadas.

Seguindo o Guia Alimentar para a População Brasileira<sup>26</sup>, a proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável” orienta a maior comercialização de alimentos *in natura* e a restrição da oferta de alimentos processados e ultraprocessados, ricos em sal, açúcares, gorduras, por meio das orientações três, quatro e cinco. A restrição da oferta desses alimentos é um dos principais objetivos da maioria dos dispositivos legais relacionados as cantinas escolares e implantados em diferentes regiões do país, por estar associado a quadros de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis. O combate à comercialização desses alimentos é de extrema importância, sobretudo em cantinas escolares de escolas particulares, que em geral apresentam um ambiente mais obesogênico do que as escolas públicas<sup>5,8</sup>.

Todos os painelistas concordaram com a proposta de ofertar alimentos *in natura* nas cantinas escolares já na primeira rodada, consensuando essa terceira orientação. As principais sugestões versaram sobre: “*O Estabelecimento de uma meta percentual de quantos itens (considerando o total disponível) são alimentos in natura ou minimamente processados*” (p4) e “*...incluir preparações culinárias a base dos alimentos in natura*” (p5), que foram incluídas no documento de apoio, ferramenta que servirá de subsídios aos gerentes de cantinas escolares e/ou diretores que resolverem aderir à proposta.

As propostas para restringir a comercialização de alimentos processados e ultraprocessados, não obtiveram consenso na primeira rodada devido às diferentes opiniões dos painelistas quanto ao percentual de restrição que deveria ser sugerido, embora o percentual de aceitação de ambas tenha sido maior do que 80% de concordância. A opinião predominante dos painelistas estava relacionada ao percentual de alimentos processados que deveriam ser



permitidos nas cantinas: *“Penso que inicialmente pode ser reduzido a 50%, porém diminuir mais gradativamente”* (p6). *“Podemos pensar em valores menores de alimentos processados ofertados”* (p7).

*“Considero um valor de 50% ainda alto. Deveria se trabalhar com percentuais menores e, mesmo num processo de melhoria constante, percentuais que possam ser reduzidos gradualmente”* (p8). Os percentuais de restrição da comercialização desses produtos foram considerados em etapas gradativas de adesão à proposta.

A quinta orientação foi consensuada na primeira rodada com 100% das respostas para “concordo totalmente” e “concordo em grande parte”, no entanto, recebeu sugestões que poderiam modificar seu sentido, como: *“Não me parece viável em um primeiro momento a exclusão total de ultraprocessados”* (p9), *“...penso que seria muito restritivo montar um cardápio da cantina sem nenhum ultraprocessado”* (p8), *“...acho que a presença de ultraprocessados poderia ser limitada a um percentual baixo em relação aos alimentos in natura”*. E foi reformulada propondo uma redução progressiva dos ultraprocessados e consensuada na segunda rodada. As principais sugestões na segunda rodada foram: *“...a redução deva ser progressiva, mas a meta deve ser a proibição”* (p9). *“...os embutidos devem estar na lista de alimentos proibidos”* (p10), utilizadas para a reformulação da orientação e da sua justificativa.

Acredita-se que a restrição desses alimentos nas cantinas escolares contribuirá na garantia do Direito Humano Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos, além de favorecer a diminuição de ambientes obesogênicos.

As orientações seis, sete e oito foram consensuadas na primeira rodada, com alto percentual de concordância e atendendo aos critérios propostos, as sugestões destinadas a essas sugestões não influenciaram no sentido das orientações e não levantaram questões polêmicas, sendo incorporadas à justificativa e verificação de cada orientação.

Pesquisas têm demonstrado que escolhas alimentares saudáveis são realizadas quando os alimentos saudáveis são ofertados de forma mais atrativa e em abundância. Nesse sentido, a sexta orientação do instrumento teve por objetivo incentivar aos gerentes de cantinas escolares a tornarem os seus estabelecimentos adequados para contribuir nas escolhas dos alunos, de forma positiva e benéfica<sup>10,35</sup>.

O Manual de Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos é um instrumento importante para o fornecimento de alimentos saudáveis e seguros, e o seu uso deve ser reforçado nas

cantinas escolares. Para tanto, a sétima orientação, estimula o treinamento de funcionários para as boas práticas de manipulação dos alimentos<sup>7,33,36</sup>. Para Willhelm, Ruiz e Oliveira<sup>37</sup> a capacitação dos proprietários de cantinas quanto à manipulação de alimentos mostra-se com um fator importante para a garantia da segurança alimentar e servem como diferencial para o grupo capacitado.

A oitava orientação é destinada a vetar propagandas abusivas para a população escolar. Atualmente no Brasil existem esforços para a regulação da publicidade em alimentos destinados a população infantil. No entanto, inúmeras barreiras para a regulação são encontradas, especialmente de natureza econômica, pois mecanismos regulatórios como legislações, portarias ou resoluções implicam em riscos de redução de lucros por parte das indústrias/empresas de alimentos<sup>38,39</sup>.

No entanto, é imprescindível a regulamentação da publicidade em alimentos destinados a população infantil, pois os recursos de sedução e indução ao consumo utilizados pela publicidade moderna levam ao público a desconsiderar os aspectos nutricionais dos alimentos, sendo necessária a restrição e a regulamentação de propagandas abusivas também no ambiente escolar<sup>40,41</sup>.

Por fim, o estímulo ao consumo de água, por meio da sua comercialização é abordado na proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável” na nona orientação. Vale ressaltar que a água é um componente indispensável para o funcionamento do organismo e o seu consumo deve ser incentivado sempre. A nona orientação também foi reformulada e enviada para a segunda rodada, devido as sugestões recebidas. Na segunda rodada essa orientação foi consensuada, e as sugestões se referiam a “*Não ofertar água saborizada industrializada*” (p11).

A décima orientação, consensuada na primeira rodada, propõe que a conscientização de todos os envolvidos com a cantina escolar, acerca da alimentação adequada e saudável e da importância de uma cantina saudável, possa contribuir para a implantação da mesma<sup>7</sup>. Pois é necessário reconhecer que o problema da obesidade não será resolvido apenas com a restrição da oferta de alimentos inadequados ou a restrição da publicidade infantil abusiva nesses estabelecimentos, é necessária a ação conjunta de todos os participantes da comunidade escolar, para promover estratégias propícias à promoção de hábitos alimentares saudáveis<sup>36</sup>.

Ao final, as orientações foram consensuadas na primeira ou segunda rodada e estão apresentas abaixo com os seus respectivos *rationales* que indicam as justificativas para cada uma das orientações. Além do método de verificação de cada orientação (Quadro 2).

**Quadro 2.** Orientações propostas para o “Selo de Certificação Cantina Saudável” após consenso. (Continua)

**1ª Orientação** - Instituir um Conselho da Cantina Escolar Saudável, com o objetivo de definir estratégias para favorecer escolhas alimentares saudáveis pelas crianças e adolescentes, e acompanhar as ações referentes à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.

**Justificativa** - A escola é apontada como ambiente adequado para o desenvolvimento de estratégias para a promoção de hábitos alimentares saudáveis<sup>4,7</sup>. O envolvimento de um conselho, com diferentes representantes da comunidade acadêmica, no controle dos alimentos oferecidos, no desenvolvimento de ações educativas com base na Lei nº 13.666/2018 e monitoramento das ações desenvolvidas pode ser um fator contributivo para a melhoria do perfil nutricional das crianças<sup>28,33,34</sup>. O Conselho da Cantina Escolar Saudável deve ser composto por pelo menos um representante de: pais/responsáveis, diretores, gerentes de cantinas, funcionários, alunos e professores. Recomenda-se que as reuniões do conselho aconteçam, pelo menos, uma vez a cada dois meses letivos. Se possível, é interessante que seja convidado um profissional de saúde do território da escola, preferencialmente um nutricionista, para compor e colaborar com o conselho. As reuniões deverão se adequar à realidade de cada conselho.

**Verificação** - Documentação da instituição do Conselho da Cantina Escolar Saudável, com os membros/integrantes, e atas das três últimas reuniões.

**2ª Orientação** - Utilizar mensagens educativas e positivas sobre Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas.

**Justificativa** - Medidas interventivas direcionadas à mudança do comportamento alimentar e prevenção do excesso de peso, que são baseadas na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas, com o enfoque abrangente e compatível com os padrões de nutrição e a inocuidade dos alimentos, são bastante efetivas<sup>4</sup>. Sabe-se que intervenções por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional também levam em consideração a divulgação de informações no ambiente escolar que permitam aos indivíduos tomar decisões conscientes e responsáveis sobre como fazer melhores escolhas. Portanto, esta orientação visa promover a prática da alimentação saudável por meio de mensagens educativas, com o auxílio de *banners*, pôsteres e/ou cartazes, de meios digitais, tais como páginas de *web* e intranet mantidas pela escola, aplicativos, murais de trabalhos elaborados pelos alunos sobre a temática de alimentação e nutrição, e outros, estimulando o acesso a informações de alimentos considerados saudáveis, de forma criativa<sup>8</sup>.

**Verificação** - Existência de materiais de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no ambiente escolar em diferentes meios de comunicação; controle da realização de atividades com mensagens educativas.

**Quadro 2.** Orientações propostas para o “Selo de Certificação Cantina Saudável” após consenso. (Continuando)

**3ª Orientação** - Ampliar a oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados.

**Justificativa** - De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, os alimentos *in natura* e minimamente processados devem ser a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar social e ambientalmente sustentável, devendo esses alimentos compor a maior parte do consumo alimentar diário dos brasileiros<sup>26</sup>. Alguns estabelecimentos já ofertam alimentos *in natura* ou minimamente processados para a sua clientela, embora ainda em quantidade bastante inferior quando comparados aos alimentos processados e ultraprocessados. Recomenda-se que as frutas e hortaliças comercializadas nas cantinas sejam, preferencialmente, da região, cumprindo o disposto sobre o respeito às questões culturais, além de serem mais baratas e nutritivas<sup>26,42</sup>. Se possível, os alimentos *in natura* devem ser adquiridos da agricultura familiar e orgânicos, com vistas a contribuir para o desenvolvimento agroecológico.

**Verificação** - Avaliação quantitativa e qualitativa dos alimentos comercializados na cantina, conforme o Manual de Normas para a Certificação.

**4ª Orientação** - Limitar a oferta de alimentos processados pela cantina escolar, de forma progressiva, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Manual de Normas para a Certificação.

**Justificativa** - Os alimentos processados, produtos fabricados essencialmente com adição de sal ou açúcar nos alimentos *in natura* ou minimamente processados, devem ter o seu consumo limitado, pois o consumo excessivo desses ingredientes está associado a doenças do coração, obesidade e outras doenças crônicas, também presentes no público infantil<sup>26</sup>. Sendo assim, esta orientação visa limitar o fornecimento desses alimentos, de forma progressiva, reduzindo o percentual de oferta para 50% na primeira avaliação e para 30% dos alimentos, à medida que as cantinas escolares forem se adequando a proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”. O tempo para adequação das cantinas escolares ao percentual sugerido na proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável” será de um ano para a primeira avaliação, semelhante ao tempo estabelecido na Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC). As cantinas que conseguirem atingir ao percentual sugerido na primeira avaliação, serão reavaliadas para a adequação referente à redução do percentual para 30% após um ano da primeira avaliação. As que não atingirem o percentual sugerido, serão reavaliadas após 6 meses<sup>43</sup>.

**Verificação** - Avaliação quantitativa e qualitativa dos alimentos comercializados na cantina, conforme o documento Manual de Normas para a Certificação.

**Quadro 2.** Orientações propostas para o “Selo de Certificação Cantina Saudável” após consenso. (Continuando)

<p><b>5ª Orientação</b> - Restringir a comercialização de alimentos ultraprocessados na Cantina Escolar, de forma progressiva, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Manual de Normas para a Certificação.</p> <p><b>Justificativa</b> - De acordo com a sua composição, os alimentos ultraprocessados são nutricionalmente desbalanceados e tendem a ser consumidos em excesso devido a sua apresentação atrativa, além de substituírem ao longo do dia o consumo de alimentos como frutas, água ou leite nas refeições principais. A composição nutricional inadequada dos alimentos ultraprocessados favorece o aumento do peso, doenças do coração, diabetes, vários tipos de câncer e contribuem para deficiências nutricionais, evidenciando a importância da restrição do consumo desses alimentos especialmente pela população infantil. Ademais, são alimentos práticos, prontos para o consumo e com longo tempo de prateleira<sup>26</sup>, o que acaba atraindo os proprietários de estabelecimentos comerciais, pelo seu baixo custo, avaliação realizada essencialmente sob o ponto de vista financeiro, sem considerar a saúde dos consumidores. Sendo assim, propõe-se a restrição progressiva para, no máximo, 40% de presença de alimentos ultraprocessados no primeiro ano de implantação, reduzindo para, no máximo, 20% nos anos subsequentes, à medida que as cantinas escolares forem se adequando à proposta, semelhante a quarta orientação. Não deverão ser comercializados desde a adesão os seguintes alimentos: balas, pirulitos, gomas de mascar, biscoitos recheados, refrigerantes, sucos artificiais ou adoçados, frituras (tais como risoles, pasteis e coxinha), maionese, salgados com embutidos, salgadinhos de pacote, pipocas industrializadas e outros alimentos ultraprocessados ricos em sódio, gordura e açúcar<sup>44,45</sup>.</p> <p><b>Verificação</b> - Avaliação (com adequação progressiva) quantitativa e qualitativa dos alimentos comercializados na cantina, conforme o documento do Manual de Normas para a Certificação.</p>
<p><b>6ª Orientação</b> - Organizar o ambiente em que está instalada a cantina escolar. Apresentar os alimentos saudáveis de forma atrativa.</p> <p><b>Justificativa</b> - Pesquisas demonstram que escolhas alimentares mais saudáveis são favorecidas quando os alimentos saudáveis são oferecidos em maior abundância, apresentados de forma organizada e atrativa<sup>9,10</sup>.</p> <p><b>Verificação</b> - Preenchimento de <i>checklist</i> sobre a apresentação e a organização do local disponibilizado pela cantina.</p>
<p><b>7ª Orientação</b> - Treinar o gerente e os profissionais da cantina escolar sobre estratégias para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos nos serviços de alimentação.</p> <p><b>Justificativa</b> - A sensibilização e a educação de todos os integrantes da cantina escolar são de fundamental importância para compreensão e adesão/fortalecimento da estratégia proposta, bem como para conscientização sobre alimentação saudável, que é fundamental para a saúde das crianças. De acordo com a RDC nº 216, de setembro de 2004, que estabelece as Boas Práticas para os Serviços de Alimentação como as cantinas escolares, esses estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas elaborado por profissionais capacitados. A falta de higiene pode trazer prejuízos para a saúde dos consumidores e para os gerentes, provocar a perda de produtos, multas, prejuízos para a imagem do negócio frente aos pais e indenizações<sup>7,46</sup>.</p> <p><b>Verificação</b> - Apresentação de relatórios das ações e experiências realizadas, com a periodicidade.</p>

**Quadro 2.** Orientações propostas para o “Selo de Certificação Cantina Saudável” após consenso. (Conclusão)

<p><b>8ª Orientação</b> - Vetar a veiculação de propagandas (cartazes ou qualquer outro meio), de alimentos processados e ultraprocessados nesses estabelecimentos.</p> <p><b>Justificativa</b> - No Brasil uma série de leis e projetos vêm sendo elaborados com o objetivo de por fim a prática do direcionamento abusivo de publicidade e de comunicação mercadológica à criança, com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço<sup>26,41</sup>. Os recursos de sedução e indução ao consumo utilizados pela publicidade moderna levam ao público a desconsiderar ou até mesmo esconder a necessidade de esclarecimento sobre os aspectos nutricionais dos alimentos. Portanto, faz-se necessária a restrição e regulamentação de propagandas abusivas para a população infantil também no ambiente escolar<sup>28,40</sup>.</p> <p><b>Verificação</b> - Inexistência desses materiais no ambiente escolar.</p>
<p><b>9ª Orientação</b> - Incentivar a ingestão de água pelos alunos e demais participantes da comunidade escolar.</p> <p><b>Justificativa</b> - Esta orientação visa atender a uma das recomendações dos “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas”, propostos pelo Ministério da Saúde, que ressalta a importância do fornecimento de água potável para os alunos. A escola deve disponibilizar água por meio de filtros e/ou bebedouros<sup>10,28</sup>. A cantina pode de forma alternativa (não obrigatória), comercializar a água saborizada natural (com hortelã, limão, frutas e/ou ervas) para estimular o consumo, além da comercialização usual.</p> <p><b>Verificação</b> - Preenchimento de <i>checklist</i> sobre a presença de filtros, geladeiras, frízers e/ou bebedouros no local e da qualidade da água fornecida pelos mesmos.</p>
<p><b>10ª Orientação</b> - Ter uma norma escrita sobre a implantação da "Cantina Saudável", que deve ser rotineiramente transmitida para toda a equipe.</p> <p><b>Justificativa</b> - A capacitação de todos os envolvidos (pais/responsáveis, diretores, gerentes de cantinas, funcionários, alunos e professores) com os serviços nas cantinas escolares acerca da alimentação saudável é de extrema importância. A boa alimentação estimula o prazer e valoriza a cultura alimentar, promovendo a saúde do corpo. É fundamental valorizar a importância da promoção da alimentação adequada para os funcionários e gerentes de cantinas escolares<sup>7</sup>.</p> <p><b>Verificação</b> - Apresentação de relatórios das ações e experiências realizadas, com a periodicidade</p>

O estudo apresentou limitações quanto à amostra de painelistas, uma vez que o método de seleção não considerou outras especialidades que também poderiam contribuir para a construção de uma proposta direcionada a população escolar como, por exemplo, especialistas em Educação Alimentar e Nutricional.

## **Considerações Finais**

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável em ambientes escolares é necessária e requer esforços de diferentes atores da comunidade escolar. A proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável” obteve resultados positivos quanto à avaliação geral da proposta e ao consenso, construído com base nas diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, foi consensuada e positivamente avaliada pelos nutricionistas da técnica Delphi.

Esta proposta visa se constituir em uma ferramenta de auxílio para a orientação dos diferentes atores envolvidos na comercialização de alimentos dentro das escolas, bem como de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido nesses estabelecimentos por meio do selo que certificará que a cantina escolar estará contribuindo para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.

Espera-se que por meio dessa ferramenta, diretores, cantineiros, pais, alunos e professores possam implantar a proposta e ser beneficiados com ambientes promotores de saúde. E que eles possam ser capacitados para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos ambientes escolares e da adoção de hábitos alimentares saudáveis, especialmente para a população escolar.

## **Agradecimentos**

A todos os envolvidos na pesquisa, sobretudo aos especialistas que participaram da avaliação do conteúdo do “Selo de Certificação Cantina Saudável”, pela disponibilidade e interesse em contribuir para a melhoria da alimentação escolar.

## **Referências**

1. Pearson N, Biddle SJH. Sedentary behavior and dietary intake in children, adolescents, and adults: A systematic review. *Am J Prev Med.* 2011; 41(2):178-88.
2. World Health Organization. Guideline: assessing and managing children at primary health-care facilities to prevent overweight and obesity in the context of the double burden of malnutrition. Geneva: World Health Organization; 2017.
3. Swinburn B, Egger G, Raza F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity 1. *Preventive Medicine*, 1999; 29(6):563-70.
4. Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS. Plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. Washington: OPAS; 2014.
5. Cunha CDF, Resende T, Rangel P, Mendes LL. The food environment of Brazilian public and private schools. *Cad. Saúde Pública*, 2018; 34(12):1-11.

6. Brasil. Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União 2006.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.
8. Brasil. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Alimentação saudável nas escolas - guia para municípios. São Paulo: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; 2018.
9. Viegas CACL, Torgal J, Graça P, Martins M do RO. Evaluation of salt content in school meals. *Rev Nutr.* 2015; 28(2):165-74.
10. Nutrition Centre. Steps to a healthy school canteen. Holanda: Nutrition Centre; 2016.
11. Wright JTC, Giovinazzo RA. Delphi uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Cad Pesqui Adm.* 2000.
12. Porter AL, Ashton WB, Clar G, Coates JF, Cuhls K, Cunningham SW, et al. Technology futures analysis: toward integration of the field and new methods. *Technological Forecasting and Social Chang.* 2004; 71: 287-303.
13. Reis DR, Vincenzi TB, Pupo FP. Técnicas de prospecção: um estudo comparativo. *Rev Adm Contemp [Internet].* 2016; 20(2):135-53.
14. Figueredo SF, Mattar MJG, Abrão ACFV. Iniciativa Hospital Amigo da Criança – uma política de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno \*. *Acta Paulista de Enfermagem*, 2012; 25(3):459-63.
15. Brasil. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.
16. Pereira RD de M, Titonelli NAA. Técnica Delphi no diálogo de enfermeiros sobre a acupuntura como proposta de intervenção de enfermagem. *Glob J Pure Appl Math.* 2015; 11(1):409-14.
17. Wendisch C. Avaliação da qualidade de unidades de alimentação e nutrição (UAN) hospitalares: construção de um instrumento. Dissertação [Mestrado] - Fundação Osvaldo Cruz; 2010.
18. Vitorino SAS, Cruz MM da, Barros DC de. Validação do modelo lógico teórico da vigilância alimentar e nutricional na atenção primária em saúde. *Cad Saude Publica.* 2017;33(12).
19. Giannarou L, Zervas E. Using delphi technique to build consensus in practice. *Int J Bus Sci Appl Manag.* 2014; 9(2):65-82.
20. Rozados BHF. O uso da técnica Delphi como alternativa metodológica para a área da ciência da informação. *Em Questão.* 2015; 21(3):64-86.
21. Linstone HA, Turoff M. The delphi method: techniques and applications. 2002 [Acesso em 23 abr 2017]. Disponível em: <https://web.njit.edu/~turoff/pubs/delphibook/delphibook.pdf>.
22. Brandalise LT, Bertolini GRF. Instrumentos de medição e percepção e comportamento: uma revisão. *Rev. Ciên. Emp. UNIPAR.* 2013; 1:7-34.
23. Rayens MK, Hahn EJ. Building consensus using the policy delphi method. *Policy, Polit Nurs Pract.* 2000; 1(4):308-15.
24. Camargo RGM, Caivano S, Bandoni DH, Domene SMA. Healthy eating at school: consensus among experts. *Rev Nutr.* 2016; 29(6):809-19.
25. Almeida AP. Desenvolvimento e validação de conteúdo de instrumento de avaliação da atenção nutricional no âmbito da atenção primária à saúde. Dissertação [Mestrado] - Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista; 2017.
26. Brasil. Guia Alimentar para a População Brasileira Guia Alimentar para a População Brasileira. Ministério da Saúde; 2014.
27. Schmitz B de AS, Recine E, Cardoso GT, Silva JRM da, Amorim NF de A, Bernardon R, et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cad Saúde Pública.* 2008; 312-22.
28. Brasil. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica Série A. Manual operacional para profissionais da saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.



29. Gabriel CG, Theodora J, Oliveira C De, Silva BL. Nutritionist's job market: 80 years of history. *Rev Nut.* 2019; 32:1-10.
30. Vasconcelos F de AG, Calado CL de A. Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil. *Rev Nutr.* 2011; 24(4):605-18
31. Brasil. Inserção do profissional nutricionista no brasil. Conselho federal de Nutricionistas; 2017.
32. Hawkes C, Smith TG, Jewell J, Wardle J, Hammond RA, Friel S, et al. Smart food policies for obesity prevention. *Lancet* [Internet]. 2015; 385(9985):2410-21.
33. Porto EBS, Schmitz BAS, Recine E, Rodrigues M de LCF. School canteens in the Federal District, Brazil and the promotion of healthy eating. *Rev Nutr.* 2015; 28(1):29-41.
34. Brasil. Lei no 13.666, de 16 de maio de 2018. *Diário Oficial da União* 17 maio 2018.
35. Ramos A, Neto V. Fatores de influência no comportamento de compra de alimentos por crianças. *Saúde Soc.* 2013; 22(2): 441–55.
36. Gabriel CG, dos Santos M V, de Vasconcelos F d AG, Milanez GHG, Hulse SB. School canteens of Florianópolis: existence and foods for sale after the institution of the law of regulation. *Rev. Nut.* 2010; 23(2):191–9.
37. Willhelm FF, Ruiz E, Oliveira AB. Artigo original cantina escolar: qualidade nutricional e adequação à legislação vigente school. *Rev HCPA.* 2010; 30(3):2–6.
38. Henriques, Dias, P. C., Burlandy, L. P. A regulamentação da propaganda de alimentos no Brasil: convergências e conflitos de interesses. *Cad Saúde Pública.* 2014; 30(6):1219–28.
39. Henriques P, O'Dwyer G, Burlandy L, Dias PC, Barbosa RMS, Burlandy L. Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil. *Ciêns Saúde Colet.* 2018; 23(12):4143–52.
40. Marins BR, Araújo IS de, Jacob S do C. A propaganda de alimentos: orientação, ou apenas estímulo ao consumo? *Cien Saude Colet.* 2011; 16(9):3873–82.
41. Silva DAC da, Cunha ACR da, Cunha TR da, Rosaneli CF. Publicidade de alimentos para crianças e adolescentes: desvelar da perspectiva ética no discurso da autorregulamentação. *Ciêns Saúde Colet.* 2017; 22(7):2187–96.
42. Brasil. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentos Regionais Brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde; 2015.
43. Brasil. Portaria nº 1.153, de 22 de maio de 2014. Redefine os critérios de habilitação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), como estratégia de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à saúde integral da criança e da mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União* 22 maio 2014.
44. Brasil. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União* 17 jun 2013.
45. Brasil. Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas. [Acesso dia 6 nov 2018] Disponível em: [http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/dez\\_passos\\_pas\\_escolas.pdf](http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/dez_passos_pas_escolas.pdf).
46. Brasil. Resolução nº21, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. *Diário Oficial da União* 16 set. 2004.

## 6 CONCLUSÃO

A revisão da literatura sobre cantinas escolares mostrou iniciativas relevantes e abrangentes em diversos países. No Brasil, as iniciativas, em sua maioria, referiam-se a legislações para a restrição de alimentos inadequados. Em alguns países programas voltados para a Promoção da Alimentação Adequada nas cantinas escolares com o objetivo de restringir a oferta de alimentos não saudáveis e educar toda a comunidade escolar tiveram destaque. O estabelecimento de padrões nutricionais para alimentos oferecidos nas escolas também foi abordado.

Os estudos demonstraram avanços nas iniciativas ao longo dos anos. E apesar da existência dessas iniciativas, a oferta de alimentos inadequados ainda acontece. Os estudos indicam que a conscientização de todos os participantes da comunidade e escolar e do governo possivelmente poderá contribuir para a melhor abrangência da Promoção da Alimentação Adequada nas cantinas escolares.

A proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”, construído com base em iniciativas anteriores e atualizado com base nas diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, foi consensuada e positivamente avaliada por nutricionistas que compuseram o painel da técnica Delphi.

Espera-se que com a construção desse instrumento os diretores de escolas e gerentes de cantinas possam aderir às ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas. Este instrumento visa, primordialmente, contribuir com a construção de ambientes promotores de saúde, para a melhoria do perfil nutricional de crianças e adolescentes de todo o Brasil. Por consequência contribuirá com a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável do público escolar.

## REFERÊNCIAS

ACRE. Lei nº 3.134, de 1 de junho de 2016. Institui a Campanha Saber Comer é Saber Viver, nas escolas da rede pública e privada do Estado. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2016/06/3.134.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ALMEIDA, A. B. P. **Desenvolvimento e Validação de conteúdo de instrumento de avaliação da atenção nutricional no âmbito da atenção primária a saúde**. 2017, 161 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista, Santos, 2017.

AMAZONAS. Lei nº 4.352 de 05 de junho de 2016. Dispõe sobre a proibição de comercialização, aquisição e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Amazonas, na forma que menciona. **Diário Oficial do Estado**, 5 jul. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA ESTUDA DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA. **Mapa da Obesidade**. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/atitude-saudavel/mapa-obesidade>. Acesso em: 30 jan. 2018a.

BAHIA. Lei nº 13.582 de 14 de setembro de 2016. Regulamenta a publicidade infantil de alimentos no Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13582-de-14-de-setembro-de-2016>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Resolução nº 21, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. **Diário Oficial da União**, 16 set. 2004.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Experiências estaduais e municipais de regulamentação da comercialização de alimentos em escolas do Brasil: identificação e sistematização do processo de construção e dispositivos legais adotados. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2007 a.

BRASIL. Decreto nº 6.286 de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2007b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Manual operacional para profissionais da saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2008.

BRASIL. Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009a.

BRASIL. Lei nº 11.947, de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009 b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2010 a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa de orçamento familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2010 b.

BRASIL. Resolução RDC nº 24 de 15 de junho de 2010. Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, nos termos desta Resolução, e dá outras providências. Brasília, 2010 c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: norma técnica do sistema de vigilância alimentar e nutricional. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de alimentação e nutrição. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2012 a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para políticas públicas. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2012 b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012 c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério do Planejamento e Gestão. Instituto brasileiro de geografia e estatística – IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar 2012 (PeNSE 2012). Rio de Janeiro: **IBGE**, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2. ed., 2014 a.

BRASIL. Ministério da Educação. Cartilha nacional da alimentação escolar. **Ministério da Educação**, 2014 b.

BRASIL. Portaria nº 1.153 de 22 de maio de 2014. Redefine os critérios para a habilitação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), como estratégia de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e a saúde integral da criança e da mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário oficial da União**, 2014 c.

BRASIL. Projeto de Lei nº. 3606 de 2015. Disciplina a prevenção da obesidade infantil e a promoção da alimentação adequada nas escolas de educação básica das redes públicas e privadas do país, e dá outras providências. Coordenação de Comissões Permanentes, 2015 a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentos regionais brasileiros. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2015 b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa nacional de saúde do escolar 2015/ IBGE. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC. Alimentação saudável nas escolas - guia para municípios. São Paulo: **IDEC**, 2018a.

BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. **Diário Oficial da União**, 2018 b.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. II Plano nacional de segurança alimentar e nutricional. **CAISAN**, 2018 c.

BRASIL. Iniciativa Hospital Amigo da criança. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/crianca>. Acesso em: 15 jan. 2018 d.

BRASIL. Ministério da Saúde. Dez passos para a promoção da alimentação saudável nas escolas. Disponível em: [http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/dez\\_passos\\_pas\\_escolas.pdf](http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/dez_passos_pas_escolas.pdf). Acesso em: 14 jun. 2019.

BRANDALISE, L.T.; BERTOLINI, G. R.F. Instrumentos de medição e percepção e comportamento: uma revisão. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuruama, v. 14 n. 1, jan. /jun. 2013.

CAMARGO R. G. M.; CAIVANO, S., BANDONI D. H.; DOMENE S.M.A. Healthy eating at school: Consensus among experts. **Revista de Nutrição**, v. 29, n. 6, p. 809-19, 2016.

CARVALHO, C. A.; FONSÊCA, P. C.A.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C.; NOVAES, J. F. Consumo alimentar e adequação nutricional em crianças brasileiras: revisão sistemática. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 2, p. 211-221, 2014.

CHILDREN'S HEALTHCARE OF ATLANTA. What is Strong4Life? Disponível em: <https://www.strong4life.com/en/what-is-strong4life.aspx>. Acesso em: 29 abr. 2018.

CHUEIRI, P. S.; HARZHEIM, E.; TAKEDA, S. M. P. Coordenação do cuidado e ordenação nas redes de atenção pela atenção primária a saúde: uma proposta de itens para avaliação desses atributos. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 39, p. 1-18, jan. /dez. 2017.

CAMPO GRANDE (Município). Lei nº 4.992, de 30 de setembro de 2011. Define normas para a comercialização de alimentos nas cantinas comerciais de rede pública e instituições privadas de educação básica de Campo Grande-MS e dá outras providências. **Diário Oficial de Campo Grande**, 6 out. 2011.

DIAS; RODRIGO, S.; FERREIRA, C. M.; GOLDSZMIDT, R. G. B; ANDRADE, E. B. Eating habits in school cafeterias in brazil. **Center for Behavioral Research Reports Series**, 2017.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 3.695, de 8 de novembro de 2005. Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, 10 nov. 2005.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 36.900, de 23 de novembro de 2015. Regulamenta a lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013, que estabelece diretrizes para a promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. **Diário Oficial do Estado**, 24 nov. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013. Estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/74877/Lei\\_5146.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/74877/Lei_5146.html). Acesso em: 10 jun. 2018.

FIGUEREDO S.F; MATTAR M.J.G.; ABRÃO, A.C.V. Iniciativa Hospital Amigo da Criança – uma política de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno \*. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. 3, p. 459-63, 2012.

FOOD AND NUTRITION SERVICE. Certification of compliance with meal requirements for the national school lunch program under the healthy, hunger-free kids act of 2010. **Federal Register**, 2014, p. 325-340.

FOOD AND NUTRITION SERVICE - USDA. Local school wellness policy implementation under the healthy, hunger-free kids act of 2010. Final rule. **Fed Regist.** 2016, p. 50151-70.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. Iniciativa hospital amigo da criança: revista, atualizada e ampliada para o cuidado integrado: módulo 1: histórico e implementação. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2008.

GAETANI, R.S.; RIBEIRO, L. C. Produtos comercializados em cantinas escolares do município de Ribeirão Preto. **RBPS**, p. 587-595, 2015.

GABRIEL, C. G.; SANTOS, M. V.; VASCONCELOS, F. A. G.; MILANEZ, G. H. G.; HULSE, S. B. Cantinas escolares de Florianópolis: existência e produtos comercializados após a instituição da Lei de Regulamentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n.2, p. 191-199, mar. /abr. 2010.

GABRIEL, C. G.; CALVO, M. C. M.; OSTERMANN, R. M. VASCONCELOS, F. A. G. Proposta e aplicabilidade de modelo para avaliação da gestão municipal do programa nacional

de alimentação escolar. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n.8, p. 1731-1744, ago. 2014.

GIANNAROU, L.; ZERVAS, F. Using Delphi technique to build consensus in practice. **International Journal of Buniess Science and Applied Management**, v. 9, n.2, p. 65-82, 2014.

HAWKES, A.; SMITH, T. G.; JEWELL, J.; WARDLE, J.; HAMMAOND, R. A.; FRIEAL, S.; THOW, A. M. et al. Smart food polices for obesity prevention. **Lancet**, v. 385, n. 9985, fev. 2015.

HEALTHY KIDS. NSW Health school canteen strategy. Disponível em: <https://healthy-kids.com.au/school-canteens/canteen-guidelines/nsw-healthy-school-canteen-strategy/>. Acesso em: 26 mar. 2018.

LUCIAN, R.; DORNELAS, R. S. Mensuração da atitude: proposição de um protocolo de elaboração de escalas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 29, n. 2, p. 157-177, ago. 2015.

LINSTONE H. A.; TUROFF M. The delphi method: techniques and applications. 2002. [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://web.njit.edu/~turoff/pubs/delphibook/delphibook.pdf>. Acesso em: 24, abr. 2017.

LOBELO, F.; QUEVEDO, I. G.; HOLUB, C. K.; NAGLE, B. J.; ARREDONDO, E. M.; BARQUERA, S.; ELDER, J. P. School-Based Programs Aimed at the Prevention and Treatment of Obesity: Evidence-Based Interventions for Youth in Latin Americ. **Jornal of school health**, v. 83, n.9, 2013.

MACHADO, M. L. **Avaliação do plano estadual de segurança alimentar e nutricional do estado de Santa Catarina**. 2017, 176 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MARINS, B.R.; ARAÚJO, I.S.; JACOB, S.C. A propaganda de alimentos: orientação, ou apenas estímulo ao consumo? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16 n. 9, p. 873-82, 2017.

MESINK, F. SCHWINGHAMMER, S. A.; SMEETS, A. The healthy school canteen programme: a promising intervention to make the school food environment healthier. **Journal of Environmental and Public Health**, Holanda, 2012.

MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 18.372, de 04 de setembro de 2009. Acrescenta dispositivo à Lei nº 15.072, de 5 de abril de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=18372&comp=&ano=2009>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MANAUS (Município). Lei nº 1.414, de 22 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a alimentação saudável nas escolas das redes públicas e privadas de ensino na cidade de Manaus. **Diário Oficial do Município de Manaus**. 22 jan. 2010.

NETO, J. R. F.; BENTO, V. F. R.; BAENA, C. P. OLANDSOKI, M.; GONÇALVES, L. G. O.; ABREU, G. A.; KUSCHNIR, M. C. C. et al. ERICA: prevalence of dyslipidemia in brazilian adolescents. **Revista de Saúde Pública**, Suppl, 23, fev. 2016.

NSW DEPARTMENT OF EDUCATION. Healthy school canteens. Disponível em: <https://healthyschoolcanteens.nsw.gov.au/>. Acesso em: 28 abr. 2018.

NSW DEPARTMENT OF EDUCATION. 10 Steps to a healthy school canteen. Disponível em: <https://healthyschoolcanteens.nsw.gov.au/canteen-managers/10-steps-to-a-healthy-school-canteen>. Acesso em: 29 jul. 2019.

NUTRITION CENTRE. A healthy school canteen. Disponível em: <http://www.voedingscentrum.nl/nl/service/english/what-do-we-do/-a-healthy-school-canteen.aspx>. Acesso em: 26, mar. 2018.

NUTRITION CENTRE. Steps to a Healthy School Canteen. Holanda: **Nutrition Centre**, 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. Plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. Washington: **OPAS**, 2014.

PARANÁ (Estado). Lei nº 14855 de 19 de outubro de 2005. Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas em escolas de ensino fundamental e médio, particulares e de rede pública. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, 20, out. 2005.

PARANÁ (Estado). Lei nº 14.423 de 02 de junho de 2004. Dispõe que os serviços de lanches nas unidades educacionais públicas e privadas que atendam a educação básica, localizadas no estado, deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos alunos. **Diário Oficial do Estado**, 02, jun. 2004.

PARAÍBA. Lei nº 10.431, de 20 de janeiro de 2015. Proíbe cantinas e lanchonetes instaladas em escolas públicas e privadas de educação infantil, fundamental e média, de venderem bebidas com baixo teor nutricional, como os refrigerantes. **Diário Oficial do Estado**, 21 jan. 2015.

PEREIRA, R. D. M.; ALVIM, N. A. T. Técnica delphi no diálogo com enfermeiros sobre a acupuntura como proposta de intervenção de enfermagem. **Escola Ana Nery Revista de Enfermagem**, v.19, n. 1, p. 174-180, 2015.

PORTO, E. B. S.; SCHMITZ, B. A. S.; RECINE, E.; RODRIGUES, M. L. C. F. School canteens in the Federal District, Brazil and the promotion of healthy. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n.1, p. 29-41, jan. /fev. 2015.

PORTER, A.L.; ASHTON, W. B.; CLAR, G.; COATES, J. F.; CUHLS, K.; CUNNINGHAM, S. W. et al. Technology futures analysis: Toward integration of the field



and new methods. **Technological Forecasting and Social Chang.** v. 71, n. 3, p. 287-303, 2004.

RAYENS, M. K.; HAHN, E.J. Building Consensus Using the Policy Delphi Method. **Policy, Politics, e Nursing Practice** v. 1, n. 4, p. 308-15, 2000.

ROZADOS, H. B. F. O uso da técnica delphi como alternativa metodológica para a área de ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n.3, p. 64-86, set/dez, 2015.

REIS D.R.; VINCENZI T.B.; PUPO F.P. Técnicas de prospecção: um estudo comparativo. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20 n. 2, p. 135-53, 2016.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto n.º 21.217, de 1º abril de 2002. Proíbe no âmbito das unidades escolares da rede municipal de ensino adquirir, confeccionar, distribuir e consumir os produtos que menciona. **Diário Oficial do Município**, 2 abr. 2002. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5118607/4132721/Decreton21.217de1.deabrilde2002.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 4.508 de 11 de janeiro de 2005. Proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares, instalados em escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona. **Diário Oficial do Estado**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2005.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Lei nº 13.027, de 16 de agosto de 2008. Dispõe sobre a comercialização de lanches e de bebidas em escolas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 18 ago. 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.027.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 12.061 de 18 de dezembro de 2001. Dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no estado de Santa Catarina. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 18 dez. 2001.

SÃO PAULO (Estado). Portaria conjunta COGSP/CEI/DSE, de 23 de março de 2005. Normas para funcionamento de cantinas escolares. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/953.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SCHMITZ, B. A.S.; RECINE, E.; CARDOSO, G.T.; SILVA, R. J. M.; AMORIM, N. F. A.; BERNARDON, R. et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2008.

SERGIPE (Estado). Lei nº 8.178-A de 21 de dezembro de 2016. Proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade infantil em cantinas e similares, instalados em escolas públicas e privadas situadas em todo o estado de Sergipe. **Diário Oficial do Estado**, 15 fev. 2017.

SILVA, D. A. C.; CUNHA A.C.R.; CUNHA, T.R.; ROSANELI C.F. Publicidade de alimentos para crianças e adolescentes: desvelar da perspectiva ética no discurso da autorregulamentação. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22 n. 7, p.2187-96, 2017.

SWINBURN B.; EGGER G.; RAZA F. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity 1. **Preventive Medicine**, v. 29, n. 6, p. 563-70, 1999.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURA. National school lunch program. Disponível em: <https://www.fns.usda.gov/nslp/national-school-lunch-program-nslp>. Acesso em: 25 out. 2017.

VASCONCELLOS, M. T. L.; SILVA, P. L. N.; SZLKO M.; KUSCHNIR, M. C. C.; KLEIN, C. H.; ABREU, G. A.; BARUFALDI, L. A. et al. Sampling design for the study of cardiovascular risks in adolescents (ERICA). **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 921-930, maio 2015.

VERSTRAETEN, R.; ROBERFROID; D. LACHAT, C.; LEROY J.L.; HOLDSWORTH, M.; MAES, L.; KOLTEREN, P.W. Effectiveness of preventive school-based obesity interventions in low- and middle-income countries: a systematic review. **Am J Clin Nutr**, v. 96, n. 2, 2012.

VIEGAS, C. A. C. L.; TORGAL, J.; GRAÇA, P.; MARTINS, M. R. O. Avaliação do conteúdo de sal em refeições escolares. **Revista de Nutrição**, Campinas, mar. /apr. 2015.

VITOLO, M. R. Repercussões da obesidade. In: \_\_\_\_\_. **Nutrição: da Gestação ao Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rúbio, 2008.

VITÓRIA (Município). Lei nº 6.786, de 24 de novembro de 2006. Dispõe sobre regulamentação do fornecimento de alimentos nas merendas, cantinas ou similares em escolas públicas municipais e dá outras providências. Disponível em: <http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L67862006.html>. Acesso em: 10 jun .2018.

WAKITA, T.; UESHIMA, N. NOGUCHI, H. Psychological distance between categories in the Likert scale: comparing different numbers of options. **Educational and Psychological Measurement**, v. 72, n. 4, p. 533-546, 2012.

WENDISCH C. **Avaliação da qualidade de unidades de alimentação e nutrição (UAN) hospitalares**: construção de um instrumento. Dissertação [Mestrado] - Fundação Osvaldo Cruz, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Guideline: assessing and managing children at primary health-care facilities to prevent overweight and obesity in the context of the double burden of malnutrition. Geneva: **WHO**, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global strategy on diet, physical activity and health. Fifty-seventh World Health Assembly. Geneva: **WHO**, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Nutrition-friendly schools initiative. Geneva: **WHO**, 2005. Disponível em: [http://www.who.int/nutrition/topics/NFSI\\_Briefing\\_presentation.pdf](http://www.who.int/nutrition/topics/NFSI_Briefing_presentation.pdf). Acesso em: 30 out. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Geneva: **WHO**, 2003. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42665/WHO\\_TRS\\_916.pdf?sequence=1](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42665/WHO_TRS_916.pdf?sequence=1). Acesso em: 15 ago. 2019.

WRIGHT, J. T. C.; GIOVINAZZO, R. A. Delphi uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. **Cadernos de Pesquisa de Administração**, São Paulo, v. 1, n. 12, 2000.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO PILOTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>1</sup>**

#### **Convite:**

Temos o prazer de convidá-lo(a) para participar da avaliação do conteúdo do trabalho “Elaboração de uma Certificação para Cantinas Escolares com Vistas à Promoção da Alimentação Adequada nas Escolas Brasileiras”. A sua decisão de participar é livre e voluntária e caso aceite responder ao questionário, é necessário assinar esse termo.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo desse estudo é propor um selo de certificação que estimule as Cantinas Escolares do Brasil a adotarem ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na comercialização de alimentos nas escolas. O selo será destinado, especialmente, às cantinas de escolas particulares. Poderá contemplar as de escolas públicas que comercializem alimentos e façam a adesão.

#### **Método:**

Solicitamos que o Sr.(a) avalie o conteúdo que estamos propondo, por meio de um questionário que se refere à proposta do instrumento que subsidiará a emissão do selo de certificação “Cantina Saudável”. O instrumento final será encaminhado ao Ministério da Saúde e Unicef para a implantação da certificação.

#### **Riscos e Benefícios de participar:**

Os riscos de participar desse estudo são mínimos, relacionados apenas ao tempo despendido e ao desconforto de responder o questionário. Tais riscos estão sendo amenizados pelos pesquisadores, por meio da garantia do anonimato dos participantes, orientações, suporte a qualquer tempo e possibilidade de desistência. Os resultados obtidos serão arquivados e mantidos em sigilo sob guarda dos pesquisadores. Em qualquer publicação, os dados serão apresentados de forma agrupada, preservando o anonimato e a privacidade de cada participante. Ou seja, o seu nome não será divulgado em nenhum momento.

A pesquisa não oferece qualquer tipo de benefício financeiro aos participantes. Igualmente, não há despesas para participar. O maior benefício é a contribuição científica.

Valorizamos muito a sua participação para que possamos avaliar o selo de certificação “Cantina Saudável”.

#### **Contato dos Pesquisadores:**

Sempre que sentir necessidade e tiver dúvidas entre em contato com a coordenadora desta pesquisa, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andressa Fagundes (e-mail: afagundes16@gmail.com; telefone +1 647 563-1685), ou com a mestrand, Angelina Cruz Rodrigues (e-mail: angelinacrodriques@hotmail.com; telefone (79) 99925-1109).

Agradecemos desde já a sua participação e contribuição!

<sup>1</sup> Conforme Resolução sobre Ética em Pesquisa com Seres Humanos, nº. 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

**Termo de Consentimento Livre Pós - Esclarecido**

Eu, abaixo assinado, declaro que fui devidamente informado sobre o estudo “Elaboração de uma Certificação para Cantinas Escolares com Vistas à Promoção da Alimentação Adequada nas Escolas Brasileiras” e aceito participar voluntariamente.

Foi-me garantido que minha participação é livre, voluntária e pessoal, e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer tempo, antes ou durante o preenchimento do questionário, mesmo após aceitar esse termo, tendo meus direitos preservados, sem penalidades ou prejuízos a minha pessoa. Para comunicar a desistência, tirar dúvidas ou obter mais informações a respeito da Pesquisa, eu posso entrar em contato com a coordenadora desta pesquisa, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andressa Fagundes (telefone +1 647 563-1685; e-mail: afagundes16@gmail.com), ou com a mestranda, Angelina Cruz Rodrigues (telefone (79) 99925-1109; e-mail: angelinacrodriques@hotmail.com).

Foi-me informado, ainda, que os dados coletados ficarão sob guarda dos pesquisadores e que as informações somente serão divulgadas de forma agrupada, tendo a garantia do anonimato.

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

## **AValiação DA PROPOSTA SELO DE CERTIFICAÇÃO CANTINA SAUDÁVEL**

### **APRESENTAÇÃO:**

Prezado(a) Senhor(a),

Estamos desenvolvendo essa pesquisa com o objetivo de instituir um “Selo de Certificação Cantina Saudável” para escolas privadas e/ou públicas que aderirem à implantação. A ideia é que o selo, que será concedido por um órgão público (Ministério da Saúde) e/ou internacional (Unicef), possa contribuir para a promoção da alimentação adequada e saudável de crianças e adolescentes.

Consideramos que o Sr.(a) seria um dos grandes envolvidos na proposta, caso a sua escola fizesse a opção de aderir ao selo. Portanto, a sua opinião é muito importante para nós! Gostaríamos de conhecê-la! Para participar da pesquisa é necessário assinar ao Termo, consentindo a sua participação, e responder ao questionário em anexo.

Em alguns momentos o Sr.(a) pode entender que os passos propostos estão dirigidos ao responsável pela Cantina Escolar, e não à direção/coordenação da escola. Consideramos, no entanto, que essa proposta envolve todo o coletivo escolar. Se possível, pedimos que o Sr.(a) faça o exercício de avaliar a viabilidade da implantação simulando a sua realidade e o seu ambiente escolar.

O estudo foi proposto a partir da dissertação de mestrado da pesquisadora Angelina Cruz Rodrigues, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andhressa Fagundes, da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

### **INSTRUÇÕES:**

O documento está apresentado em duas etapas: (1) Avaliação geral da proposta; e (2) Avaliação do instrumento “Selo de Certificação Cantina Saudável”. Os passos para a aquisição do selo estarão apresentados em tabelas, com as respectivas ‘Justificativas’ para a sua proposição. A avaliação será realizada por meio de escalas de concordância: ‘Concordo totalmente’, ‘Concordo em grande parte’, ‘Discordo em grande parte’ e ‘Discordo totalmente’.

Caso a sua avaliação sobre o passo seja ‘Discordo em grande parte’ ou ‘Discordo totalmente’, solicitamos que o Sr.(a) justifique a resposta. Caso considere necessário, o Sr.(a)

pode ainda, opcionalmente, deixar uma observação que considere relevante sobre cada um dos passos ou temas relacionados.

### **AVALIAÇÃO GERAL DA PROPOSTA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_ Tempo de trabalho no local (em anos): \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) F ( ) M

1. O (A) Sr.(a) concorda que uma proposta com selo de certificação “Cantina Saudável” pode ser positiva para ampliar e melhorar o acesso à alimentação saudável de crianças e adolescentes?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

\_\_\_\_\_

2. O (A) Sr. (a) concorda que a proposta “Selo de Certificação Cantina Saudável” seja de livre adesão às escolas, considerando que há outras iniciativas e legislações sobre essa temática?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

\_\_\_\_\_

3. O (A) Sr.(a) concorda que a livre adesão poderá trazer mais envolvimento e auto responsabilização sobre essa temática por parte dos envolvidos?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

\_\_\_\_\_

4. O (A) Sr.(a) concorda com o título proposto para a certificação: “Cantina Saudável”?

( ) Sim ( ) Não

Por quê? Tem sugestão (ões)?

\_\_\_\_\_

5. O (A) Sr.(a) concorda que esse selo “Cantina Saudável”, certificado e cedido por um órgão público e/ou internacional, como Ministério da Saúde ou Unicef, trará visibilidade para a escola e será atrativo para a comunidade escolar que conquistá-lo?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

---

6. O (A) Sr.(a) concorda que para receber o título de “Cantina Saudável” a cantina escolar deve ter o cumprimento de 100% dos “Dez Passos” propostos?

( ) Sim ( ) Não

Se não, por quê? Qual é a sua proposta?

---

### PROPOSTA SELO DE CERTIFICAÇÃO CANTINA SAUDÁVEL

**1º PASSO:** Instituir um Conselho da Cantina Escolar Saudável com o objetivo de definir estratégias para favorecer escolhas alimentares saudáveis pelas crianças e adolescentes e acompanhar as ações referentes à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.

( ) Concordo totalmente ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente

OBS: \_\_\_\_\_

**2º PASSO:** Utilizar mensagens educativas e positivas sobre a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas, por meio de propagandas educativas (*banner*, pôster e/ou cartazes).

( ) Concordo totalmente ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente

OBS: \_\_\_\_\_

**3º PASSO:** Ampliar a oferta de alimentos *in natura* e minimamente processados, a exemplo dos alimentos citados no documento “Lista de sugestões de lanches saudáveis”.

( ) Concordo totalmente ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente

OBS: \_\_\_\_\_

**4º PASSO:** Limitar a oferta de alimentos processados, não devendo ultrapassar 50% dos alimentos ofertados no cardápio da cantina escolar.

( ) Concordo totalmente ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente



OBS: \_\_\_\_\_

**5º PASSO:** Não ofertar alimentos ultraprocessados e alimentos restringidos referentes à alimentação escolar, conforme o documento “Lista de Alimentos que devem ser restritos de acordo com documentos e a legislação”.

( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente

OBS: \_\_\_\_\_

**6º PASSO:** Organizar o ambiente em que está instalada a cantina escolar. Apresentar os alimentos de forma atrativa.

( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente

OBS: \_\_\_\_\_

**7º PASSO:** Treinar o gerente e os profissionais da cantina escolar sobre estratégias para a promoção da alimentação saudável e Boas Práticas nos serviços de alimentação.

( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente

OBS: \_\_\_\_\_

**8º PASSO:** Vetar a veiculação de propagandas (cartazes ou qualquer outro meio), de alimentos processados e ultraprocessados.

( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente

OBS: \_\_\_\_\_

**9º PASSO:** Incentivar a ingestão de água pelos alunos e demais participantes da comunidade escolar.

( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente

OBS: \_\_\_\_\_

**10º PASSO:** Ter uma norma escrita sobre a importância e implantação da Cantina Saudável, que deve ser rotineiramente transmitida para toda a equipe do serviço.

( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte  
( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente

OBS: \_\_\_\_\_

\*\*\*\*\*

X. Após conhecer a proposta, o (a) Sr. (a) ainda concorda que para receber o selo de “Cantina Saudável” a cantina escolar deve ter o cumprimento de 100% dos “Dez Passos”?

( ) Sim    ( ) Não

Se não, qual o percentual sugerido?

---

XX. Agora que conheceu a proposta, o Sr.(a) a considera viável de ser implantada na escola?

( ) Sim    ( ) Não

Por quê?

---

Agradecemos a sua participação, e ressaltamos que a sua contribuição é de grande importância para nós!

## APÊNDICE B - DOCUMENTOS E LEGISLAÇÕES SOBRE CANTINAS ESCOLARES

**Quadro 2** - Quadro com as principais legislações para promoção da alimentação adequada nas cantinas escolares do Brasil. (Continua)

<b>Legislação/ Local</b>	<b>Informações</b>	<b>Ano da Publicação</b>
Lei n.º 5. 853, de 4 de junho de 2001, Florianópolis.	Proíbe a comercialização de alimentos com baixo valor nutricional listados e incentiva a venda de alimentos saudáveis em escolas localizadas no município de Florianópolis.	2001
Lei nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001, Santa Catarina.	Dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no estado de Santa Catarina.	2001
Decreto n.º 21.217, de 1º abril de 2002, Município do Rio de Janeiro (Escolas da rede municipal).	Proíbe, as escolas municipais de adquirir, produzir, distribuir e incentivar o consumo de produtos que menciona: balas, doces a base de goma, gomas de mascar, pirulitos, caramelos, pó para preparo de refrescos, bebidas alcoólicas, alimentos ricos em colesterol, sódio e corantes artificiais.	2002
Lei nº 1.210, de 8 de julho de 2003, Palmas.	Institui e regulamenta a escolarização da alimentação escolar nas unidades escolares da rede pública municipal.	2003
Portaria n.º 02/2004, de 1º de março de 2004, município do Rio de Janeiro.	Disciplina o consumo de alimentos em escolas públicas e privadas no Município do Rio de Janeiro.	2004
Lei n.º 14.423, de 2 de junho de 2004, Paraná (Educação Básica).	Dispõe sobre serviços e lanches nas unidades educacionais públicas e particulares da educação básica. Elas deverão obedecer a padrões de qualidade nutricional e de vida, indispensáveis à saúde dos estudantes.	2004
Lei 15.072, de 5 de julho de 2004, Minas Gerais.	Proíbe o fornecimento e o comércio de produtos com altos teores de sódio, gordura saturada, açúcar livre, calorias e gordura trans e de baixo valor nutricional.	2004
Lei nº 4.508, de 11 de janeiro de 2005, Rio de Janeiro.	Proíbe a venda, obtenção, produção e distribuição de alimentos que contribuam para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares, presentes em escolas públicas e particulares do estado do Rio de Janeiro.	2005

**Quadro 2** - Quadro com as principais legislações para promoção da alimentação adequada nas cantinas escolares do Brasil. (Continuando)

Portaria Conjunta COGSP/CEI/DSE, de 23 de março de 2005, São Paulo.	Normas para cantinas escolares com o objetivo de assegurar aos alunos proteção contra as práticas de fornecimento de produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde, por contribuírem para o desequilíbrio alimentar e para o aumento de doenças relacionadas à alimentação.	2005
Lei nº 14.855, de 19 de outubro de 2005, Paraná (Fundamental e Médio).	Determina padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, presente em escolas de ensino fundamental e médio, particulares e de rede pública do estado de Paraná.	2005
Lei nº 3.695, de 8 de novembro de 2005, Distrito Federal.	Documento voltado a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino do Distrito Federal.	2005
Lei nº 6.786, de 24 de novembro de 2006, Vitória.	Determina a regulamentação do fornecimento de alimentos nas merendas, cantinas ou similares em escolas públicas municipais e dá outras providências.	2006
Lei 8.681, de 13 de julho de 2007, Mato Grosso.	Regulamenta a alimentação oferecida em escolas públicas e particulares, que atendam a educação infantil e básica do estado de Mato Grosso.	2007
Lei nº 10.167, de 2 de janeiro de 2007, Porto Alegre.	Proíbe a publicidade e a venda de produtos insalubres nas cantinas escolares nas redes públicas e privadas de ensino.	2007
Lei nº 13.027, de 16 de agosto de 2008, Rio Grande do Sul.	Dispõe sobre a venda de lanches e bebidas em escolas no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	2008
Lei nº 18.372, de 04 de setembro de 2009, Minas Gerais.	Regulamenta os lanches e bebidas oferecidos e comercializados nas escolas de rede públicas e privadas do estado.	2009
Lei nº 3.814 de 14 de janeiro de 2010, Aracaju.	Proíbe a venda de produtos insalubres e a autoriza a comercialização de alimentos saudáveis listados.	2010
Lei nº 1.414, de 22 de janeiro de 2010, Manaus.	Dispõe sobre a alimentação saudável nas escolas das redes públicas e privadas de ensino da cidade de Manaus.	2010
Resolução nº 1.511, de 26 de fevereiro de 2010, Minas Gerais.	Proíbe a comercialização de alimentos inadequados listados em escolas públicas e privadas. Regulamenta a lei número 18.372 de 2009.	2010

**Quadro 2** - Quadro com as principais legislações para promoção da alimentação adequada nas cantinas escolares do Brasil. (Continuando)

Portaria nº 038-R de 2010, Espírito Santo.	Proíbe a venda de alimentos insalubres e permite a oferta de alimentos saudáveis. Estabelece que as cantinas sirvam exclusivamente aos funcionários da escola. É voltada para a rede estadual de ensino.	2010
Lei nº 4.992, de 30 de setembro de 2011, Campo Grande-MS.	Determina normas para a venda de alimentos nas cantinas comerciais da rede pública e instituições privadas de educação básica de Campo Grande – MS.	2011
Lei nº 8.106 de 2011, Vitória.	Proíbe a utilização de produtos industrializados nas merendas da escola.	2011
Lei nº 8.292 de 2012, Salvador.	Determina a proibição de lanches e bebidas de alto teor calórico que contenham, obriga a oferta frutas e incentiva a exposição de materiais educativos nas unidades educacionais públicas e privadas.	2012
Portaria nº 1.851 de 27 de setembro de 2012, Rondônia.	Proíbe a venda de produtos não saudáveis listados na portaria e incentiva a venda de alimentos saudáveis.	2012
Lei nº 4.320 de 26 de fevereiro de 2013, Mato Grosso do Sul.	Proíbe a comercialização, confecção e distribuição de alimentos inadequados e obriga a oferta de pelo menos uma fruta em escolas da rede pública de ensino.	2013
Lei nº 5.146 de 19 de agosto de 2013, Distrito Federal.	Estabelece normas para a promoção da alimentação saudável nas escolas do Distrito Federal.	2013
Lei nº 10.431, de 20 de janeiro de 2015, Paraíba (Escolas de Educação Básica – Particulares e Públicas).	Proíbe cantinas e lanchonetes das escolas públicas e particulares de educação infantil, fundamental e médio, de comercializarem bebidas com baixo teor nutricional, como refrigerantes.	2015
Decreto nº 36.900, de 23 de novembro de 2015, Distrito Federal.	Documento voltado a regulamentação da lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013, que estabelece diretrizes para a promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas do Distrito Federal.	2015
Lei nº 4.352, de 05 de junho de 2016, Amazonas.	Dispõe sobre a proibição de comercialização, aquisição e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Amazonas.	2016
Lei nº 3.134, de 1º de junho de 2016, Acre.	Estabelece a campanha “Saber Comer é saber Viver”, nas escolas públicas e privadas do estado do Acre.	2016

**Quadro 2 - Quadro com as principais legislações para promoção da alimentação adequada nas cantinas escolares do Brasil. (Conclusão)**

Lei ordinária nº 13.582, de 14 de setembro de 2016, Bahia.	Regulariza a publicidade infantil de alimentos no estado da Bahia nos estabelecimentos de ensino da educação básica.	2016
Lei nº 8178-A de 21 de dezembro de 2016, Sergipe.	Proíbe a comercialização de produtos que contribuam para a obesidade infantil em cantinas e similares, presentes em escolas públicas e particulares do estado de Sergipe.	2017

Fonte: Acre (2018); Brasil (2007; 2015a; 2018a); Bahia (2018); Distrito Federal (2005; 2015; 2018); Minas Gerais (2018); Manaus (2010); Paraná (2004;2005); Paraíba (2015); Santa Catarina (2001); Rio de Janeiro (2005;2018); Rio Grande do Sul (2018); São Paulo (2018); Sergipe (2017); Vitória (2018);

**Quadro 3 - Documentos e iniciativas brasileiras com ênfase na promoção da alimentação adequada nas escolas e cantinas escolares. (Continua)**

<b>Documentos Brasileiros/ Programas/ Iniciativas Brasileiras</b>	<b>Informações</b>
Portaria nº 1.010, de 08 de maio de 2006.	Portaria responsável por instituir diretrizes para a promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio, das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.
Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.	Institui o Programa Saúde na Escola.
Manual operacional para profissionais da saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas.	Documento proposto para gestores, educadores e profissionais da saúde e educação, com o objetivo de incentivar e promover informações para o fortalecimento e planejamento das ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, considerando a realidade e peculiaridades de cada local, a situação alimentar e a nutricional de cada comunidade.
Experiências estaduais e municipais de regulamentação da comercialização de alimentos em escolas do Brasil: identificação e sistematização do processo de construção e dispositivos legais adotados.	Este material objetiva identificar e analisar as experiências de regulamentação da comercialização de alimentos no ambiente escolar. Além de apoiar gestores, educadores e profissionais da saúde no desenvolvimento de ações que favoreçam, promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis.
Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Oferece alimentação escolar com ênfase na promoção da alimentação adequada, além de ações de educação alimentar e nutricional a estudantes da educação básica pública.

**Quadro 3 - Documentos e iniciativas brasileiras com ênfase na promoção da alimentação adequada nas escolas e cantinas escolares. (Conclusão)**

Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável.	Manual guia para todos os donos e donas de cantinas escolares que queiram transformar seus estabelecimentos em locais para a promoção da alimentação saudável.
Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas.	Esses passos foram elaborados para auxiliar na adesão da comunidade escolar a hábitos alimentares saudáveis, atitudes de autocuidado e promoção da saúde.

Fonte: Brasil (2006; 2007ab; 2008; 2009; 2010a; 2019).

**Quadro 4 - Documentos e Iniciativas internacionais com ênfase na promoção da alimentação adequada nas cantinas escolares. (Continua)**

<b>Documento ou Iniciativa/ País</b>	<b>Informações</b>	<b>Autor</b>
Iniciativa Escola Amiga da Nutrição – <i>Nutrition-Friendly Schools Initiative</i> Global.	O programa visa fornecer uma estrutura para programas escolares que abordem problemas de saúde relacionados à nutrição e servir como mecanismo de interconexão de programas escolares em andamento.	Organização Mundial da Saúde
<i>Health School Canteen</i> , Holanda.	Programa destinado à promoção da alimentação adequada e saudável através das cantinas escolares da Holanda.	Centro de Nutrição da Holanda
<i>Steps to a healthy school canteen</i> , Holanda.	Diretrizes para cantinas escolares, com objetivo de dar suporte à promoção da alimentação adequada nesses estabelecimentos.	Centro de Nutrição da Holanda
<i>School Healthy Canteen Strategy</i> Austrália (Nova Gales do Sul - NSW).	Destinado a aumentar a disponibilidade de opções saudáveis de comida e bebida nas cantinas escolares para tornar mais fácil a escolha saudável.	Departamento de Educação de Nova Gales do Sul, em parceria com o Ministério da Saúde, Comissão Católica de Educação e Associação Independente das Escolas.
<i>The National School Lunch Program</i> , Estados Unidos.	É um programa nacional de Alimentação Escolar assistida pelo governo federal em escolas públicas, privadas sem fins lucrativos e instituições de assistência infantil.	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

**Quadro 4 - Documentos e Iniciativas internacionais com ênfase na promoção da alimentação adequada nas cantinas escolares. (Conclusão)**

<i>Strong4Life's School Nutrition Program.</i> Geórgia.	Programa responsável por fornecer às escolas da Geórgia as ferramentas necessárias para incentivar as crianças a fazer escolhas inteligentes na fila do almoço.	<i>Children's Healthcare of Atlanta</i>
------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------

Fonte: Nutrition Centre (2016; 2018); Children's Healthcare of Atlanta (2018); Nsw Department of Education (2018), United States Department of Agriculture (2017).



## APÊNDICE C – DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DA PROPOSTA DO “SELO DE CERTIFICAÇÃO CANTINA SAUDÁVEL”

**Quadro 5** – Passos e orientações utilizadas como base para a criação da Proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”. (Continua)

<b>Publicação/ Passos</b>	<b>Dez Passos para uma Alimentação Adequada e Saudável, do Guia Alimentar para população brasileira (Brasil, 2014a)</b>	<b>Dez Passos para Cantinas Escolares Saudáveis (Schmitz et al., 2008)</b>	<b>Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas (Brasil, 2008).</b>	<b>Passos para uma Cantina Escolar Saudável (Nutrition Centre, 2016)</b>
<b>1º</b>	Fazer de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados a base da alimentação.	Participação em outros cursos sobre alimentação e nutrição.	A escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.	Você deve escolher se será uma cantina escolar ouro ou prata. Cantinas escolares prata possuem pelo menos 60% da oferta para melhores escolhas alimentares. E cantinas escolares ouro pelo menos 80%.
<b>2º</b>	Utilizar óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias.	Pedido de apoio à escola para a implementação da cantina saudáveis.	Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola.	Trabalhe em equipe: Antes de começar é necessário formar uma equipe que será formada ou dá a equipe existente um senso de propósito renovado. Idealmente sua equipe consistirá de um membro do conselho, um aluno e um gerente de cantina. Também pode ser valioso ter um pai, um professor e um funcionário do serviço de saúde pública da sua região.
<b>3º</b>	Limitar o consumo de alimentos processados.	Contato com pais sobre a implementação da cantina saudável.	Desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável na escola, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo.	Verifique sua cantina: Nós desenvolvemos a ferramenta <i>Scan Canteen</i> com esse propósito, ao inserir sua gama de ofertas na ferramenta você pode ver o quão saudável sua cantina é no geral.

**Quadro 5** – Passos e orientações utilizadas como base para a criação da Proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”. (Continuando)

<b>4º</b>	Evitar o consumo de alimentos ultraprocessados.	Promover passos para manutenção de boas práticas de manipulação de alimentos.	Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável.	Escolha uma variedade mais saudável de alimentos: A cantina oferecerá pelo menos uma melhor escolha de cada grupo de produtos, vai oferecer hortaliças e/ou frutas, vai incentivar os alunos a beber água.
<b>5º</b>	Comer com regularidade e atenção, em ambientes apropriados e, sempre que possível, com companhia.	Realização de promoções de lanches saudáveis. Exposição de lanches mais saudáveis. Redução ou retirada de alimentos ricos em açúcares e gorduras.	Restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal.	Ofereça legumes e frutas: em uma “Cantina Prata” você oferece pelo menos um legume ou fruta. Uma “Cantina de Ouro” oferece legumes e frutas. Quanto mais frutas e vegetais oferecer melhor. Você pode também oferecer legumes em forma de lanches ou em sanduíches.
<b>6º</b>	Fazer compras em locais que ofertem variedades de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados.	Realização de pesquisa com os alunos sobre o que gostariam de comer nas cantinas. Realização de pesquisa sobre a opinião dos alunos em relação às cantinas.	Desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.	Incentive os alunos a beberem água. Se possível, instale uma torneira de água potável para os alunos, se não disponibilize uma jarra em sua bancada com água gratuita, adicione ramos de hortelã ou pedaços de frutas para dar maior variedade.
<b>7º</b>	Desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias.	Realização de pesquisas sobre a opinião dos pais em relação às cantinas.	Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.	Garanta uma aparência saudável e vibrante: estratégias demonstram que pessoas fazem escolhas mais saudáveis quando os produtos saudáveis são abundantes e apresentação é de forma atraente.

**Quadro 5** – Passos e orientações utilizadas como base para a criação da Proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”. (Conclusão)

<b>8º</b>	Planejar o uso do tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece.	Realização de atividades para a promoção de um lanche mais saudável. Uso do espaço da cantina escolar com materiais educativos sobre alimentação e nutrição.	Auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essas escolhas.	Desenvolva sua própria política às diretrizes da cantina da escola saudável devem ser incluídas formalmente na política escrita da sua escola.
<b>9º</b>	Dar preferência, quando fora de casa, a locais que servem refeições feitas na hora.	Contato com outras cantinas que tenham o objetivo de uma cantina mais saudável.	Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências.	Solicite seu próprio <i>School Canteen Platter</i> . A bandeja decorativa da cantina da escola é a maneira perfeita de mostrar ao mundo que a sua escola tem uma cantina escolar saudável.
<b>10º</b>	Ser crítico quanto a informações, orientações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas comerciais.	Pedido de apoio aos orientadores da pesquisa para implementação da cantina saudável.	Desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais.	

Fonte: Brasil (2008; 2014a); Nutrition Centre (2016); Schmitz et al. (2008).

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

#### **Convite:**

Temos o prazer de convidá-lo(a) para participar do processo de avaliação e consenso do conteúdo do trabalho de mestrado intitulado “Elaboração de uma Certificação para Cantinas Escolares com Vistas à Promoção da Alimentação Adequada nas Escolas Brasileiras”. O estudo foi desenhado a partir da dissertação da pesquisadora Angelina Cruz Rodrigues, orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andhressa Fagundes, do Programa de Pós-graduação em Ciências da Nutrição (PPGCNUT), da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A decisão de participar é livre e voluntária, sendo necessário aceitar esse termo em concordância. Para tanto, vamos explicar os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo é elaborar um selo de certificação que estimule as cantinas escolares do Brasil a adotarem, prioritariamente, ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na comercialização de alimentos nas escolas. O selo será de adesão voluntária destinado, especialmente, às cantinas de escolas particulares, contemplando as de escolas públicas que comercializem alimentos.

#### **Método:**

Será utilizada a metodologia Delphi, fase para a qual o(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar, para a avaliação e consenso da proposta do instrumento que orientará e subsidiará a emissão do selo de certificação “Cantina Saudável”.

Serão realizadas, inicialmente, duas rodadas junto a um painel de especialistas e/ou profissionais que atuam com alimentação escolar de diferentes localidades do país.

Os participantes da primeira rodada receberão um feedback, juntamente com os itens que não obtiverem consenso, e aqueles que sofrerem modificações, comentários ou sugestões. Os resultados recebidos serão analisados e, caso o consenso ainda não seja obtido, uma terceira rodada será aberta.

**Riscos e Benefícios:**

Os riscos oferecidos para participar desse estudo são mínimos, relacionados apenas ao desconforto de responder ao questionário, tempo despendido e mudança de percepções. Tais riscos estão sendo amenizados pelos pesquisadores, por meio das orientações, suporte a qualquer tempo, possibilidade de desistência e garantia do anonimato dos participantes. A pesquisa não oferece benefício direto e/ou financeiro aos participantes. Os resultados obtidos serão arquivados e mantidos em sigilo sob guarda dos pesquisadores. Em toda e qualquer publicação, os dados serão apresentados de forma agrupada.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa pelo Parecer nº 2.484.974.

Ao final desse processo emitiremos o certificado da sua participação. Embora a sua participação não lhe traga benefício diretamente, valorizamos muito as suas contribuições para que possamos melhor desenvolver a proposta.

**Contatos:**

E-mail da pesquisa: [pesquisa.cantinasaudavel@gmail.com](mailto:pesquisa.cantinasaudavel@gmail.com)

Mestranda: Angelina Cruz Rodrigues (e-mail: [angelinacrodrigues@hotmail.com](mailto:angelinacrodrigues@hotmail.com); telefone (79) 99925-1109)

Profª. Drª. Andressa Fagundes (e-mail: [afagundes16@gmail.com](mailto:afagundes16@gmail.com); telefone +1 (647) 563-1685)

Estamos à disposição!

☐ Declaro que fui devidamente informado sobre o estudo e aceito participar voluntariamente.

## APÊNDICE E – CARTA DE APRESENTAÇÃO E QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO

### AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DO “SELO DE CERTIFICAÇÃO CANTINA SAUDÁVEL”

#### Apresentação:

A proposta do selo de certificação foi elaborada no formato de 10 orientações, com base em documentos técnicos publicados previamente nessa temática (BRASIL, 2008; 2010; NUTRITION CENTRE 2016), além de contemplar as novas orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014). A proposta foi inspirada na estratégia Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) desenvolvida no Brasil (UNICEF, 2008).

As 10 orientações que fazem parte dessa proposta estão listadas a seguir:

- 1ª Orientação** - Instituir um Conselho da Cantina Escolar Saudável, com o objetivo de definir estratégias para favorecer escolhas alimentares saudáveis pelas crianças e adolescentes e acompanhar as ações referentes à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.
- 2ª Orientação** - Utilizar mensagens educativas e positivas sobre a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas, por meio de propagandas educativas (*banners*, pôsteres e/ou cartazes).
- 3ª Orientação** - Ampliar a oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados.
- 4ª Orientação** - Limitar a oferta de alimentos processados, não devendo ultrapassar 50% dos alimentos fornecidos pela cantina escolar.
- 5ª Orientação** - Não ofertar alimentos ultraprocessados na cantina escolar.
- 6ª Orientação** - Organizar o ambiente em que está instalada a cantina escolar. Apresentar os alimentos de forma atrativa.
- 7ª Orientação** - Treinar o gerente e os profissionais da cantina escolar sobre estratégias para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos nos serviços de alimentação.
- 8ª Orientação** - Vetar a veiculação de propagandas (cartazes ou qualquer outro meio), de alimentos processados e ultraprocessados.

**9ª Orientação-** Incentivar a ingestão de água pelos alunos e demais participantes da comunidade escolar.

**10ª Orientação-** Ter uma norma escrita sobre a implantação da “Cantina Saudável”, que deve ser rotineiramente transmitida para toda a equipe.

**Instruções:**

O documento está apresentado em dois blocos: (1) Avaliação geral da proposta; e (2) Avaliação do instrumento (10 orientações) “Selo de Certificação Cantina Saudável”, com as respectivas justificativas para a sua proposição. A avaliação da proposta do instrumento se dará por meio de escalas Likert de concordância de quatro pontos: ‘Concordo totalmente’, ‘Concordo em grande parte’, ‘Discordo em grande parte’ e ‘Discordo totalmente’.

Caso a sua avaliação seja ‘Discordo em grande parte’ ou ‘Discordo totalmente’, solicitamos que justifique a sua resposta. A sua colaboração será ainda mais efetiva com justificativas e sugestões, devidamente referenciadas, considerando que as novas propostas e ajustes serão submetidos novamente aos especialistas. O(A) Sr.(a) pode, opcionalmente, deixar sugestões/observações.

O item denominado ‘Verificação’ refere-se à sugestão de como essa orientação pode ser verificada (avaliada) na prática, para o recebimento do selo de “Cantina Saudável”.

Em alguns momentos o(a) Sr.(a) pode entender que as orientações propostas estão dirigidas ao responsável pela cantina escolar e não à direção/coordenação da escola. Consideramos, no entanto, que essa proposta envolve todo o coletivo escolar. Se possível, pedimos que o(a) Sr.(a) faça o exercício de avaliar a viabilidade da implantação simulando a realidade do ambiente escolar.

Sempre que sentir necessidade poderá entrar em contato com as pesquisadoras.

**AValiação GERAL DA PROPOSTA:**

1. Informações demográficas:

Cidade/município: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

2. Sexo:

( ) Masculino ( ) Feminino

3. Idade: \_\_\_\_\_

4. Escolaridade (marcar o último nível completo):

( ) Ensino superior ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Pós-doutorado

5. Área de atuação (pode marcar mais de uma opção):

- ☐ Instituição de Ensino Superior Pública  
☐ Instituição de Ensino Superior Privada  
☐ Programa Nacional de Alimentação Escolar  
☐ Pesquisador na Área de Alimentação Escolar  
☐ Centro Colaborador de Alimentação Escolar  
☐ Outra (especifique) \_\_\_\_\_

6. Tempo na área de atuação (favor responder em anos completos. Se mais de uma área, favor separar com ponto-vírgula. A análise será realizada nas respectivas ordens das áreas conforme a questão nº 5).

---

7. O(A) Sr.(a) concorda que uma proposta com selo de certificação “Cantina Saudável” pode ser positiva para ampliar e melhorar o acesso à alimentação saudável de crianças e adolescentes?

- ☐ Sim    ☐ Não

Se não, por quê?

---

8. O(A) Sr. (a) concorda que a proposta “Selo de Certificação Cantina Saudável” seja de livre adesão às escolas, considerando que há outras iniciativas e legislações sobre essa temática?

- ☐ Sim    ☐ Não

Se não, por quê?

---

9. O(A) Sr.(a) concorda que a livre adesão poderá trazer mais envolvimento e auto responsabilização sobre essa temática por parte dos envolvidos?

- ☐ Sim    ☐ Não

Se não, por quê?

---

10. O(A) Sr.(a) concorda com o título proposto para a certificação: “Cantina Saudável”?

- ☐ Sim    ☐ Não

Se não, por quê?

---



11. O(A) Sr.(a) concorda que esse selo “Cantina Saudável”, certificado e cedido por um órgão público e/ou internacional, como Ministério da Saúde ou Unicef, trará visibilidade para a escola e será atrativo para a comunidade escolar que conquistá-lo?

( ) Sim ( ) Não

Se não, por quê?

---

12. O(A) Sr.(a) concorda que para receber o título de “Cantina Saudável” a cantina escolar deve ter o cumprimento de 100% das dez orientações propostas?

( ) Sim ( ) Não

Se não, por quê? Qual é a sua proposta?

---

### PROPOSTA DO “SELO DE CERTIFICAÇÃO CANTINA SAUDÁVEL”

<b>1º Orientação</b> - Instituir um Conselho Cantina Escolar Saudável, com o objetivo de definir estratégias para favorecer escolhas alimentares saudáveis pelas crianças e adolescentes e acompanhar as ações referentes à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.
<b>Justificativa</b> - A escola é apontada como ambiente adequado para o desenvolvimento de estratégias para a promoção de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2010a; OMS, 2014a). O envolvimento de um conselho, com diferentes representantes da comunidade acadêmica, no controle dos alimentos oferecidos, no desenvolvimento de ações educativas e monitoramento das ações desenvolvidas pode ser um fator contributivo para a melhoria do perfil nutricional das crianças (PORTO et al., 2015; BRASIL, 2008). O Conselho da Cantina Escolar Saudável deverá ser formado pelos pais/responsáveis, diretores, gerentes de cantinas, funcionários, alunos e professores. Se possível, é interessante que seja convidado um profissional de saúde do território da escola para compor e colaborar com o conselho. O número de representantes dependerá das características de cada escola, sendo detalhado no documento de Orientações e Normas para a Certificação.
<b>Sua análise sobre a primeira orientação</b>
( ) Concordo totalmente ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Documentação da instituição do Conselho da Cantina Escolar Saudável, com os membros/integrantes, e atas das três últimas reuniões.
<b>Observações</b> -

<b>2º Orientação</b> - Utilizar mensagens educativas e positivas sobre a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas, por meio de propagandas educativas ( <i>banner</i> , pôster e/ou cartazes).
<b>Justificativa</b> – Medidas interventivas direcionadas à mudança do comportamento alimentar e prevenção do excesso de peso, que são baseadas na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas, com o enfoque abrangente e compatível com os padrões de nutrição e a inocuidade dos alimentos, são bastante efetivas (OPAS, 2014). Sabe-se que Educação Alimentar e Nutricional também leva em consideração a divulgação de informações no ambiente escolar que permitam aos indivíduos tomar decisões. Portanto, esta orientação visa promover a prática da alimentação saudável por meio de mensagens educativas, estimulando o acesso a informações de alimentos considerados saudáveis, de forma criativa (BRASIL, 2018a).
<b>Sua análise sobre a segunda orientação</b>
( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte      ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Existência de materiais de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no ambiente da escolar.
<b>Observações</b> -

<b>3º Orientação</b> - Ampliar a oferta de alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados.
<b>Justificativa</b> - De acordo com o Guia Alimentar da população Brasileira, os alimentos <i>in natura</i> devem ser a base para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar social e ambientalmente sustentável, devendo esses alimentos compor a maior parte do consumo alimentar diário dos brasileiros (BRASIL, 2014a). Alguns estabelecimentos já ofertam alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados para a sua clientela, embora ainda em quantidade bastante inferior quando comparados aos alimentos processados e ultraprocessados. Recomenda-se que as frutas e hortaliças comercializadas nas cantinas sejam, preferencialmente, da região, cumprindo o disposto sobre o respeito às questões culturais, além de serem mais baratas e nutritivas (BRASIL, 2014a; 2015b).
<b>Sua análise sobre a terceira orientação</b>
( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte      ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Avaliação quantitativa e qualitativa dos alimentos comercializados na cantina, conforme o documento Orientações e Normas para a certificação <sup>2</sup> .
<b>Observações</b> -

<sup>2</sup> Após o resultado do consenso, a partir do documento final, será desenvolvido um documento de Orientações e Normas para a certificação.

<b>4º Orientação</b> - Limitar a oferta de alimentos processados, não devendo ultrapassar 50% dos alimentos fornecidos pela cantina escolar.
<b>Justificativa</b> - Os alimentos processados, produtos fabricados essencialmente com adição de sal ou açúcar nos alimentos <i>in natura</i> ou minimamente processados, devem ter o seu consumo limitado, pois o consumo excessivo desses ingredientes está associado a doenças do coração, obesidade e outras doenças crônicas, também presentes no público infantil (BRASIL, 2014a).
<b>Sua análise sobre a quarta orientação</b>
( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte      ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Avaliação quantitativa e qualitativa dos alimentos comercializados na cantina, conforme o documento Orientações e Normas para a Certificação.
<b>Observações</b> -

<b>5º Orientação</b> - Não ofertar alimentos ultraprocessados na cantina escolar.
<b>Justificativa</b> - De acordo com a sua composição, os alimentos ultraprocessados são nutricionalmente desbalanceados e tendem a ser consumidos em excesso devido a sua apresentação atrativa, além de substituírem ao longo do dia alimentos como frutas, água ou leite nas refeições principais. A composição nutricional inadequada dos alimentos ultraprocessados favorece o aumento do peso, doenças do coração, diabetes vários tipos de câncer e contribuem para deficiências nutricionais, evidenciando a importância da restrição do consumo desses alimentos especialmente pela população infantil. Ademais são alimentos práticos, prontos para o consumo e com longo tempo de prateleira (BRASIL, 2014a), o que acaba atraindo os proprietários de estabelecimentos comerciais, pelo seu custo-benefício, avaliação realizada essencialmente sob o ponto de vista financeiro, sem considerar a saúde dos consumidores.
<b>Sua análise sobre a quinta orientação</b>
( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte      ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Avaliação quantitativa e qualitativa dos alimentos comercializados na cantina, conforme o documento Orientações e Normas para a Certificação.
<b>Observações</b> -

<b>6º Orientação</b> - Organizar o ambiente em que está instalada a cantina escolar. Apresentar os alimentos de forma atrativa.
<b>Justificativa</b> – Pesquisas demonstram que escolhas alimentares mais saudáveis são favorecidos quando os alimentos saudáveis são oferecidos em abundância, apresentados de forma organizada e atrativa (NUTRITION CENTRE, 2016; VIEGAS et al., 2015).
<b>Sua análise sobre a sexta orientação</b>
( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte      ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Preenchimento de <i>checklist</i> sobre a apresentação e a organização do local disponibilizado pela cantina.
Observações -

<b>7º orientação</b> - Treinar o gerente e os profissionais da cantina escolar sobre estratégias para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos nos serviços de alimentação.
<b>Justificativa</b> - A sensibilização e a educação de todos os integrantes da comunidade escolar são de fundamental importância para compreensão e adesão/fortalecimento da estratégia proposta, bem como para conscientização sobre alimentação saudável, que é fundamental para a saúde das crianças. De acordo com a RDC nº 216, de setembro de 2004, que estabelece as Boas Práticas para os Serviços de Alimentação como as cantinas escolares, esses estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas elaborado por profissionais capacitados. A falta de higiene pode trazer prejuízos para os consumidores e para os gerentes, provocar a perda de produtos, multas, prejuízos para a imagem do negócio frente aos pais, e indenizações (BRASIL, 2004; 2010a).
<b>Sua análise sobre a sétima orientação</b>
( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte      ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Apresentação de relatórios das ações e experiências realizadas, com a periodicidade.
<b>Observações</b> -

<b>8º Orientação</b> - Vetar a veiculação de propagandas (cartazes ou qualquer outro meio), de alimentos processados e ultraprocessados.
<b>Justificativa</b> - No Brasil uma série de leis e projetos vem sendo elaborados com o objetivo de pôr fim a prática do direcionamento abusivo de publicidade e de comunicação mercadológica à criança, com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço (BRASIL, 2014a; SILVA et al., 2017). Os recursos de sedução e indução ao consumo utilizados pela publicidade moderna levam ao público a desconsiderar ou até mesmo esconder a necessidade de esclarecimento sobre os aspectos nutricionais dos alimentos. Portanto, faz-se necessária a restrição e regulamentação de propagandas abusivas para a população infantil também no ambiente escolar (BRASIL, 2008; MARINS et al., 2011).
<b>Sua análise sobre a oitava orientação</b>
( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte      ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Inexistência desses materiais no ambiente escolar.
<b>Observações</b> -

<b>9º orientação</b> - Incentivar a ingestão de água pelos alunos e demais participantes da comunidade escolar.
<b>Justificativa</b> – Esta orientação visa atender a uma das recomendações dos Dez Passos para Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas propostos pelo Ministério da Saúde, que ressalta a importância do fornecimento de água potável para os alunos. A água pode ser disponibilizada por meio de filtros, bebedouros ou jarras nas proximidades da cantina escolar ou na bancada do estabelecimento. A cantina pode ainda, de forma alternativa (não obrigatória), ofertar água saborizada (hortelã, limão, frutas e/ou ervas), para estimular o consumo (BRASIL, 2008; NUTRITION CENTRE, 2016).
<b>Sua análise sobre a nona orientação</b>
( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte      ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Preenchimento de <i>checklist</i> sobre a presença e filtros e/ou bebedouros no local.
<b>Observações</b> -

<b>10º Orientação</b> - Ter uma norma escrita sobre a “Cantina Saudável”, que deve ser rotineiramente transmitida para toda a equipe.
<b>Justificativa:</b> A capacitação de todos os envolvidos (pais/responsáveis, diretores, gerentes de cantinas, funcionários, alunos e professores) com os serviços nas cantinas escolares acerca da alimentação saudável é de extrema importância. A boa alimentação estimula o prazer e valoriza a cultura alimentar, promovendo a saúde do corpo (BRASIL, 2010a). É fundamental valorizar a importância da promoção da alimentação adequada para os funcionários e gerentes de cantinas escolares (BRASIL 2010a).
<b>Sua análise sobre a décima orientação</b>
( ) Concordo totalmente      ( ) Concordo em grande parte ( ) Discordo em grande parte      ( ) Discordo totalmente
<b>Verificação</b> - Apresentação de relatórios das ações e experiências realizadas, com a periodicidade.
<b>Observações</b> -

\*\*\*\*\*

X. Após conhecer a proposta, o(a) Sr.(a) ainda concorda que para receber o selo de “Cantina Saudável” a cantina escolar deve ter o cumprimento de 100% das 10 orientações propostas?

( ) Sim      ( ) Não

Se não, qual o percentual sugerido?

---

XX. Agora que conheceu a proposta por completo, o(a) Sr.(a) a considera viável de ser implantada na escola?

( ) Sim      ( ) Não

Por quê?

---

Chegamos ao fim da primeira rodada. Agradecemos a sua participação, e ressaltamos que a sua contribuição é de grande importância para nós. Em breve retornaremos com os resultados. Aguardamos a sua participação na segunda rodada!

## APÊNDICE F – MARCO LÓGICO

**MARCO LÓGICO PARA PESQUISA: “ELABORAÇÃO DE UMA CERTIFICAÇÃO PARA CANTINAS ESCOLARES COM VISTAS À PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS” (CONTINUA)**

<b>ESTRUTURA DO MARCO LÓGICO</b>							
<b>OBJETIVOS</b>	<b>RESUMO DESCRITIVO DE OBJETIVOS</b>	<b>INDICADORES VERIFICÁVEIS OBJETIVAMENTE</b>	<b>MEIOS DE VERIFICAÇÃO</b>	<b>SUPOSIÇÕES (RISCOS)</b>	<b>PRODUTOS/ METAS</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>PERGUNTA NORTEADORA</b>
<b>OBJETIVO SUPERIOR</b>	Contribuir para a melhoria da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas cantinas escolares brasileiras.	Pesquisas sobre a Promoção da Alimentação Adequada nas Cantinas Escolares; Pesquisas sobre a importância do fornecimento de Alimentação saudável nas escolas.	Pesquisa em bancos de dados científicos. Pesquisas em bancos de dados de entidades federais, municipais e/ou estaduais. Pesquisa em documentos impressos.	A comunidade escolar não está sensibilizada para mudanças e adesão a estratégias de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.	Promover a Alimentação Adequada e Saudável nas cantinas escolares brasileiras.	Pesquisa sobre as legislações vigentes; Pesquisa sobre selos existentes em saúde ou similares; Criação do Selo.	Criar um selo para orientação das cantinas escolares a nível nacional é importante para a aderência das mesmas ao fornecimento de alimentação mais saudáveis nesses locais?

**MARCO LÓGICO PARA PESQUISA: “ELABORAÇÃO DE UMA CERTIFICAÇÃO PARA CANTINAS ESCOLARES COM VISTAS À PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS” (CONTINUA)**

<b>OBJETIVO GERAL</b>	Propor um selo de certificação para orientar e incentivar as cantinas escolares do Brasil a adotarem ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na comercialização de alimentos.	Pesquisas sobre a importância do fornecimento de Alimentação saudável nas escolas; Pesquisas sobre a importância da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas cantinas escolares brasileiras.	Pesquisa em bancos de dados científicos e sites de entidades federais, municipais e/ou estaduais. Pesquisa em documentos impressos.	A comunidade escolar não está sensibilizada para mudanças e adesão a estratégias de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.	Criar uma proposta de Certificação para as cantinas escolares brasileiras promoverem a alimentação adequada.	Construção de um quadro com as legislações vigentes; Revisão de documentos oficiais para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável. Construção da proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”.	Criar um selo para orientação das cantinas escolares a nível nacional é importante para a aderência das mesmas ao fornecimento de alimentação mais saudáveis nesses locais?
<b>OBJET. ESPECÍFICOS</b>	Elaborar orientações para diretores e/ou gerentes de cantinas escolares sobre a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nesses estabelecimentos.	Pesquisas sobre o uso de Selos para a Promoção da Saúde. Estudos sobre a importância do fornecimento de Alimentação saudável nas escolas.	Pesquisa em bancos de dados científicos. Aplicação de questionário com diretores.	Os diretores e/ou gerentes de cantinas escolares não estarem sensibilizados sobre a importância da alimentação adequada e saudável.	Elaborar dez orientações para orientar diretores e gerentes de cantinas escolares acerca da promoção da alimentação saudável.	Revisão de documentos oficiais para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; Construção das orientações.	Criar um selo para orientação das cantinas escolares a nível nacional é importante para a aderência das mesmas ao fornecimento de alimentação mais saudáveis nesses locais?



**MARCO LÓGICO PARA PESQUISA: “ELABORAÇÃO DE UMA CERTIFICAÇÃO PARA CANTINAS ESCOLARES COM VISTAS À PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS” (CONCLUSÃO)**

<b>OBJET. ESPECÍFICOS</b>	Identificar estratégias direcionadas às cantinas escolares para promover a comercialização de alimentos saudáveis.	Estudos, iniciativas, programas e/ ou legislações sobre a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável em cantinas escolares.	Pesquisas em bancos de dados científicos. Em sites de entidades federais, municipais e/ ou estaduais.	-	Realizar um levantamento sobre as legislações e iniciativas para a promoção da Alimentação Adequada nas cantinas escolares brasileiras. Fazer uma revisão sistemática.	Elaborar um quadros e/ou tabelas com as principais legislações, iniciativas e/ou programas encontrados. Fazer uma revisão sistemática.	Criar um selo para orientação das cantinas escolares a nível nacional é importante para a aderência das mesmas ao fornecimento de alimentação mais saudáveis nesses locais?
	Desenvolver um processo de consenso sobre as orientações da proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável”.	Pesquisas sobre a relevância de um instrumento construído coletivamente.	Aplicação de questionários para a avaliar a percepção de especialistas em alimentação escolar sobre o selo.	Reprovação das orientações desenvolvidas.	Avaliação da Proposta do “Selo de Certificação Cantina Saudável” por nutricionistas especialistas em alimentação escolar de todo o Brasil.	Elaborar um questionário para avaliação da Proposta do Selo de Certificação pelos diretores. Fazer um levantamento de nutricionistas especialistas em alimentação escolar presentes no Brasil. Convidar nutricionistas especialistas em alimentação escolar para participar da pesquisa. Por meio da metodologia Delphi. Disponibilizar esses questionários em uma plataforma online para que todos os especialistas.	Criar um selo para orientação das cantinas escolares a nível nacional é importante para a aderência das mesmas ao fornecimento de alimentação mais saudáveis nesses locais?